



Ministério da Saúde  
Direcção-Geral da Saúde

Relatório de Actividades  
da  
Direcção-Geral da Saúde  
  
2001 e 2002

31 de Março de 2003

## Índice

<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b> .....	<b>1</b>
<b>1. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS</b> .....	<b>4</b>
<b>2. ACTIVIDADES REALIZADAS POR SERVIÇO</b> .....	<b>8</b>
<b>2.1 GJ/ Gabinete Jurídico</b> .....	<b>8</b>
<b>2.2 GDD/ Gabinete de Documentação e Divulgação</b> .....	<b>9</b>
<b>2.3 NAI/ Núcleo de Apoio à Informática (Unidade não prevista na Lei Orgânica)</b> .....	<b>12</b>
<b>2.4 RA/ Repartição Administrativa</b> .....	<b>13</b>
<b>2.5 RF/ Repartição Financeira</b> .....	<b>14</b>
<b>2.6 DSIA/ Direcção de Serviços de Informação e Análise</b> .....	<b>15</b>
2.6.1 DEP/ Divisão de Epidemiologia.....	16
2.6.2 DEST/ Divisão de Estatística .....	17
2.6.3 DISCM/ Divisão de Inquéritos de Saúde e Codificação de Doenças, Traumatismos e Causas de Morte .....	18
<b>2.7 DSP/ Direcção de Serviços de Planeamento</b> .....	<b>19</b>
2.7.1 DPN/ Divisão de Planeamento e Normalização.....	20
<b>2.8 DSPS/ Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde</b> .....	<b>21</b>
2.8.1 DES/ Divisão de Promoção e Educação para a Saúde .....	25
2.8.2 DSO/ Divisão de Saúde Ocupacional .....	36
2.8.3 DSMIA/ Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes.....	38
2.8.4 DSA/ Divisão de Saúde Ambiental .....	44
2.8.5 DSE/ Divisão de Saúde Escolar .....	48
2.8.6 DGCG/Divisão das Doenças Genéticas, Crónicas e Geriátricas .....	51
2.8.7 DT/ Divisão das Doenças Transmissíveis .....	54
2.8.8 NTRD/ Núcleo de Tuberculose e Doenças Respiratórias .....	59
2.8.9 NPCR/ Núcleo de Protecção Contra Radiações .....	60
<b>2.9 DSAC/ Direcção de Serviços de Acordos, Contratos e Convenções</b> .....	<b>61</b>
2.9.1 DAC/ Divisão de Acordos e Contratos .....	63
2.9.2 DC/ Divisão de Convenções.....	65
2.9.3 DAA/ Divisão de Acreditação e Auditoria .....	69
<b>2.10 DSPCS/ Direcção de Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde</b> .....	<b>72</b>
2.10.1 DQ/ Divisão da Qualidade .....	78
2.10.2 DFI/ Divisão de Formação e Investigação .....	79
<b>2.11 DSPSM/ Direcção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental</b> .....	<b>81</b>
<b>2.12 DSAECI/ Direcção de Serviços de Assuntos Europeus e de Cooperação Internacional</b> .....	<b>86</b>
2.12.1 DAE/ Divisão de Assuntos Europeus .....	86
2.12.2 DCI/ Divisão de Cooperação Internacional .....	96

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

A época actual apresenta-se a todas as organizações, em geral, e aos seus dirigentes, em especial, como uma fase sem precedentes. O delinear de uma economia mundial mais aberta tendendo para a globalização ao lado de um imparável avanço tecnológico é o primeiro passo em direcção a uma nova sociedade.

Neste contexto, qualquer tipo de organização seja pública ou privada, não pode deixar de ter em consideração determinadas funções fundamentais de gestão, muito em especial, no sector da saúde, em que as instituições são confrontadas com a defesa intransigente dos mais elementares direitos de cidadania. Neste sentido, a Direcção-Geral de Saúde, através do funcionamento dos seus serviços e da acção dos seus dirigentes e funcionários deve continuar a preocupar-se em inovar permanentemente a forma de prestação dos serviços focalizando os seus esforços na melhoria dos processos de funcionamento/produção e na satisfação das legítimas expectativas dos seus clientes internos e externos.

Muito embora o planeamento constitua uma fase por excelência da escolha dos objectivos da Organização, da definição da estratégia para a sua consecução e da determinação das políticas, projectos e programas, fundamental no processo de gestão assim como na definição do caminho para o futuro, a função do controlo ou avaliação é, indubitavelmente, a fase em que é medido o desempenho das instituições, nas suas diversas valências, em que este é comparado com o planeamento feito e em que são avaliados os desvios observados, bem como a razão da sua existência.

Não existe um planeamento eficaz e eficiente se este importante instrumento de gestão não for monitorizado de forma sistemática e objectiva através da elaboração de Relatórios de Actividades.

O Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro, tornou obrigatória a elaboração de planos e relatórios de actividades anuais em todos os serviços e organismos da administração pública, sendo certo que estes dois instrumentos de gestão, independentemente da sua imposição legal, são fundamentais na prossecução e implementação de medidas gestórias que visam, sempre e em última instância, servir melhor o cidadão.

O presente Relatório de Actividades permite disponibilizar informação de forma a que se possa analisar a alocação dos recursos com vista aos objectivos previamente definidos, no Plano de Actividades, e avaliar os resultados alcançados.

Por outro lado, o presente relatório foi elaborado numa perspectiva de análise crítica da forma como se desenvolveu a actividade na Direcção-Geral de Saúde, permitindo assim detectar a existência ou não de desvios entre o que foi realizado e o que foi programado realizar constituindo, portanto, um instrumento fundamental para a optimização futura das acções a desenvolver.

A Direcção-Geral de Saúde tem como principal missão promover a saúde dos portugueses, elevando o nível de bem estar físico, mental e social e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Compete-lhe, neste âmbito e tendo em conta o recorte da sua missão, garantir o estudo e apoio no desenvolvimento e execução da política global de saúde, bem como assegurar o apoio técnico no âmbito da cooperação internacional e coordenação das intervenções do Ministério da Saúde relacionadas com a União Europeia.

Configurada como uma instituição de referência indispensável para todos aqueles que pensam e actuam no campo da saúde, com funções primordiais ao nível transversal do Sistema Nacional de Saúde, compete-lhe ainda desenvolver todos os procedimentos adequados que visem garantir uma orientação, coordenação e fiscalização das actividades de prevenção da doença e da prestação de cuidados de saúde.

Assim, e para facilitar a leitura e a avaliação do grau de execução dos objectivos, programas e projectos, partiu-se de uma metodologia que assentou, numa primeira fase, na análise das competências e atribuições fixadas na Lei Orgânica da Direcção-Geral de Saúde para cada Direcção de Serviços, agregando, para o efeito, todos os programas e projectos que seriam o suporte do desenvolvimento e cumprimento das respectivas competências, no sentido de permitir um "diagnóstico" o mais fidedigno possível da actividade a desenvolver por cada unidade orgânica.

Finalmente e tendo em conta a sua principal missão, elaborou-se o presente Relatório de Actividades, que se encontra estruturado de modo a enquadrar as actividades desenvolvidas, de acordo com as atribuições da Direcção-Geral de Saúde, nas suas diferentes áreas de actuação (Direcções de Serviço), sistematizando todas as actividades relevantes realizadas e a elencação dos produtos que se concretizaram nos anos 2001 e 2002, no âmbito dos programas e projectos, de forma a permitir a avaliação das acções desenvolvidas, das programadas e não concretizadas e, das acções não previstas mas realizadas.

Uma última referência para salientar que no presente Relatório surgem não só unidades orgânicas não previstas na lei mas que, por necessidade efectiva da própria Direcção-Geral a

sua existência teve razão de ser (ex: Núcleo de Informática) como não aparecem unidades previstas na lei, mas que , por disposições legais não funcionaram no âmbito deste Organismo, como é o caso da Divisão de Programação e Controlo e o Gabinete de Estudos.

## 1. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Para a concretização das actividades desenvolvidas a Direcção-Geral de Actividades dispôs dos recursos humanos constantes do mapa que se segue, salientando-se, desde já, que o Quadro de Pessoal se encontra desajustado em termos numéricos e qualitativos, para o cumprimento eficiente e eficaz das atribuições técnico-normativas que lhe estão atribuídas pela Lei.

### QUADRO DE PESSOAL DA DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE

(31.12.02)

CARREIRA/ÁREA FUNCIONAL	CATEGORIA	Nº. DE LUGARES	LUGARES OCUPADOS	LUGARES VAGOS	OBSERVAÇÕES
DIRECÇÃO	Director-Geral	1	1	0	
	Subdirector-Geral	4	1	3	
PESSOAL DIRIGENTE	Director de Serviços	6	6	0	* Lugares assegurados em gestão corrente e em regime de substituição.
	Chefe de Divisão	23	12*	11	
CAR. MÉDICA HOSPITALAR	Chefe de Serviço	4	(1)	3	1 lugar criado pela Port. nº.592/01 de 19/3 a extinguir quando vagar.
	Assist. Graduado/Assistente	7	3	4	
CAR. MÉDICA DE SAÚDE PÚBLICA	Chefe de Serviço	11	4+(4)	3	4 lugares criados pelas Port. nº. 119/98 de 12/1, nº. 593/01 de 19/3, nº. 1713/02 de 21/11 e nº. 346/02 de 21/3 a extinguir quando vagarem.
	Assist. Graduado/Assistente	10	7	3	
CAR. MÉDICA DE CLÍNICA GERAL	Chefe de Serviço	4	(1)	3	1 lugar criado pela Port. nº. 1292/01, de 27/7 a extinguir quando vagar. * 1 lugar a extinguir quando vagar por força do disposto no artº. 47º. do D.L. nº. 73/90, de 6/3.
	Assist. Graduado/Assistente Clínico Geral	7	6	1	
		1	(1)*	0	
CAR. TÉCNICA SUPERIOR DE SAÚDE	Asses. Sup./Assessor	3	0	3	* Ramo de Eng. Sanitária ** Ramo de Farmácia
	Assist. Princ./Assistente* Asses. Sup./Assessor	2	0	2	
	Assist. Princ./Assistente**	2	0	2	
		4	0	4	
CAR. TÉCNICA SUPERIOR	Asses. Principal/Assessor/ Téc. Sup. Principal/Téc. Sup. de 1ª. classe/Téc. Sup. de 2ª. classe	102	54+(8)	40	
CAR. TÉC. SUP. SERV. SOCIAL	Asses. Princ/Assessor/Téc. Sup. Princ./Téc. Sup. de 1ª.e 2ª. classe	2	2	0	

CAR.TÉC. SUP. BIBL. E DOCUMENTAÇÃO	Asses. Princ./Assessor/Téc. Sup. Princ./Téc. Sup. de 1ª. e 2ª. classe	2	0	2	
CAR. TÉC. SUP. DE INFORMÁTICA	Esp. do Grau 3-Nível 2/Esp. Grau 3-Nível 1 Esp. Grau 2-Nível 2/Esp. Grau 2-Nível 1/Esp. Grau 1-Nível 2	2 3	1 1(1)*	1 1	* 1 lugar criado ao abrigo do disposto nos nºs 1 e 3 do artº. 15º. do D.L. nº. 493/99, de 18/12, a extinguir quando vagar.
CAR. DE PROGRAMADOR	Téc. Grau 3-Nível 2/Téc. Grau 2-Nível 2/Téc. Grau 2-Nível 1	3	2	1	
CAR. DE OPERADOR DE SISTEMA	Téc. Grau 1-Nível 3/Téc. Grau 1-Nível 2/Téc. Grau 1-Nível 1	3	3	0	
CAR. DE ENFERMAGEM	Assessor                      Téc. Enfermagem	3	2+(1)	0	
CAR. TÉC. CONT E ADMINISTRAÇÃO	Téc. Esp. Princ./Téc. Esp/Téc.Princ/Técnico de 1ª. e de 2ª. classe	1	1	0	
CAR. TÉC. DIAG. E TERAPÊUTICA (área Higiene Oral)	Téc. Esp. de 1ª. classe/Téc. Esp./Téc. Princ./Téc. de 1ª. e 2ª. classe	2	1	1	
CAR.TÉC. DIAG. E TERAPÊUTICA (área Med. Nuclear)	Téc. Esp. de 1ª. Classe/Téc. Esp./Téc. Princ./Téc. de 1ª. e de 2ª. classe	2	0	2	
CAR. TÉC. PROF. (operador de audiovisuais)	Téc. Prof. Esp. Princ./Téc. Prof. Esp./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. de 1ª. e de 2ª. classe	2	0	2	
CAR. TÉC. PROF. (desenhador de artes gráficas)	Téc. Prof. Esp. Princ./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. de 1ª. e de 2ª. classe	2	2	0	
CAR. TÉC. PROF. (desenhador)	Téc. Prof. Esp. Princ./Téc. Prof. Esp./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. de 1ª. e de 2ª. classe	2	1	1	
CAR. TÉC. PROF. (tradutor)	Téc. Prof. Esp. Princ./Téc. Prof. Esp./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. de 1ª. e de 2ª. classe	2	0	2	
CAR. TÉC. PROF. (biblioteca e documentação)	Téc. Prof. Esp. Princ./Téc. Prof. Esp./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. de 1ª. e de 2ª. classe	4	2	2	
CAR. TÉC. PROF. (assistente de relações públicas)	Téc. Prof. Esp. Princ./Téc. Prof. Esp./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. de 1ª. e de 2ª. classe	3	1	2	

<b>CAR. TÍC. PROFISSIONAL</b>	Téc. Prof. Esp. Princ./Téc. Prof. Esp./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. Princ./Téc. Prof. de 1ª. e de 2ª. classe	4	3	1	
<b>COORDENAÇÃO E CHEFIA</b>	Chefe de Repartição	3	2+(1)	0	Os actuais lugares de Chefe de Repartição que não tenham correspondência em unidades orgânicas são extintos à medida que vagarem, conforme o n.º 3 do art.º 6.º do D.L. n.º. 265/88, de 28/7.
<b>COORDENAÇÃO E CHEFIA</b>	Chefe de Secção	4	4	0	
<b>CAR. DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO</b>	Assist. Adm. Esp./Assist. Adm. Princ./Assist. Admi.	135	105	30	
<b>CAR. DE OPERÁRIO ALTAMENTE QUALIF./IMPRES. ARTES GRÁFICAS</b>	Operário Princ./Operário	5	0	5	
<b>CAR. DE MOT. LIGEIOS/PESADOS</b>	Motorista de Ligeiros/Pesados	11	5	6	
<b>CAR. DE TELEFONISTA</b>	Telefonista	8	5	3	
<b>CAR. DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO</b>	Encarregado	2	1	1	
	Aux. Administrativo	37	24+(8)	5	
<b>CAR. DE OPERADOR DE REPROGRAFIA</b>	Operador de Reprografia	4	3+(1)	0	
<b>TOTAL</b>	-	<b>442</b>	<b>265 (27)</b>	<b>150</b>	

**NOTA** – Com excepção do pessoal dirigente e das chefias administrativas, o número de lugares resulta do somatório dos lugares constantes das Portarias n.ºs. 991/93, de 8 de Outubro e 1105/93, de 2 de Novembro, mantidas em vigor nos termos do n.º. 2 do art.º. 42.º do D.L. n.º. 122/97, de 26 de Maio, que aprova a orgânica da Direcção-Geral da Saúde.

( ) lugares a extinguir quando vagarem.

Da análise do mapa constata-se que, dos 442 lugares previstos, encontram-se ocupados 66% dos lugares e que a maioria dos lugares vagos existentes se centra nas carreiras técnica superior e de assistentes administrativos, o que corresponde a 47% relativamente às vagas existentes.

Os recursos financeiros de que dispôs a Direcção-Geral nos anos de 2001 e 2002 foram constituídos pelas seguintes verbas:

- Verbas inscritas no Orçamento de Funcionamento e Cooperação Internacional;
- Verbas do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central – PIDDAC;
- Verbas dos Fundos Comunitários – FEDER – SAÚDE XXI – FSE

O orçamento de funcionamento e de cooperação internacional aprovado para os anos de 2001 e 2002 totalizou, € 16.888.460 representando os encargos com pessoal a percentagem de 75% que inclui, nomeadamente, remunerações permanentes, ajudas de custo e encargos sociais. Os restantes 25% % incluem os encargos inerentes ao normal funcionamento da DGS, tais como despesas de comunicação, rendas e aquisição de materiais consumíveis.

Quanto ao PIDDAC, e depois das reduções de €116.529 para o ano 2001 e de € 354.790 para o ano 2002, determinadas pela 14ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, foram orçamentadas verbas no valor de € 1.458.055,60 em 2001 e de €646.868,00 em 2002, o que totalizou € 2.104.923,60.

Relativamente às verbas comunitárias, o valor global cifrou-se em € 314.764,00 euros.

Em síntese, no conjunto dos orçamentos de funcionamento e de cooperação internacional e PIDDAC, a Direcção-Geral da Saúde foi responsável pela utilização em 2001 e 2002 de uma verba que totalizou o valor de € 18.985.381,60. Se a esta verba se juntar as verbas do FEDER, aquele valor sobe para € 25.300.145,60.

Não pode também deixar de se referir que, no seu trabalho a Direcção-Geral da Saúde, tem alguns constrangimentos que se manifestam, quer a nível financeiro, nomeadamente, a falta de autonomia financeira o que dificulta a execução atempada dos projectos, quer quanto aos recursos humanos que têm de atender à execução das mais variadas tarefas sempre com grande urgência de execução.

Finalmente, é de referir o facto das instalações desta Direcção-Geral se estenderem por variados edifícios (Alameda, Arroios, Alcântara, Av. Álvares Cabral, Av. Estados Unidos da América e Av. de Roma) o que, para além de dificultar o trabalho pela dispersão de meios, gerar custos adicionais.

## **2. ACTIVIDADES REALIZADAS POR SERVIÇO**

### **2.1 GJ/ Gabinete Jurídico**

- Elaboração de estudos e pareceres jurídicos de matérias relacionadas com as competências dos serviços desta Direcção Geral;
- Assegura o patrocínio judiciário da Direcção-Geral;
- Acompanhamento dos processos de concurso do grau de consultor das carreiras médicas; Estudo e preparação para submissão à Comissão Técnica e despacho ministerial dos pedidos de suficiência curricular para candidatura a concursos de habilitação ao grau de consultor das carreiras médicas;
- Estudo e preparação para despacho dos processos de contra ordenações, nomeadamente tabagismo, pesticidas, alimentos (decorrente, igualmente, de legislação avulsa, conforme indicado em sede própria).
- Análise dos processos de dívidas incobráveis (artigo 13º do Decreto-Lei nº 19/88, de 21 de Janeiro), que ocorreram antes da entrada em vigor da Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro;
- Estudo dos pedidos de apresentação ao processo de avaliação curricular dos médicos da carreira de clínica geral, bem como dos pareceres das respectivas comissões (nº2 do artigo 47º do Decreto-Lei nº 73/90, de 6 de Março, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 29/91, de 11 de Janeiro);
- Instrução dos processos de contra-ordenações de:
  - . Tabagismo - Decreto-Lei nº 226/83, de 27 de Maio, com as alterações sucessivas;
  - . Pesticidas - Decreto-Lei nº 294/88, de 24 de Agosto, com as alterações sucessivas;
  - . Licenciamento de exercício da actividade das unidades privadas de saúde - Decreto-Lei nº 217/99, de 15 de Junho;
  - . Publicidade a tratamentos médicos e medicamentos - Decreto-Lei nº 330/90, de 23 de Outubro, com as alterações sucessivas;
  - . Alimentação especial -.Decretos-Lei nºs 227/99, 233/99 e 285/2000, respectivamente de 22 e 24 de Junho e 10 de Novembro.
- Colaboração à Divisão de Saúde Ambiental, no projecto de revisão da Portaria nº 178/97, de 11 de Março e despacho nº 242/96, de 13 de Agosto

### **Grupos de trabalho em que representa a DGS**

- Conselho Nacional da Publicidade de Medicamentos - Dr. António Ferreira Coelho; Reuniões de 2 em 2 meses, para além de reuniões extraordinárias.

## 2.2 GDD/ Gabinete de Documentação e Divulgação

- Compete proceder à recolha sistemática de documentação nacional, e estrangeira, na área da saúde e proceder a sua divulgação pelas instituições e serviços do sistema de saúde, de modo a informar os profissionais de saúde, utilizadores e demais agentes do sistema de saúde.
- Aquisição/permuta de documentos – Entrada de 563 livros - 20 por compra (3.700 euros); assinatura de 97 revistas estrangeiras (43.351,44 euros), de 20 revistas portuguesas (gratuitas) e Diário da República e Jornal Oficial EU (1.414,15 euros);
- Tratamento documental – introdução de 1.023 novos registos (livros e artigos de revistas portuguesas) na base de dados de Documentação Técnica e de 606 (DR, JOCE e CN/CI) nas bases de dados de legislação; fez-se também a revisão global da base de dados de documentação técnica, para eliminação de duplicações e outras correcções; ficou operacional a aplicação para gestão de empréstimos, completamente actualizada (2.310 leitores inscritos); fez-se a revisão das bases de dados de legislação, preparando-se a sua conversão para uso de nova parametrização em Windows, de modo a permitir a sua disponibilização na WEB e na rede local DGS.
- Atendimento de utilizadores - o número total de atendimentos foi de 8309, distribuídos, assim, por sector: Biblioteca – 3.865; Legislação – 3.346; Secretariado/Edições – 1.098;
- Elaboração/difusão mensal de ‘Sumários’ e semanal de “Legislação” – Continuaram a ser difundidos em suporte papel, não tendo sido iniciada a difusão em suporte electrónico de “Sumários”, conforme previsto no plano de actividades;
- Difusão de informação às ARS, SRS e outras instituições de saúde – A base de dados de Documentação Técnica está disponível em linha, através do servidor da Biblioteca Nacional e com apontador para a página da DGS; houve atraso na disponibilização em linha, e na rede da DGS, das bases de dados de Legislação, por motivos não imputáveis ao GDD, situação que supomos vir a ser ultrapassada em Janeiro de 2003, tendo-se feito a exportação semanal dessas bases para as SRS e ARS(1). Fez-se difusão geral e selectiva de Informação por via electrónica (Listserv Equidad, da PAHO, Destaques do INE, Guidelines de National Guideline Clearinghouse, dos EUA e de National Institute for Clinical Excellence, do RU, Observatório Europeu de Sistemas de Saúde, de páginas OMS e OMS-Euro, CDC), não contabilizada, que se estima em cerca de 500 informações difundidas);
- Difusão de 39 edições da DGS (2001e 2002) e de outros (UNICEF e CNLS);
- Actualização de endereços – Feita a revisão e actualização de endereços que, neste momento, totalizam 1.630;

- Edições a actividade geral deste sector centra-se em: elaboração/revisão de textos; análise com autores das propostas de alterações; processamento de texto; proposta de estudo gráfico; catalogação na fonte; acompanhamento de execução gráfica; difusão;
- Elaboração de catálogo de edições 1995 – 2002; elaboração, edição e difusão de Textos Dia Mundial da Saúde (tradução e adaptação, com DES); difusão, através de Circular Informativa Interna n.º 3, das Regras Editoriais; edição e difusão do n.º 1 dos “Cadernos” da DGS; preparação do n.º 2, que continua a aguardar publicação por falta de financiamento;
- Revisão, edição e difusão de Ganhos de Saúde (1.º e 2.ª edições), de 6 títulos de Redes de Referenciação (com DSP), de Relatório Mundial da Saúde, de Manual de Esterilização, de cartaz e folheto relativos ao DMS, de “Programa-tipo de Saúde Infantil e Juvenil” e do n.º 49 de “Entre-Nous”;
- Revisão de “Bases Epidemiológicas do Controlo da Tuberculose”, de “Saúde Juvenil no Masculino”, de “Entre Nous” n.º 50 (ainda em curso), de “Plano Nacional de Saúde”, de 4 títulos de Redes de Referenciação, de “Elementos Estatísticos: Saúde 1999”, respectivos resumos em português e inglês (Portugal saúde 1999/Health in Portugal 1999) e de “Estratégias de Combate à Violência Doméstica”.
- Revisão e edição de “Manual de Boas Práticas em saúde oral”;
- Difusão de 19 publicações (6 técnicas e 13 de educação para a saúde) ;
- Venda de 108 publicações (correspondentes a 6 títulos, com 80 exemplares de “Dicionário de Epidemiologia”), cuja receita total se cifrou em 1.575,57 euros;
- Alimentação e gestão do Sítio - Conversão para (html e pdf) de: 16 Circulares; Textos Dia Mundial da Saúde; “Natalidade, mortalidade infantil e perinatal 1996-2000”; “Doenças Transmissíveis de Declaração Obrigatória 2000”; “Mortalidade Geral e por algumas causas 2000” (ainda em curso);
- Revisão de estrutura da página: preparada, em paralelo à normal alimentação, com actualização da informação e com nova arrumação dos conteúdos;
- Aberta consulta, a 3 firmas, para a reestruturação do Sítio (não cabimento, por constrangimentos orçamentais e revisão da taxa de financiamento Saúde XXI); preparada e difundida, por todos os Serviços da DGS, a estrutura superiormente decidida;
- Rede de documentação/informação de Saúde – Realizada reunião nacional, com participação dos Centros de Documentação/Informação das SRS Interlocutores de Difusão das ARS, para definição de trabalho a realizar em 2002; feito plano de formação para os CDI, com financiamento do FSE, a propor pela ARS Centro, mas aberta a todas as ARS; realizados contactos formais com as ARS do Centro (Presidente) e de LVT (Vogal com a tutela de Recursos Humanos e Formação), de modo a decidir quais as formas de reanimação da Rede a nível regional; já realizada reunião regional do Centro (em curso, o levantamento de serviços, fontes de informação e outros recursos disponíveis em cada distrito, nomeadamente nos Centros de Saúde e Hospitais; Promoveu reunião com o Presidente da ARS do Norte, da qual se aguarda resposta.

**Grupos de trabalho em que representa a DGS**

- Rede WHO Documentation Centres in Europe. O GDD é o Centro de Documentação OMS, em Portugal.- Foram difundidos 213 documentos, com realce para o Relatório sobre Saúde e Violência (e a tradução do Relatório Mundial da Saúde de 2001), em que se privilegiou a difusão junto de decisores políticos – Presidência da República, Presidência do Conselho de Ministros, Assembleia da República, com conhecimento a todos os Grupos Parlamentares, e Ministro da Saúde.
- Celebração de protocolo de colaboração entre os Ministérios da Saúde e da Cultura. Disponibiliza para a população portuguesa hospitalizada o acesso à cultura, nomeadamente através do acesso ao livro e à leitura, 23.4.98. Esta actividade não tem tido a atenção devida, por parte do GDD, junto das Bibliotecas hospitalares – por carência de profissionais de BD - para o desenvolvimento de actividades de leitura pelos doentes, com celebração de protocolos com as Bibliotecas públicas. Em 2002, apenas apoiamos, por iniciativa do próprio, o Hospital de São João, do Porto.

### 2.3 NAI/ Núcleo de Apoio à Informática (Unidade não prevista na Lei Orgânica )

- Gestão da rede e equipamentos informáticos:
  - . Expansão e reestruturação da rede informática da DGS: Foi efectuado o levantamento da capacidade instalada (documento onde constam todas as especificações da rede) e necessidades actuais; Em curso o reforço da capacidade do servidor de mail e correio electrónico; Em curso a substituição de equipamentos de rede que se encontram descontinuados;
- Participação no planeamento e implementação de sistemas de informação; desenvolvimento e controle de projectos/aplicações:
  - . RAHE (Sistema de Gestão de Recursos Humanos): Encontram-se ligados os computadores e periféricos para o funcionamento da aplicação;
  - . Sistema de Licenciamento e Convencionamento: O desenvolvimento da aplicação passou a ser da responsabilidade do IGIFS, conforme Despacho do Senhor Director-Geral e Alto Comissário da Saúde, de Junho de 2002;
  - . LIFE (Sistema de Informação Nacional relativo à Vigilância da Qualidade das Águas): Concretizada a instalação da versão actualizada do programa (nas várias Sub-Regiões e Laboratórios de Saúde Pública); encontra-se em desenvolvimento a versão para web desta aplicação (caderno de encargos e adjudicação concluídos);
  - . DOTES (Base de Dados Bibliográficos da DGS): Concluído o processo de disponibilização da base de dados no site da DGS, através do servidor da Biblioteca Nacional (NAI intervém colaborando na actualização trimestral da base de dados);
  - . Workflow Documental: Foi implementado e testado o sistema em 10 postos de trabalho; foi efectuado recentemente um up-grade da aplicação actual, que se encontra ainda em fase de testes no EGA;
  - . EURO: foram adaptados os equipamentos e feito o levantamento dos documentos internos passíveis de serem alterados com a implementação do EURO;
  - . Programa de Promoção da Melhoria do Acesso – Listas de Espera: Gestão da aplicação passou a ser responsabilidade da DSIA.
- Apoio aos utilizadores sobre os sistemas de informação instalados, na operação de equipamentos e diagnóstico e resolução dos respectivos problemas.

## **2.4 RA/ Repartição Administrativa**

- Execução de todas as acções relativas ao recrutamento, selecção, provimento e cessação de funções do pessoal;
- Organização da base de dados relativa ao pessoal;
- Assegurou o funcionamento do sistema informático de registo, controlo, distribuição e pesquisa de correspondência;
- Promoveu a divulgação pelos serviços de normas internas e demais directivas de carácter geral;
- Execução das tarefas de arquivo e respectiva microfilmagem;
- Assegurou os demais procedimentos de administração geral;
- Efectuou os processamentos dos vencimentos e de outras remunerações e abonos;
- Emissão de propostas e pareceres referentes à gestão de pessoal, nomeadamente, mobilidade, reclassificação e reconversão profissionais, etc.;
- Controlo da assiduidade dos funcionários.

## 2.5 RF/ Repartição Financeira

- Assegurou as acções necessárias à elaboração e execução do orçamento;
- Promoveu a cobrança de receitas e efectuou o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
- Elaborou o relatório e a conta anual de gerência;
- Procedeu à execução orçamental dos Programas, Projectos e Sub projectos do PIDDAC;
- Execução e acompanhamento financeiro das actividades decorrentes dos Programas Integrados de Cooperação Internacional e PALOP;
- Organização dos processos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos serviços;
- Elaboração do inventário do património;
- Assegurou a gestão do património, bem como a conservação dos edifícios, e procedeu à elaboração e actualização do respectivo cadastro.

## **2.6 DSIA/ Direcção de Serviços de Informação e Análise**

- Promover e coordenar as actividades de recolha, tratamento, análise e divulgação de informação estatística.
- Acompanhamento da execução em reprografia das publicações da DSIA;
- Elaborou o 3º relatório sobre a saúde (1996/1998) para a “Carta Social Europeia” relativa a Portugal para o Conselho da Europa (os 2 relatórios anteriores foram elaborados pela DEST)
- Actualização permanente da Base de Dados ECO Santé (OCDE) e da Base de Dados HFA (OMS – Europa)

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- O Conselho Superior de Estatística. Desp. Conj. (Primeiro Ministro + Ministro Equipamento, Planeamento e Administração Território), 31.1.96, DR. II Série, de 5 .3.96. Desp. Min. de 16.11.98.
- Coordenação do secretariado técnico de informação, criado pelo Desp. 7144 (Min. Saúde), DR. 82, II Série, 8.4.2002, com sede na DGS, com um representante da DGS.
- Coordenação do Projecto SInt/Centro de Contacto (criado no âmbito do SETESI, 20.10.2001, por Despacho do DG e Alto-Comissário da Saúde, com a finalidade de se constituir um grupo de apoio ao desenvolvimento da gestão do conhecimento em saúde.
- Grupo de Trabalho sobre Estatística da Saúde de Saúde Pública (EUROSTAT) (Comissão da União Europeia). Representante do INE: Dr. Vítor Garcia.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- “OECD Health Data”. Correspondentes nacionais da base de dados – 1 reunião anual
- “Grupo de Trabalho de Política Social” OCDE – 1 reunião anual

### 2.6.1 DEP/ Divisão de Epidemiologia

- Apoio estatístico às actividades da Direcção-Geral e promoção do conhecimento da situação epidemiológica;
- saúde;
- serviços, promoção da sua divulgação e avaliação e revisão periódicas;
- população.
- 
- Defesa do Consumidor – apoio à campanha de Segurança Alimentar.

#### **Grupos de trabalho em que representa a DGS**

- Boletim Europeu de Vigilância Epidemiológica. Participação na equipa editorial do Eurosurveillance. Representante: Dr<sup>a</sup> Judite Catarino;
- Health Monitoring Program (Pilar B, HIEMS e HSSCD). Pilar B. Representante da DGS: Dr. Mário Carreira.
- Grupo informal para a revisão do Certificado de Óbito – DG Saúde, INE e Direcção-Geral dos Registos e Notariados.

#### **Órgãos, comissões e grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comité do Programa “Vigilância da Saúde” (Comissão das Comunidades Europeias ). Representante: Prof. Paulo Ferrinho, Desp. Min. de 1.8.2001.
- Methodologies for Producing EU-Wide Comparable Disease Specific Morbidity data (Comissão Europeia). Representante: Dr. José Giria
- Projecto EISS – European Influenza Surveillance System. Vigilância da Gripe (Comissão Europeia). Representante: Dr<sup>a</sup> Isabel Marinho Falcão
- Projecto CJD (2) – Creuzfeldt Jakob Disease – Estudo e caracterização dos casos de DCJ (criação de uma rede de informação) (Comissão Europeia). Representante: Dr. Mário Carreira.
- Projecto Eurosurveillance Bulletin (DGV) no âmbito do Programa SIDA e outras Doenças Transmissíveis (Comissão Europeia). Representante: Dr<sup>a</sup> Judite Catarino.
- Projecto HIEMS – Health Information Exchange and Monitoring System (Subprojecto do IDA-CARE – Interchange of Data Between Administrations – no âmbito do TAC – Telematics for Administrations Committee) (Comissão Europeia) – Dr. Mário Carreira.
- Projecto HSSCD – Health Surveillance System on Communicable Diseases (Subprojecto do IDA-CARE – Interchange of Data Between Administrations – no âmbito do TAC – Telematics for Administrations Committee) (Comissão Europeia) – Dr. Mário Carreira.

### 2.6.2 DEST/ Divisão de Estatística

- Recolha e tratamento da informação relevante para o estudo dos problemas da saúde;

–  
–  
–  
–

Colaboração com os restantes serviços do Ministério da Saúde na definição de necessidades em matéria de informação e na selecção, padronização, colheita, registo, tratamento, interpretação e divulgação de dados;

- informação.

–  
–  
–

respectivas moradas, segundo critérios de localização geográfica;

- Gíria;

–  
–

Martins;

#### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Grupo de Trabalho sobre harmonização de conceitos estatísticos na área da saúde. Criado para a uniformização de conceitos e critérios a utilizar nos apuramentos estatísticos de Hospitais e Centros de Saúde. Em colaboração com o IGIF;
- Grupos de Trabalho com o INE com vista à revisão da informação a recolher nos verbetes dos Centros de Saúde e dos Hospitais. Grupo de Trabalho DGS/INE;

#### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Conselho Superior de Estatística e nas suas estruturas de apoio (Secção Permanente de Estatísticas; Demográficas e Sociais, da Família e do Ambiente e Grupo de Trabalho de Estatísticas de Deficientes). Secção Permanente/Comissões. Grupo de Trabalho. Representação como vogal suplente do Ministério da Saúde;

### **2.6.3 DISCM/ Divisão de Inquéritos de Saúde e Codificação de Doenças, Traumatismos e Causas de Morte**

- Preparação, lançamento e exploração de inquéritos de saúde, quer de natureza estatística, quer epidemiológica;
- Tratamento e divulgação dos dados obtidos;
- Codificação de doenças, traumatismos e causas de morte e garantia da coordenação e normalização da codificação, nomeadamente através da uniformização de conceitos, nomenclatura e metodologia;
- Assegurou as funções de órgão delegado do INE para codificação de verbetes de óbito.

#### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Causas de Morte (EUROSTAT) (Comissão da União Europeia)

## 2.7 DSP/ Direcção de Serviços de Planeamento

- Promoveu, coordenou e avaliou as actividades de planeamento no sector da saúde;
- Estabeleceu as ligações no que respeita ao PIDDAC, com os Ministérios do Planeamento e Finanças.

### **Grupos de trabalho em que representa a DGS**

- Comissão de Planeamento de Saúde de Emergência. Dec.-Lei 287/92 (Min. Defesa Nacional, DR. 297, I-A, 26.12.92; Representante: Dr. Adriano Natário (membro efectivo) e Dr<sup>a</sup> Ana Távora (suplente);

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Grupo de Coordenação Interdepartamental para o lançamento do novo Hospital Condes de Castro Guimarães-Cascais (forma de parceria). Criado pelo Desp. 1977/2002 (Min. Saúde), DR. 21, II Série, 25.1.2002;
- Grupo de Coordenação Interdepartamental para o lançamento do novo Hospital de Loures (forma de parceria). Criado pelo Desp. 1977/2002 (Min. Saúde), DR. 21, II Série, 25.1.2002;
- Grupo de Coordenação Interdepartamental para o lançamento do novo Hospital de Reynaldo dos Santos (forma de parceria). Criado pelo Desp. 1977/2002 (Min. Saúde), DR. 21, II Série, 25.1.2002;
- Grupo de Coordenação Interdepartamental para o lançamento do novo Hospital de São Marcos (forma de parceria). Criado pelo Desp. 1977/2002 (Min. Saúde), DR. 21, II Série, 25.1.2002;
- Grupo de Coordenação Interdepartamental para o lançamento do novo Hospital de Sintra (forma de parceria). Criado pelo Desp. 1977/2002 (Min. Saúde), DR. 21, II Série, 25.1.2002;
- Grupo de Coordenação Interministerial para o lançamento dos novos Hospitais de Faro – Évora – Braga – Vila Nova de Gaia e Vila do Conde /Póvoa do Varzim.

### **Grupos de trabalho a funcionar na DSP e da sua iniciativa**

- Recomendações para o desenvolvimento de cuidados intensivos;
- Rede de Referenciação de Genética;
- Rede de Referenciação de Cirurgia Vascular;
- Telemedicina – Recomendações;
- Urgências – Instalações e organizações

### **2.7.1 DPN/ Divisão de Planeamento e Normalização**

- Elaboração de planos no domínio da saúde, estabelecimento de mecanismos de avaliação e acompanhamento da sua execução;
- Preparação de modelos para apresentação de programas e projectos de desenvolvimento para controlo da respectiva execução;
- Propostas de objectivos e estratégias de desenvolvimento do sector da saúde;
- Participação em medidas de coordenação intersectorial de planeamento;
- Assegurou a inserção do planeamento de saúde no sistema nacional de planeamento, tendo em vista a compatibilização dos objectivos e estratégias do sector da saúde com as Grandes Opções do Plano, com os planos de outros sectores;
- Avaliação dos recursos do sector da saúde e proposta de medidas para a sua afectação e promoção, em conformidade com os objectivos de desenvolvimento nacionais e do sector;
- Proposta de critérios de organização dos serviços de saúde, nomeadamente quanto à sua localização e dimensionamento.

## 2.8 DSPS/ Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde

- Coordenação e orientação das actividades de educação e promoção da saúde;
- No âmbito do projecto com financiamento FEDER “Sistema de Alerta e Resposta Apropriada (SARA)” foram dotados de equipamento informático mais 60 delegados concelhios de saúde, cujos serviços ficaram ligados em rede através da rede informática da saúde, a quem foi concedido o acesso ao SARA.

A meta prevista para 2002, ano da conclusão do projecto, foi cumprida tendo-se garantido a cobertura de 50% dos serviços de saúde pública, dos níveis regional, subregional e concelhio, com ligação ao SARA.

Através da rede SARA foi difundido o plano de contingência para a saúde relativo ao bioterrorismo bem como as orientações relativas a informações gerais e específicas sobre o carbúnculo e o bacillus anthracis.

Foi ainda difundida a circular sobre vigilância e controlo das toxinfecções alimentares colectivas, cujos formulários de notificação e posterior investigação epidemiológica estão disponíveis para utilização informática através do SARA.

- No âmbito do projecto com financiamento FEDER “Sistema de Informação dos Centros Regionais de Saúde Pública” dotou-se com equipamento informático todos os laboratórios de saúde pública que assim ficaram ligados em rede com os restantes serviços de saúde pública e com a Direcção-Geral da Saúde, com excepção dos laboratórios de Lisboa e de Portalegre que, embora dotados de equipamento, ainda não providenciaram a sua ligação à rede informática da saúde.

Assim, em 2002, os laboratórios de saúde pública, com excepção dos dois mencionados, introduziram os dados dos resultados laboratoriais na base de dados da Direcção-Geral da Saúde, através da qual é feita a vigilância sanitária e a monitorização da qualidade da água de consumo humano e de recreio ao nível central, regional, sub regional e concelhio.

Ainda no âmbito deste projecto, foi criada uma base de dados para registo centralizado das inoculações vacinais feitas nos centros de saúde, cujo acesso se faz através do SINUS, para o que se contou com a colaboração imprescindível do IGIF.

Outra área abrangida por este projecto, cujo desenvolvimento estava previsto para 2002, é a das doenças de declaração obrigatória (DDO), cuja base de dados é também centralizada, sendo que se pretendia que a introdução dos dados fosse feita a nível local, pelas autoridades de saúde que estão envolvidas no processo de notificação e de investigação epidemiológica destas doenças, estando já a decorrer a fase experimental deste processo através dos serviços de saúde pública de âmbito sub regional.

Estava ainda previsto proceder ao desenvolvimento da aplicação informática para suporte do processo de juntas médicas de incapacidade, para o que se cumpriram todos os procedimentos para a respectiva adjudicação, que não foi autorizada falta de financiamento para garantir a comparticipação nacional do financiamento FEDER.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comissão Permanente para a Revisão e Actualização da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Criada pela Portaria 289/95 (Min. Finanças e do Emprego e Segurança Social), DR. 218, II Série, 20.9.95. Representantes do Ministério da Saúde: Dr<sup>a</sup> Ana M<sup>a</sup> Santos Silva e Dr. José Armando Marques Neves (Adjunto do Delegado Regional de Saúde em Viseu).
  - . Por despacho de Sua Excelência o Ministro da Saúde de 20.10.2002 a Comissão Permanente passou a integrar o Dr<sup>o</sup> Carlos Orta Gomes, Assessor para a saúde ocupacional na Direcção-Geral da Saúde, em substituição da Dr<sup>a</sup> Ana Maria Santos Silva.
  - . A Comissão Permanente aprovou em 2002 o documento referente à proposta de alterações ao Capítulo das “Instruções Gerais”, que vinha a ser analisado em sede da comissão técnica criada ao abrigo do disposto na Portaria nº 1036/2001, de 23 de Agosto.
  - . O documento acima mencionado foi analisado nesta Direcção-Geral pela Comissão Nacional de Acompanhamento da Avaliação das Incapacidades (CNAI), tendo merecido parecer favorável por se considerar que as alterações propostas se adequam aos objectivos da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (TNI), bem como à utilização desta para a avaliação da incapacidade de pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios na Lei, no âmbito das juntas médicas de avaliação das incapacidades.
  - . No contexto da colaboração da Direcção-Geral da Saúde com o Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais, foi solicitada pelo Presidente da Comissão Permanente a contribuição técnica dos peritos desta Direcção-Geral para opinarem sobre os conteúdos que eventualmente devam ser alterados na TNI. Na sequência desta solicitação foram consultadas todas as juntas médicas de avaliação de incapacidades a nível nacional, tendo sido remetidas as propostas de alteração consideradas consensuais para uma melhor aplicação da TNI.
- Grupo de Trabalho para elaboração dos Planos previstos no Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade. Criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 42, de 12.4.01, DR I Série-B, de 5.5.2001. Representante do Ministro da Saúde: Dr. Carlos Orta Gomes;
  - . Este grupo de trabalho elaborou o Plano de Intervenção de Curto Prazo e o Plano Nacional de Acção para a Prevenção, previstos no Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade, tendo pois cumprido a tarefa para que fora criado.

- Programa de Erradicação da Poliomielite na Região Europeia (OMS) – Despacho interno. Representante: Dr<sup>a</sup> Ana Maria Santos Silva;
  - . O Programa Nacional de Erradicação da Poliomielite é coordenado pela Direcção-Geral da Saúde que, em colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Dr<sup>o</sup> Ricardo Jorge, tem levado a efeito o programa de vigilância clínica, epidemiológica e laboratorial da paralisia flácida aguda.
  - . Os resultados obtidos com este programa permitiram que o Comité Regional da OMS declarasse Portugal como país livre da poliomielite, em Junho de 2002, em conjunto com os restantes 50 países da Região Europeia da OMS, o que constitui uma etapa importante no processo de erradicação da doença.
  - . Dada a necessidade de manter de forma sustentada elevadas taxas de cobertura vacinal, o cumprimento do programa de vigilância clínica e laboratorial da paralisia flácida aguda e a contenção laboratorial do vírus polio selvagem, está em curso a elaboração do plano de acção pós-eliminação da poliomielite que integra o plano de contenção laboratorial. No âmbito deste plano foi feito o inventário e enviado um inquérito a todos os laboratórios, públicos e privados, de patologia clínica, de ensino e de investigação, que manipulem produtos biológicos ou outros, passíveis de conterem vírus polio, de forma a garantir o cumprimento das determinações da OMS relativas às medidas de contenção necessárias para evitar a disseminação acidental destes vírus.
- Sub-grupo “Alimentos Dietéticos” do grupo de trabalho “Géneros Alimentícios” (Comissão das Comunidades Europeias). Representante: Dr<sup>a</sup> Anabela Lopes (sempre que nas reuniões se discuta a colocação no mercado das fórmulas para lactentes contendo fructo-oligosacáridos e galacto-oligosacáridos), Desp. Min. 10.1.2001.
  - . A representação do Ministério da Saúde neste Sub-grupo é assegurada pelo Prof. Amorim Cruz. Em 2002 a Dr<sup>a</sup> Anabela Lopes não foi convocada para nenhuma reunião neste âmbito.

#### **Grupos de trabalho a funcionar na DSPS e da sua iniciativa**

- Grupo de Trabalho para a elaboração do Programa-Tipo de Saúde Ocupacional: na sequência da elaboração do Plano de Adaptação do SNS no âmbito do Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade, foi criado um grupo de trabalho para elaborar o programa-tipo de saúde ocupacional, coordenado pelo Dr<sup>o</sup> Carlos Orta Gomes e constituído por mais dois médicos da carreira de saúde pública com a especialidade de medicina do trabalho, duas médicas da carreira de clínica geral, uma das quais com a especialidade de medicina do trabalho, e uma enfermeira-chefe com a especialidade de saúde pública. O grupo de trabalho elaborou o programa-tipo de saúde ocupacional, que enviou para consideração superior.

#### **Atribuições para a DGS constantes de legislação dispersa**

- Alimentos destinados a alimentação especial: Dec.-Lei 227/99, de 22 de Junho;
- Géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial (Dec.-Lei n.º 227/99, de 22 de Junho), engloba os seguintes grupos:
  - . Fórmulas para lactentes e fórmulas de transição: Dec.-Lei n.º 220/99, de 16.6;
  - . Alimentos à base de cereais e alimentos para bebés destinados a lactentes e a crianças de pouca idade: Dec.-Lei n.º 233/99, de 24 de Junho;
  - . Alimentos destinados a serem utilizados em dietas de restrição calórica para

- redução do peso: Dec.-Lei n.º 226/99, de 22 de Junho;
- . Alimentos dietéticos para fins medicinais específicos: Dec.-Lei n.º 212/2000, de 2 de Setembro;
  - . Alimentos adaptados a um esforço muscular intenso, sobretudo para os desportistas.
- O fabricante ou o importador que pretende comercializar os produtos referidos anteriormente deverá notificar a sua comercialização à Direcção-Geral da Saúde, competindo à DGS fiscalizar e controlar o cumprimento das disposições dos diplomas atrás mencionados nos rótulos dos produtos colocados no mercado nacional.
  - No ano de 2002 foram notificados 55 produtos tendo sido um ano em que grande número das firmas que comercializam este tipo de géneros alimentícios procedeu à conformidade do rótulo com a legislação vigente na matéria, pelo que se verificou um elevado número de notificações de alterações aos rótulos dos produtos já notificados em tempos à DGS. O total das taxas cobradas no ano 2002 atingiu o montante de 11721,8 Euros.
  - Fórmulas para lactentes e fórmulas de transição: Dec.-Lei 220/99, de 16 de Junho;
  - Alimentos para fins nutricionais específicos, destinados a serem utilizados em dietas de restrição calórica para redução do peso e como tal apresentados: Dec.-Lei 226/99, de 22 de Junho;
  - Géneros alimentícios para utilização nutricional especial para lactentes e crianças jovens em suplemento das suas dietas e ou adaptação progressiva à alimentação normal: Dec.-Lei 233/99, de 24 de Junho;

### 2.8.1 DES/ Divisão de Promoção e Educação para a Saúde

- Propor orientações técnicas e de intervenção dos serviços para um eficiente uso das tecnologias de educação para a saúde;
  - . Neste capítulo, foram realizadas actividades focalizadas em áreas consideradas prioritárias, designadamente a promoção de estilos de vida saudáveis, em especial enfoque no consumo de tabaco, na educação alimentar, no consumo de álcool, na actividade física e na promoção da saúde em ambientes específicos – locais de trabalho e Rde de cidades saudáveis. No início de 2002, na sequência da visita da Dr<sup>a</sup> Aushra Shatchkute – Divisão de Controlo de Doenças Crónicas Não-Transmissíveis, OMS, Europa), deu-se início a um processo de debate interno sobre a continuidade e alargamento do Programa CINDI a todo o País.
  - Prevenção Primária de doenças crónicas não transmissíveis – Intervenção sobre Determinantes - Elaboração de Documento estratégico (2002)
  - Elaboração de um documento estratégico - Programa de Intervenção Integrada sobre Determinantes da Saúde Relacionados com os Estilos de Vida. O documento está em fase de recolha de pareceres.
  - Prevenção e controlo dos problemas ligados ao Álcool (2001 e 2002)
    - . Foi dada colaboração na redacção e Edição de um manual para profissionais de saúde subordinado ao tema da prevenção dos problemas ligados ao álcool- "Álcool e Problemas Ligados ao Álcool em Portugal" – 30 000 exemplares. Financiado pelo Saúde XXI.
    - . Foi elaborado texto sobre Alcoolismo e Saúde, divulgado no contexto do Dia Mundial da Saúde 2001, subordinado ao tema da Saúde Mental.
    - . Participação no 4º Encontro do Centro Regional de Alcoologia do Sul - 9 de Novembro de 2001 - Moderação da mesa sobre "Prevenção. Medidas tomadas e a tomar".
    - . Apoio técnico à Comissão Interministerial para a Prevenção e Controlo dos Problemas ligados ao Consumo de Álcool. Ao longo de 2001 e 2002.
  - Orientações sobre métodos de Educação para a Saúde (2001 e 2002)
    - . Foi traduzido e editado de um manual para profissionais de saúde sobre aconselhamento dos utentes para a promoção de estilos de vida saudáveis "Guias de Educação e Promoção da Saúde" – tradução de Edição da Associação dos Médicos de Família Espanhola –(2001) Editados 30 000 exemplares. Co-financiado pelo Saúde XXI.
    - . Tradução de manual da OMS sobre " Guia Prático de Avaliação em Promoção da Saúde". Este manual está traduzido, aguardando financiamento para a sua edição.

- Promoção da Educação Alimentar - informação para profissionais (2001 e 2002)
  - . Colaboração na Redacção de Manual para profissionais sobre adolescentes e estilos de vida, em colaboração com a DSMIA. Redacção de capítulo sobre alimentação saudável na adolescência. (2002).
  - . Elaboração de texto para uma Brochura sobre “Actividade física e alimentação” - Texto concluído, em fase de revisão. Aguarda verbas para edição.
  - . Redacção de Manual para a Promoção da Alimentação Saudável no Local de trabalho (2002) (Iniciado - requer financiamento para a sua edição).
  - . Redacção de Manual sobre Alimentação Saudável para os profissionais dos Cuidados Primários de Saúde (2002) (Iniciado - requer financiamento para a sua edição).
- Redução das Desigualdades – Orientações (2002)
  - . Foi elaborado um documento estratégico sobre a redução das desigualdades. (2002).
  - . Elaboração de um Catálogo sobre projectos considerados de boas práticas em Promoção da Saúde e Populações desfavorecidas e desigualdades em saúde - Está em execução, pendente de verbas para a sua edição. (2002).
- Promoção da Actividade Física – Orientações (2002)
  - . Realização de reunião Intersectorial para promoção do Dia Mundial da Saúde 2002, subordinado à temática da Actividade Física. 28 de Fevereiro de 2002, DGS. Apresentada e discutida a evidência científica neste domínio, bem como modelos de boas práticas.
  - . Realização de Encontro técnico-científico subordinado ao tema da Actividade física. Auditório do INFARMED, 6 de Abril de 2002 no contexto das Comemorações do Dia Mundial da Saúde - 7 de Abril.
- Promoção da Saúde no Local de Trabalho
  - . Realizado o III Encontro Nacional de Promoção da Saúde no Local de Trabalho, a 23 de Outubro de 2001. Auditório dos HUC, Coimbra. Foram apresentados modelos de boas práticas, bem como uma avaliação intercalar do Projecto Vida Activa Saudável no Local de Trabalho.
  - . Organização de uma Reunião da Rede Europeia de Promoção da Saúde no Local de Trabalho com todos os representantes da Rede Europeia, em Lisboa, em colaboração com a Escola Nacional de Saúde Pública - 16 de Junho de 2001. Produzido Documento de orientação estratégica - Declaração de Lisboa sobre a Promoção da Saúde nas Pequenas e Médias Empresas.

- . Participação no Projecto europeu - Promoção da Saúde no Local de Trabalho nas pequenas e médias empresas - e elaboração do Relatório nacional. Concluído em Junho de 2001, sob coordenação do Dr. Luís Graça, perito contratado para o efeito.
  - . Organização e realização da II Conferência Europeia sobre Promoção da Saúde no Local de Trabalho nas Pequenas e Médias Empresas, em colaboração com a Rede Europeia, com o BKK (Alemanha), com a Escola Nacional de Saúde Pública e com o Serviço de Medicina do Trabalho da CGD. Culturgest, 18 e 19 de Junho de 2001. Nesta Conferência estiveram presentes cerca de trezentos participantes, dos diferentes Países da EU e Países candidatos, bem como representantes da Comissão Europeia e da Presidência da EU ( Suécia).
  - . Colaboração no Sub Projecto: Promoção da Saúde nos Países Latinos do Sul da Europa que culminou com a elaboração do documento - Decálogo da Sicília, sobre PSLT. (2001).
  - . Divulgação do "Decálogo de Sicília", que contém 10 Recomendações específicas para Portugal e outros Países da Sub Região Europeia em que o nosso País está inserido. (2001)
  - . Divulgação de documentação produzida pela Rede, incluindo o "WHP-Net-News".
- 
- Criação de espaço e elaboração de conteúdos para a página da DGS sobre promoção da saúde.
  - Edições técnicas
    - . Colaboração em edições técnicas da DGS, designadamente:
    - . Colaboração na redacção do Relatório do Director Geral 2001.
    - . Colaboração com 1 artigo sobre Problemas ligados ao Consumo de Álcool para os "Cadernos da DGS , nº 1, 2002.
    - . Colaboração com um artigo sobre Tabaco - estratégias de Prevenção e Controlo para os "Cadernos da DGS" n.º 1, 2002.
  - Formação para a melhoria das práticas de promoção e educação para a saúde
    - . Resposta a diversos pedidos de informação e apoio técnico por parte de profissionais de saúde de educação e jornalistas. Ao longo de 2001 e 2002.
    - . Procedeu à análise dos factores que condicionam a difusão de mensagens de educação para a saúde, identificando as técnicas e os métodos a adoptar;

- Projecto Vida Activa Saudável no Local de Trabalho
  - . Este projecto assume características de projecto de demonstração relativamente às melhores estratégias de intervenção para a promoção de estilos de vida saudáveis nos locais de trabalho. Foi apresentado em Coimbra no II Encontro Nacional de Promoção da Saúde no Local de Trabalho em Outubro de 1998. A fase experimental decorreu entre 1999 e 2001. Neste ano foi apresentado à Rede Europeia de Promoção da Saúde no Local de Trabalho. Do processo de avaliação feito pela Comissão Directiva da Rede resultou o ter sido considerado como Modelo Europeu de Boas Práticas, tendo sido incorporado na brochura "*Criteria and Models of Good Practices for Workplace Health Promotion in Small and Medium-Sized Enterprises*" (páginas 90 e 91), que foi disseminada em 2001. O Projecto foi distinguido pela Rede, tendo sido galardoado com o Certificado de Excelência, assinado pelo Centro de Ligação da Rede e pela Comissão Europeia em 18 de Junho de 2001.
  - . Em 2002 esteve assegurada a continuidade do contacto com as Empresas e ARS que o Projecto integra e definidos os modelos mais adequados para o desenvolvimento futuro, que deverão passar pela descentralização, com o reforço do empenhamento das ARS, através dos Centros Regionais de Saúde Pública, para que desenvolvam acções a nível regional e pela identificação de áreas temáticas consideradas de maior interesse.
  - . Em Julho de 2002 foi preparada e distribuída uma nota informativa que revia o enquadramento, os objectivos e o conteúdo programático dos Seminários Intercalares. Além da síntese das actividades realizadas continha alguns resultados de avaliação do Projecto correspondentes aos anos de 1999, 2000 e 2001. Este Documento serviu de base para discutir as estratégias de como passar desta fase de experimentação à fase de regionalização e implementação por sectores e grupos de interesse. Esta discussão teve lugar na reunião realizada a 4 de Julho, na DGS.
  - . A área temática privilegiada ao longo do ano foi "Alimentação Saudável" no âmbito da qual se destaca o Seminário Intercalar que teve lugar em Castelo de Bode em 7 e 8 de Novembro.

Nota - A continuidade deste Projecto encontra-se seriamente comprometida, em face da saída de dois elementos da Divisão, que integravam a equipa de coordenação do Projecto. Um sociólogo, que entretanto deixou de exercer funções na DGS, desde Julho de 2000, por lhe ter sido autorizada uma Licença sem vencimento de longa duração e um especialista em medicina no trabalho, por ter atingido o limite de idade em Setembro de 2002.

- Projectos de investigação no âmbito da Rede Europeia de Promoção da Saúde no Local de Trabalho
  - . No âmbito da Rede Europeia de Promoção da Saúde no Local de Trabalho, cujo principal objectivo é o de proceder à identificação de estratégias e modelos de boas práticas neste domínio, foram asseguradas as acções correspondentes às responsabilidades e qualidade de Centro Nacional de Contacto, atribuído à DGS, através da DES, entre as quais se referem:
  - . Participação no planeamento e estruturação da iniciativa de PSLT na Administração Pública dos Estados Membros da Rede (desde a Conferência de Lisboa sobre PSLT nas Pequenas e Médias Empresas, em Junho de 2001, quando foram lançadas as bases para a Iniciativa de 2002 sobre PSLT no Sector da Administração Pública) e

- na definição dos critérios e padrões para identificar e certificar Modelos de Boas Práticas de PSLT na Administração Pública;
- . Investigação das práticas de PSLT na Administração Pública em Portugal e identificação de casos relevantes;
  - . Estudo de diversos Modelos, colheita de dados e selecção de dois casos da Administração Local;
  - . Preparação dos relatórios que foram apresentados e submetidos à apreciação dos restantes Centros Nacionais de Contacto da Rede em reuniões onde também avaliamos os Modelos dos outros países;
  - . Preparação das versões finais dos Modelos de Boas Práticas de PSLT das Câmaras de Oeiras e de Almada cujas versões resumidas foram editadas e estão inseridas na brochura editada pela Rede "Models of Good Practice for Workplace Health Promotion in the Public Administration Sector" (páginas 89-92 e 93-95);
  - . Colheita de dados e elaboração do Relatório Nacional sobre PSLT na Administração Pública cuja versão preliminar resumida fora apresentada e discutida em Bruxelas em 23 e 24 de Novembro de 2001 na 12ª Reunião de Trabalho da Rede e posteriormente adaptado ao modelo usado por todos os Estados Membros e de acordo com os comentários dos outros participantes;
  - . Tratamento dos dados nacionais para serem apresentados em forma colectiva na Conferência de Barcelona e contidos na brochura editada pela Rede "Report on the Current Status of Workplace Health Promotion in the Public Administration Sector".
  - . Participação no Comité Directivo e nos trabalhos dos Seminários da Rede preparatórios, de apresentação e discussão dos Relatórios Nacionais e dos Modelos de Boas Práticas e de avaliação final, assim como na Conferência de Barcelona.
  - . Participação na 3ª Conferência Europeia de Promoção da Saúde no Local de Trabalho que teve lugar em Barcelona em 17 e 18 de Junho de 2002 (delegados do Centro Nacional de Contacto, das Câmaras Municipais de Oeiras e Almada e das organizações de trabalhadores para além de outros participantes).
  - . Por cessação de funções do Dr Álvaro Durão não se esteve presente na última reunião da Rede, o que comprometeu a continuidade da nossa participação neste projecto.
- Inquérito de Saúde dos Adolescentes na Escola (2002)
- . Participação no Grupo de Trabalho da DGS, coordenado pela DSIA, para a elaboração do Inquérito de Saúde dos Adolescentes na Escola, sobre actividade física, consumo de tabaco e asma.
- Redução das Desigualdades (2001)
- . Coordenação Nacional do Projecto Europeu "As populações socialmente desfavorecidas e as desigualdades em saúde"/ "Tackling Inequalities in Health", realizado no âmbito da Participação na Rede Europeia das Agências Promotoras de Saúde. Este projecto procurou identificar modelos de boas práticas neste domínio.
  - . Conclusão do Relatório nacional sobre "As populações socialmente desfavorecidas e as desigualdades em saúde"/ "Tackling Inequalities in Health".
  - . Participação na reunião de peritos de 28 a 29 de Setembro de 2001, realizada em Bruxelas, para discussão e apresentação dos resultados deste projecto.
  - . Publicação de Artigo para a Revista Europeia EuroHealth (vol 8, n.º 3, summer

2002) sobre a redução das desigualdades.

- Colaboração com a OMS no Comité para o Desenvolvimento da Promoção da Saúde (2001 e 2002)
- Proceder em colaboração com o INSA, à análise dos factores que conduzem às situações de insuficiências, excessos e desequilíbrios nutricionais da população;
  - . Participação no Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), desde 24/10/2001, designadamente em todas as reuniões plenárias e nos grupos de trabalho. Para além desta participação:
  - . Participação no grupo ad-hoc do CNAN para articulação com o Inquérito Nacional de Saúde na área da Alimentação.
  - . Coordenação do Grupo ad-hoc do CNAN para inventário de iniciativas de educação alimentar.
- Propor regras técnicas e programas de educação alimentar de procedimentos à sua avaliação e revisão;
  - . Redacção e edição de Manual de Alimentação Saudável em Jardins de Infância – editados 30 000 ex. Co-financiado pelo Saúde XXI.
  - . Produção e edição de brochura “Comer Saudavelmente fora de casa” – editados. 300 000 exemplares, co-financiado pelo Saúde XXI.
  - . Elaboração e edição de Colecção de 35 Slides sobre alimentação saudável - editados 1000 colecções (Iniciado em 2001, concluído em 2002). Co-financiado pelo Saúde XXI.
  - . Concepção e Produção de Jogos educativos para jardins de infância subordinados ao tema da alimentação saudável (Criado grupo de trabalho, realizadas três reuniões em 2002). Carece de financiamento para a sua execução.

- . Participação no – Projecto Piloto de Educação Alimentar - da responsabilidade da Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde, do Ministério da Educação (12 reuniões durante o ano de 2002).
- . Participação no Programa de Saúde Oral e Flúor - Task force, coordenado pela Divisão de Saúde Escolar, desde Novembro de 2002. (Actividade não prevista).
- . No contexto do Projecto Vida Activa Saudável no Local de Trabalho, realizou-se um Seminário de formação teórico-prática, em Castelo de Bode - 7 e 8 de Novembro de 2002, subordinado ao tema da Alimentação Saudável no Local de Trabalho. (Actividade prevista em 2001, realizada em 2002).
- . Em 2002 foi também dado apoio à empresa EDP Produção- Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, na área da Alimentação Saudável, tendo sido elaborados desdobráveis sobre educação alimentar e realizadas duas acções de formação para os trabalhadores da Sede da Empresa (Porto, 2001).
- . Promoção da educação para a saúde no que respeita ao controlo da sinistralidade, à prevenção do alcoolismo, do tabagismo, da toxicodependência e da SIDA;
- Promover a educação para a saúde no que respeita ao controlo da sinistralidade, à prevenção do alcoolismo, do tabagismo, da toxicodependência e da Sida
- Prevenção da sinistralidade
  - . Nota - O grupo de trabalho para a prevenção dos acidentes é coordenado pela DSMIA. A DES integra o grupo, que entretanto não reuniu nos últimos dois anos.
  - . Participação no Grupo de Trabalho coordenado pela GNR para a Fadiga e Condução, no âmbito do PISER. Grupo criado em Outubro de 2002.
- Prevenção do Alcoolismo
  - . Elaboração e edição de Colecção de 35 Slides sobre Álcool e Bebidas (Iniciado em 2001, concluído em 2002). Co-financiado pelo Saúde XXI

No contexto do Projecto Vida Activa Saudável no Local de Trabalho, que para além de projecto de demonstração, assinalado na alínea a) é também veículo de formação e educação para a saúde nos domínios do tabaco, do álcool, da alimentação e do controlo do stress. Neste contexto, em 2001 realizou-se um Seminário sobre Álcool no Local de Trabalho, em colaboração com a Empresa BRISA, onde estiveram presentes cerca de 100 participantes. Foram também realizadas acções de formação sobre controlo dos problemas ligados ao álcool nesta empresa, para todos os Directores e chefias intermédias (realizadas 12 sessões). Deste trabalho resultou a elaboração do Regulamento interno desta Empresa para controlo do álcool apresentado ao IDICT. (2001).

– Prevenção do Tabagismo

- . Elaboração de Proposta de alteração da legislação de protecção dos não fumadores nos locais de trabalho, actualização das coimas por incumprimento da legislação tabágica e proibição de fumar em meios de transporte públicos, com duração superior a uma hora, designadamente do Dec.-Lei 226/83, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis 393/88, de 8 de Novembro, 287/89, de 30 de Agosto, 200/91, de 29 de Maio, 276/92, de 12 de Dezembro e 283/98, de 17 de Setembro. Elaborada em conjunto com o Gabinete Jurídico - Dr<sup>a</sup> Albertina Castro. Enviado ao Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Saúde em 20 /12/2002.
- . Coordenação do Grupo de Trabalho que procedeu à elaboração de proposta de texto de transposição da directiva sobre Condições de fabrico, apresentação e venda de produtos do Tabaco - Directiva 2001/37/CE. O Grupo de Trabalho integrou um representante do Instituto do Consumidor - Dr<sup>a</sup> Carla Flores; Um representante da Direcção de Assuntos Europeus e Comunitários - Dr<sup>a</sup> Maria da Guia Manteigas, um elemento do Gabinete Jurídico - Dr<sup>a</sup> Teresa Azevedo e um elemento da Divisão de Saúde Ambiental - Eng<sup>a</sup> Marina Coutinho. Conclusão dos trabalhos em Maio de 2002. Aguarda publicação oficial.
- . Participação no Conselho de Prevenção do Tabagismo (reuniões ao longo do ano).
- . Colaboração nas comemorações do Dia Mundial sem Tabaco (31 de Maio) de 2001 e 2002.
- . Moderação da Mesa redonda sobre “Fumo Passivo” no Centro Cultural de Belém – Dia Nacional do Não Fumador, no dia 16 de Novembro e apresentação a 17 de Novembro das conclusões., em sessão plenária.
- . Apoio ao Grupo Saúde (Bruxelas) nas questões relacionadas com a Directiva sobre publicidade ao tabaco e a participação da U.E. nas II e III , IV e V Reuniões de negociação intergovernamental da Convenção – Quadro de Luta anti Tabaco da OMS, ao longo de 2001 e 2002.
- . Participação na II, III, IV e V Reuniões do Órgão de negociação intergovernamental para uma Convenção – Quadro de Luta anti Tabaco da OMS, respectivamente de 30 de Abril a 5 de Maio de 2001, de 21 a 28 de Novembro de 2001, de 17 a 23 de Março e de 13 a 25 de Outubro de 2002, realizadas em Genebra.
- . Participação no Comité instituído ao abrigo da directiva 2001/37/CE relativa ao fabrico, apresentação e rotulagem dos Produtos do Tabaco (art.º 9.º e 10.º) (Comissão das Comunidades Europeias) - presença na Reunião de 23 de Setembro de 2002 e elaboração de pareceres escritos.

- . Participação na Rede Europeia de National Counterparts da OMS, para uma Europa sem Tabaco. Resposta ao European Tobacco Survey (2001) e diversos pedidos de informação.  
Nota. Por carência de verbas não se esteve presente nas reuniões realizadas a 7 de Dezembro de 2001 na Eslovénia e Maio de 2002 na Holanda, o que tem comprometido a nossa colaboração nesta rede.
  - . Participação na Conferência Ministerial para uma Europa sem Tabaco, Varsóvia, 18 a 19 de Fevereiro de 2002.
  - . Colaboração no Processo instaurado pela DGS relativamente ao não cumprimento por parte da indústria Tabaqueira da proibição à publicidade. Participação na acção de fiscalização à empresa Tabaqueira S.A., efectuada em 19 de Novembro de 2002, em parceria com a IGAE.
  - . Resposta a queixas de entidades e cidadãos pelo não cumprimento da legislação de prevenção do tabagismo.
- Comemoração dos Dias Mundiais da Saúde (7 de Abril)
- . Participação no Grupo de Trabalho para a comemoração do Dia Mundial da Saúde 2001 subordinado ao tema da Saúde Mental. Elaboração de texto para desdobrável sobre a promoção da saúde mental e participação no Grupo de Trabalho encarregue das comemorações.
  - . Organização das Comemorações do Dia Mundial da Saúde - 7 de Abril 2002, subordinado ao tema da actividade física. Para além da componente técnica abordada no Encontro Técnico realizado a 6 de Abril, foi elaborado um folheto informativo para a população e um cartaz alusivos ao tema, em articulação com o GDD:

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição – criado pelo Dec.-Lei 278/84, (Min. Educação, Trabalho e Solidariedade, Saúde, Agricultura, Florestas e Alimentação, Indústria e Energia, Qualidade de Vida e do Mar), de 10.8, DR. 185/84, I Série. Representante: Dr<sup>a</sup> Emília Nunes integra (Desp. DG 24.10.2001) ver (DSA). Coordenador: Director do INSA
- “Comité Europeu para o Desenvolvimento da Promoção da Saúde” (OMS Europa) criado em 1990. Representante: Dr<sup>a</sup> Emília Nunes (apenas colabora no envio de informação sempre que solicitada pela OMS, no âmbito dos Health Promotion Country Profile). Não se esteve presente em nenhuma reunião em 2000 e 2001.
- Rede de Agências Nacionais de Promoção da Saúde (Comissão Europeia), criada 1996 – Dr. Pedro Ribeiro da Silva e Dr<sup>a</sup> Emília Nunes, por designação do Senhor Director Geral, em 1998; O Dr Pedro Ribeiro da Silva tem estado presente nas reuniões desta Rede.

- Rede Europeia de Promoção da Saúde nos locais de trabalho (Comissão Europeia), criada em 1996 – Dr<sup>a</sup> Emília Nunes e Dr. Álvaro Durão. O Dr. Álvaro Durão tem assegurado a participação nas reuniões Europeias.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Conselho de Prevenção do Tabagismo, criado pelo Decreto-Lei 226/83 (Ministério da Qualidade de Vida e Assuntos Sociais), de 27.05.83, DR 122, I Série. Representante Dr<sup>a</sup> Emília Nunes como Vice-Presidente;
- Comité do Programa Comunitário “Promoção, Informação, Educação e Formação no domínio da Saúde Pública”, criado pela Decisão 645/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 29.3.1996 (Comissão das Comunidades Europeias). Representante: Dr<sup>a</sup> Emília Nunes, Desp. Min. 27.3.2001 e 25.10.2001. Terminou em Dezembro de 2002, sendo integrado no novo Programa de Saúde Pública 2003-2008;
- Comité instituído ao abrigo da directiva 2001/37/CE relativa ao fabrico, apresentação e rotulagem dos Produtos do Tabaco (art<sup>o</sup> 9<sup>o</sup> e 10<sup>o</sup>) (Comissão das Comunidades Europeias). Representante: Dr<sup>a</sup> Emília Nunes, Desp. Min. 18.9.2001. Reuniu pela 1<sup>a</sup> vez em 23 de Setembro de 2002;
- Grupo de Trabalho Tabaco (Comissão das Comunidades Europeias) Directiva 2001/37/CE, 5.6.2001 – Prof. Pães Clemente e Dr<sup>a</sup> Emília Nunes, Desp. Min. 30.9.2000. Actualmente só tem um representante – Prof. Paes Clemente;
- National Counterpart da OMS para o 4<sup>o</sup> Plano de Acção para uma Europa sem Tabaco (OMS) – Dr<sup>a</sup> Emília Nunes não esteve presente nas últimas reuniões, realizadas em Dez. 2001 e Maio de 2002;
- Representante portuguesa no Comité do Programa de Acção Comunitária no domínio da Saúde Pública 2003-2008, por Despacho Ministerial de 2.8.2002 – Dr<sup>a</sup> Emília Nunes, membro suplente – Dr<sup>a</sup> Ana Couto. A Dr<sup>a</sup> Emília Nunes esteve presente nas reuniões de 24 de Setembro e 27 de Novembro de 2002.
- Grupo “Alcohol and Health” no âmbito da Divisão de Saúde Pública da União Europeia – representação oficial de Portugal. Participação em 1 reunião a 25 e 26 de Novembro de 2002.
- Página sobre Promoção da Saúde (2001 e 2002)
  - . Concepção, produção e conteúdos da página da Internet sobre Promoção e Educação para a Saúde;
  - . Conteúdos para a página infantil (crianças e adolescentes) da Internet da Linha da Gripe.

- Informação do Cidadão sobre utilização dos Serviços de Saúde.
  - Revisão e actualização do Guia do Utente do SNS. No que se refere à organização dos serviços, este processo encontra-se pendente das alterações entretanto em curso. Aguarda financiamento para a sua edição
  - Edição de três brochuras desdobráveis sobre:
    - Vacinação – 200 000 exemplares
    - Consulta pré-concepcional – 100 000 exemplares
    - Consulta de saúde infantil – 100 000 exemplares
- SIDA
  - Parceria com a Comissão Nacional de Luta Contra a Sida na organização da Rede Nacional para a Promoção da Saúde Sexual Juvenil fora do contexto Escolar
  - Colaboração com 2 artigos para a revista da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida e da DGS destinada a Jovens
  - Formação aos profissionais do Centro de Atendimento de Adolescentes da ARS de Lisboa.
- Ondas de Calor
  - Elaboração de recomendações para a população sobre as medidas de prevenção relativamente a eventuais ondas de calor.
- Colaboração com Autarquias para a Promoção da Saúde
  - Colaboração com a Associação de Municípios - Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis – designadamente, no Encontro Seixal Saudável e como membro do Júri do 1º Prémio Jornalístico, sobre Saúde Urbana, atribuído em 10 de Outubro de 2002
  - Colaboração com o pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Leiria – Junho de 2001, com uma intervenção subordinada ao tema – Promoção da Actividade Física Saudável. Necessidade de Recomendações Nacionais
  - Colaboração com o pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Oeiras – Abril de 2002. Promoção da Actividade Física – problemas e soluções.
- Outras Actividades
  - Coordenação e Gestão do Projecto no âmbito do saúde XXI – Promoção da saúde em áreas Específicas e Prioritárias
  - Elaboração do projecto e participação nas reuniões de monitorização do mesmo.

## 2.8.2 DSO/ Divisão de Saúde Ocupacional

- Recomendações sobre prevenção e profilaxia em relação a exposições laborais a produtos biológicos humanos potencialmente infectantes
- Recomendação sobre processos de controlo do risco de exposição a agentes biológicos susceptíveis de serem nocivos à saúde dos trabalhadores em laboratórios clínicos e microbiológicos de diagnóstico.
  - Os documentos foram elaborados e enviados para parecer das entidades que se considerou deverem ser ouvidas nesta matéria, antes da divulgação para os serviços sob a forma de circular normativa ou de brochura. Das entidades consultadas, apenas a Comissão de Controlo das Infecções Hospitalares se pronunciou, não se tendo obtido resposta das outras entidades consultadas, nomeadamente da Comissão de Luta contra a Sida, cujo parecer é indispensável. Por esse motivo, não foi possível cumprir com o previsto.
  - Agregação dos dados recebidos na DGS relativos à notificação das doenças profissionais, cuja confirmação é remetida pelo Centro de Protecção de Riscos Profissionais, sendo introduzidos na base de dados criada para o efeito na Divisão de Saúde Ocupacional;
- Proposta, no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Prevenção (PNAP), e em colaboração com o Centro Nacional de Protecção dos Riscos Profissionais, de desenvolvimento de acções de sensibilização para a notificação das doenças profissionais.
- Representação do Ministério da Saúde na Comissão de Revisão da Lista das Doenças Profissionais através do Dr. Carlos Orta Gomes, assessor para a saúde ocupacional na DGS, e da Dra. Maria João Manzano, médica especialista de Medicina do Trabalho no Hospital dos Capuchos;
- Actividades conducentes à aplicação da Portaria nº467/2002 de 23 de Abril que regulamenta a autorização dos serviços externos, actividades que têm sido desenvolvidas em colaboração com o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e com a Inspeção-Geral do Trabalho. Pretende-se uniformizar procedimentos na avaliação dos processos de autorização e na actuação aquando da realização das vistorias às instalações. A circular Normativa prevista pelo Plano de Actividades só poderá ser elaborada após a conclusão daquelas actividades;
- Proposta de alteração ao Regulamento de Habilitação Legal para Conduzir: Decreto-Lei n.º 209/98 de 15 de Junho.

### Grupos de Trabalho em que representa a DGS

- Comissão de Acompanhamento da Implementação da Legislação relativa aos Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. Criada pelo Decreto-Lei 245/2001 (Min. Trabalho e Solidariedade) artº 8º, DR I Série-A, nº 209, de 8.9. Representantes: Dr. Francisco George, em representação do MS e Dr. Carlos Orta Gomes, em representação da DGS (fax de 1.03.2002 para o Gab. Min);

- Comissão de Acompanhamento do Programa de Adaptação dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Criada pelo Dec.-Lei 29/2002 (Min. Trabalho e Solidariedade), DR 38, I-A, de 14.2.2002. Um representante da DGS;
- Comissão Nacional de Revisão da Lista das Doenças Profissionais. Dec. Reg. 5/2001 (Min. Trabalho e Solidariedade) ... composição, competência e funcionamento da Comissão. Representantes do MS: Dr. Carlos Orta Gomes e Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> João Manzano. DR 102, II Série, 3.5.2001;

A representação do Ministério da Saúde tem sido assegurada nas reuniões da Comissão Nacional pelo dois representantes, e pela Dr<sup>a</sup> Maria João Manzano também nos trabalhos da respectiva Comissão Técnica.

- Grupo de Trabalho criado para a transposição da Directiva n.º 1999/92/CE respeitante à protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores susceptíveis de serem expostos a atmosferas explosivas. Representante: Dr<sup>a</sup> Mariana Carreira Neto;

O grupo de trabalho já concluiu as suas actividades; de acordo com as informações da Direcção-Geral das Condições de Trabalho, que coordena o grupo de trabalho, o projecto de diploma de transposição aguarda publicação.

- Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Trabalho, Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Representante: Dr<sup>a</sup> Mariana Neto;

O grupo de trabalho já deu por concluída as suas actividades com a elaboração de um rol de instrumentos de notação utilizados pelas várias instituições e listagem dos principais problemas com eles relacionados;

- Grupo de Trabalho para a elaboração do manual de procedimentos para aplicação do Decreto-Lei nº 503/99 (Pres. Cons. Ministros). Aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública., DR. 271/99, I Série-A de 20.11. Representante: Dr<sup>a</sup> Mariana Neto;

O grupo de trabalho já concluiu as suas actividades e o manual respectivo foi publicado em Agosto de 2002.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comité Científico em matéria de limites de exposição ocupacional a Agentes Físicos (Comité de peritos independentes que funcionam junto da Comissão das Comunidades Europeias). Representante: Dr. Álvaro Durão;
- Comité Científico em matéria de limites de exposição ocupacional a Agentes Químicos (Comité de peritos independentes que funcionam junto da Comissão das Comunidades Europeias). Representante: Dr. Álvaro Durão;
- Comité Consultivo de Segurança e Higiene no Local de Trabalho (Comissão das Comunidades Europeias). Representante: Dr. Álvaro Durão, membro efectivo pela autoridade competente, Desp. Min. 22.11.2000 e 25.10.2001;
- "Technical Assistance Information Office" (TAIEX) no quadro do Programa Phare (Conselho da União Europeia). Representante: Dr. Álvaro Durão.

### 2.8.3 DSMIA/ Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes

- Proceder à análise dos factores que influenciam a natalidade e a mortalidade fetal, materna, perinatal, infantil e dos adolescentes identificando as medidas a adoptar.
  - Relatórios de avaliação da Circular Normativa sobre o "Registo dos episódios de interrupção voluntária da gravidez"
  - Estudos descritivos (não publicados) sobre:
    - "Maternidade e paternidade em diferentes subgrupos etários"
    - "Motivos de internamento e causas de morte dos 10 aos 19 anos"
  - Avaliação do cumprimento da circular normativa sobre "Modelos de relatórios de ecografia obstétrica"
- Promover as acções tendentes à adequada nutrição de grávidas, das mães e das crianças
  - Colaboração na revisão da brochura da DPES "Manual para uma alimentação saudável em jardins de infância"
  - Edição e divulgação do Manual sobre Aleitamento Materno em colaboração com a UNICEF
- Propor e apoiar tecnicamente as acções de planeamento familiar, de acordo com as orientações superiormente definidas
  - Desenvolvimento de procedimentos para aquisição de 6 Unidades Móveis e afectação destas a Projectos
- Propor regras técnicas e de intervenção dos serviços em matéria de saúde da mulher, da criança e do adolescente
  - Elaboração do documento sobre "Rede de referência materno infantil" (RRMI)
  - Revisão e reedição da Orientação Técnica nº 9 - "Saúde reprodutiva e planeamento familiar"
  - Revisão e reedição do Boletim de Saúde da Grávida
  - Revisão e reedição do Boletim de Saúde Infantil e Juvenil
  - Elaboração da Orientação Técnica nº 12 - "Saúde Infantil e Juvenil - Programa-tipo de actuação"
  - Preparação da Orientação Técnica sobre "Actuação em situações de urgência na idade pediátrica"
  - Elaboração de 6 Circulares Normativas sobre:
    - "Modelos de relatórios de ecografia obstétrica"
    - "Consentimento livre e esclarecido em diagnóstico pré-natal"
    - "Organização do centro de diagnóstico pré-natal"
    - "Notícia de Nascimento"
    - "Impresso para registo, com fins estatísticos, dos atendimentos das situações de aborto espontâneo e interrupção voluntária da gravidez"
    - "Saúde Infantil e Juvenil - Programa-tipo de actuação"
  - Elaboração de 4 Circulares Informativas sobre:
    - "Boletim de Saúde da Grávida"

"Administração do anticorpo monoclonal anti-vírus sincicial respiratório; Palivizumab"  
 "Utilização de contraceptivos orais combinados"  
 "Pessoas em situação de dependência - Boletim de Cuidados no Domicílio"

- Elaboração de 9 Circulares Informativas para divulgação dos Cursos: "Aperfeiçoamento em ecografia fetal" (3); "Violência contra as mulheres"; "Genética médica e diagnóstico pré-natal" (2); "O risco em saúde dos adolescentes"; "Segurança infantil"; "Saúde infantil e juvenil: Programa-tipo de actuação".
- Organização, execução e avaliação das seguintes acções de formação:
  - "Violência contra as mulheres" - 2
  - "Genética médica e diagnóstico pré-natal" - 2
  - "O risco em saúde dos adolescentes" - 2
  - "Segurança infantil e juvenil" - 1
  - "Saúde infantil e juvenil: Programa-tipo de actuação" - 2
- Organização de 2 Seminários de preparação do "Guia orientador de indicadores para projectos de intervenção comunitária"
- Elaboração da monografia "Saúde juvenil no masculino" (aguarda publicação)
- Reedição do folheto "Antes de engravidar ... vá ao médico" em colaboração com a DPES
- Colaboração na revisão do folheto da DPES "Vigie a saúde dos seus filhos"
- Colaboração técnica com o site da Linha Gripe (orientações para as crianças e jovens)
- Edição de materiais no âmbito do projecto "Redução das Igualdades em Saúde":
  - Dirigidos a grupos vulneráveis
  - Sebentas, Calendários e Horários* - "Amor não é só sexo, é também protecção"
  - Brochuras com a colaboração da DCGC e da CIDM*
    - "Como viver com reumatismo"
    - "Como enfrentar as doenças cardiovasculares e pulmonares"
    - "Como viver com a dor crónica, não maligna"
    - "Viver com uma amputação dos membros inferiores"
    - "Quem ? Eu ? exercício sem riscos"
    - "Carta dos direitos sexuais e reprodutivos"
    - "Sexualidade, planeamento familiar e reprodução"

#### *Folhetos*

"Se ... espera um filho"  
 "Lixo no caixote"  
 "Violência doméstica, grupo de ajuda mútua de mulheres"  
 "Violência doméstica, mitos e realidades"  
 "Violação, mitos e realidade"  
 "Abuso sexual de crianças"  
 "DSTS"  
 "Sexualidade e informação"

#### *CD's*

"Se não sujar já está a limpar"

## "DSTS: SOS Prevenção"

### Videos

"Preserva-te"  
 "Acreditar"  
 "DSTS"

#### ▪ Dirigidos a profissionais de saúde

*Boletim de cuidados no domicílio*: "Cuidados à pessoa em situação de dependência"

*Manual* - "Cuidar da saúde - Desenvolver serviços para pessoas que se prostituem"

*Manuais na área temática "Violência"*

"Intervenção na comunidade"  
 "Programa de protecção infantil" (volume 1 e 2)  
 "Apoio a sobreviventes de violação"  
 "Guia de formação para profissionais de saúde"

Tradução do livro "Estratégias de combate à violência doméstica" (aguarda publicação)

#### ■ Outras actividades constantes de legislação dispersa

- Avaliação do impacto das duas fases do sub-projecto "Autocuidado e cuidador informal";
- Acompanhamento do projecto SIMeG (relatório semestral);
- Colheita de produtos para colpocitologia no âmbito do projecto "Estudo de prevalência de lesões do colo do útero em mulheres reclusas";
- Redacção do "Guia orientador de indicadores para projectos de intervenção na comunidade";
- Elaboração de fichas para avaliação do impacto dos materiais dirigidos a grupos vulneráveis;
- Participação como prelectores em Cursos, Seminários e Congressos, para divulgação dos programas e projectos da DSMIA;
- Pareceres Técnicos, num total de 54, sobre as candidaturas ao Saúde XXI da RRMI;
- Expedição de 591 Ofícios, 16 Ofícios-circulares e 1400 Fax's; Elaboração de 236 Propostas, 222 Informações e 80 Pareceres; Deram entrada na Divisão
- 697 documentos.
- Protocolo de colaboração IPJ (Instituto Português da Juventude) e DGS – tendo em vista acções a desenvolver pelo IPJ no âmbito da promoção dos cuidados de saúde sexual, reprodutiva e juvenil – 01.06.1998;
- Protocolo com a UNICEF e DGS, tendo em vista colaboração em publicações;
- Foi editado o "Manual do Aleitamento Materno".

Após divulgação às ARS's e Sub-Regiões de Saúde e de acordo com as solicitações, foram disponibilizados, respectivamente, 2.500 e 77.100 exemplares. Este Manual foi distribuído aos participantes dos 2 cursos realizados pela DSMIA subordinados ao tema "Saúde Infantil e Juvenil – programa tipo de actuação", nos quais colaborou a Prof<sup>a</sup> Leonor Levy (membro do Comité Português para a UNICEF), que dedicou parte da sua prelecção ao "Aleitamento Materno". O Manual foi ainda

distribuído na reunião, que decorreu em Albufeira, promovida pela Secção de Pediatria do Ambulatório da SPP. Até à data, o GDD cedeu 2.000 exemplares a diversas Instituições de Saúde e Escolas de Enfermagem;

- Protocolo de colaboração entre o Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar e a DGS, tendo em vista a colaboração em estudos de investigação operacional;
- Participação na Comissão de Acompanhamento do Estudo da Violência e Género e na elaboração do "Guia orientador de indicadores para projectos de intervenção comunitária";
- Protocolo de colaboração entre a Associação para o Planeamento da Família (APF) e a DGS, tendo em vista a colaboração em acções de formação e edição de publicações relativas à área do Planeamento Familiar;
- Protocolo de actuação entre a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e a DGS, tendo em vista acções de formação, informação, produção de publicações na área da igualdade de oportunidades e violência doméstica.
- Edição das publicações: "Carta dos direitos sexuais e reprodutivos" e "Sexualidade, planeamento familiar e reprodução".

#### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Comissão de Acompanhamento do "Saúde 24". Serviço telefónico de apoio pediátrico. Representante: Dr<sup>a</sup> Beatriz Calado;

Realizam-se reuniões mensais desde Julho 2002 de avaliação do alargamento a todas as ARS's do referido serviço;

- Comissão Técnica de Ecografia Obstétrica – Desp. 15599/99 (DGS) – A Comissão integra representação dos colégios das especialidades de ginecologia, obstetrícia, radiologia e da Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e dos Adolescentes. DR 187, II Série, de 12.8.99. Representante: Dr<sup>a</sup> Beatriz Calado;

Elaboração do Despacho nº 18335/2000 (2ª série) de 21 de Agosto que aprova o "Modelo de recursos de equipamento inerentes à ecografia dos CDPN e CDTPN" e da CN sobre "Modelos de relatórios de ecografia obstétrica". Colaboração na realização de 2 Cursos sobre "Aperfeiçoamento em Ecografia Fetal".

- Comissão Técnica Nacional para o Diagnóstico Pré-Natal (DPN). Desp.15598/99 (DGS). Integram a comissão peritos da área da obstetrícia, neonatologia, genética e anatomia patológica, por um período de 2 anos, DR 187, II Série, de 12.8.99. Representante: Dr<sup>a</sup> Beatriz Calado;

Acompanhamento da Rede de Referência Materno Infantil. Formalização de 10 Centros de DPN. Elaboração das CN sobre "Consentimento livre e esclarecido em DPN" e "Organização do Centro de DPN";

- Comissão Técnica de Acompanhamento do Estudo "Relações existentes entre as várias dimensões da violência e a saúde das mulheres". Representantes: Dr<sup>a</sup> Beatriz Calado e Enf<sup>a</sup> Fernanda Coelho;

Realizaram-se 5 reuniões de acompanhamento. Estudo em fase de pré-teste do questionário;

- Conselho Nacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil. Resolução Conselho de Ministros 75/98, DR 150, I Série-B, de 2.7.98. Representante: Dr. Vasco Prazeres;

Realizaram-se reuniões mensais. Elaborou-se um parecer sobre "O Trabalho Infantil no novo Código de Trabalho" e o ante-projecto de Diploma sobre "A participação de

- menores de 16 anos e sem a escolaridade obrigatória em espectáculos e outras actividades de natureza cultural, artística ou publicitária”;
- Conselho Nacional Contra a Violência no Desporto. Lei 38/98 (Assembleia da República), DR. 178, I Série A, de 4.8.98. Desp. 19194/98 (Secret. Estado Desporto), II Série, 4.11.98. Representante: Dr. Vasco Prazeres;
- Inicialmente realizavam-se reuniões mensais / posteriormente trimestrais. Elaborou-se o projecto de Lei sobre “Violência associada ao Desporto”;
- Grupo de Trabalho interdepartamental no domínio da intervenção precoce para crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento. Desp. Conjunto 891/99 (Min. Educação, Saúde, Trabalho e Solidariedade), DR 244, II Série, de 19.10.99. O apoio técnico e logístico é assegurado pela D.G.A.Social + D.E.Básico + DGS. DR 233, II Série de 9.10.2000. Representantes: Doutora Maria da Graça Campos Andrade e Dr. José Eduardo Boavida Fernandes;
  - Grupo de Trabalho para elaboração de legislação sobre transporte colectivo de crianças. Criado pelo Despacho Conjunto nº 952/2000 (Min. Adm. Interna e Educação). DR 218, II Série, de 20.9.2000. Representante: Dr. Jaime Mendes. Realizaram-se 3 reuniões;
  - Comissão Técnica de Vacinação. Criada pela Portaria nº 1256/2001- 2ª série – DR nº 169 – II Série de 23.07.2002. Representante da DSMIA: Dra. Leonor Sasseti; Realizam-se reuniões mensais.
  - Grupo de Trabalho em parceria com a Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA. Representante: Dr. Vasco Prazeres;
- Publicação trimestral da Revista “Tudo bem ?” (2 números já publicados).

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Conselho Consultivo Interministerial da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) (Pres. Cons. Ministros). Dec-Lei 166/91, DR. 106 I Série-A, de 9.5.91 - Auditora para a Igualdade de Oportunidades. Representante: Drª Beatriz Calado;
  - Participação na elaboração do II Plano para a Igualdade (não chegou a ser publicado) e na Avaliação do I Plano contra a Violência Doméstica; Apresentação na ONU (N. York) do IV e V Relatório de Portugal da "Aplicação da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres”;
  - Projecto Nascer Cidadão - Grupo Interministerial. Desp. Conjunto 1004/2000 (Ministérios do Trabalho e da Solidariedade, Justiça e Saúde), DR. 235, II Série de 11.10.2000. Representantes: Drª Leonor Sasseti e Enfª Fernanda Coelho;
- Realizaram-se reuniões: 13 do Grupo de Trabalho e 8 de acompanhamento da implementação; Colaborou-se na elaboração de instrumentos de registos e relatórios;
- Comité do Programa Daphne (2000-2003) relativo a medidas preventivas de Combate à Violência exercida contra Crianças, Adolescentes e Mulheres (Comissão das Comunidades Europeias). Desp. Ministerial de 11.2.2000 e de 25.10.2001. Representante: Drª Beatriz Calado;
- Realizaram-se duas reuniões anuais para aprovação das candidaturas;
- “Focal Point”/OMS para a área da Saúde Reprodutiva. Representante: Drª Beatriz

Calado;

Elaboração de respostas às solicitações da WHO - Copenhague sobre a situação em Portugal;

- Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do programa “Comunidades Seguras” OMS. Representantes: Dr. Jaime Mendes e Enf<sup>a</sup> Fernanda Coelho. Realizaram-se onze reuniões;

**Grupos de trabalho a funcionar na DSMIA e da sua iniciativa**

- Grupo Coordenador dos Cursos sobre Aperfeiçoamento em Ecografia Fetal.

#### 2.8.4 DSA/ Divisão de Saúde Ambiental

- Orientação técnica das actividades de prevenção, promoção da qualidade dos factores ambientais, no âmbito dos estabelecimentos de Saúde;
- Colaboração na programação e divulgação de estratégias que visem combater a poluição das águas superficiais e subterrâneas destinadas ao consumo humano;
- Elaboração de propostas e divulgação programas nacionais de vigilância sanitária, de sistemas de águas residuais e de zonas balneares e de recreio;
- Propostas de adopção das técnicas adequadas à gestão de resíduos sólidos industriais, urbanos e do tipo hospitalar e informação de pedidos de licenciamento de tais actividades e fiscalizar o seu funcionamento;
- Elaboração de propostas de regras técnicas e de intervenção nas áreas da higiene e segurança da habitação e das condições de salubridade, higiene e segurança das hospedarias, restaurantes e similares e de empreendimentos turísticos;
- Propostas de regras técnicas e de intervenção em matéria de vigilância e redução dos riscos ligados aos resíduos perigosos;
- Propostas de regras técnicas e de intervenção em matéria de vigilância da actividade termal, qualificação das águas minerais e de nascentes, vigilância das características bacteriológicas e químicas das águas consumíveis;
- Colocação no mercado de produtos pesticidas de utilização no homem, se de uso doméstico ou de uso industrial que não constituam produtos preservadores da madeira transformada, Dec.-Lei 224/88, DE 24.8;
- Verificação e análise da qualidade das Águas;
- Avaliação dos riscos para a saúde humana das substâncias existentes (10.º e 11.º Regulamento da CEE), n.º 793/93, 23.03;
- Biocidas: Dec.-Lei 121/2002 de 03.05.2002. Comissão de Avaliação e Comissão Consultiva;
- Comissão de Avaliação Técnica dos produtos Biocidas - Dec. - lei 121/2002, DR 102, I Série - A, 03.05.2002 - Aguarda homologação;
- Comissão Consultiva Biocidas - Dec. - lei 121/2002, DR 102, I Série - A, 03.05.2002 - Aguarda homologação;
- Normas de carácter sanitário relativas a cemitérios municipais;
- Actividade Termal, Decs.-Lei 15401, de 17.4.1928, 32171, de 29.7.1942 e 32403 de 21.11.1942 e Desp. Conj. Min. Saúde e Assistência e do Secretário de Estado da Indústria sobre a Inspeção e fiscalização das estâncias termais a exercer pelos serviços competentes da Direcção-Geral da Saúde e da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, de 6.8.1959, com as alterações introduzidas por legislação posterior, nomeadamente relativa ao licenciamento das actividades industriais e às autoridades de saúde pública, e tendo em conta o disposto no Dec.-Lei 84/80, de 16.3.80, que atribui à Direcção-Geral de Saúde competência para emitir parecer sobre a classificação de uma água como água de nascente, no Dec.-Lei 86/80, de 16.3.80, que atribui à Direcção-Geral de Saúde competência para emitir parecer vinculativo sobre a certificação de que uma determinada água é natural mineral (art.º 3º, n.º 4);
- Combate às consequências dos acidentes que produzam ou criem perigo iminente de poluição, verificados nas águas marinhas, nos portos, nos estuários e nos trechos navegáveis dos rios, art.º 15º da Resolução Cons. Ministros 25/93, de 4.2, publicada no DR. I Série B, de 15.4;

- Apoio técnico às autoridades de saúde (sem cobertura legal – ver lei 48/90, de 24.8, Lei de Bases da Saúde e Dec.-Lei 336/93, de 29.9);
- Sistema de Informação em Saúde Ambiental;
- Elaboração de diplomas legais e normas;
- Participação em trabalhos e na execução de compromissos assumidos no quadro da OMS: Protocolo Água e Saúde.

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas. Desp. Conj. 113-A/98, de 24.11 (Min. Administração Interna, Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Economia, da Saúde e do Ambiente);
- Comissão Consultiva para a Prevenção e Controlo de Riscos de Acidentes Graves (COPRAG). Criada pelo Decreto-Lei n.º 164/2001 (Min. Ambiente e Ordenamento do Território), Diário da República 119, 1.ª Série-A, de 23 de Maio de 2001, de acordo com o estipulado no artigo 9º., substitui a Autoridade Técnica de Riscos Industriais Graves (ATRIG), Decreto-Lei 204/93;
- CT 90 (Comissão Técnica de Normalização em Saneamento básico). Subcomissão 3: Reutilização de águas residuais – CT 90/SC 3 – LNEC Representante da DGS: Eng.º Paulo Diegues (prevê-se que a comissão termine em Junho/Julho de 2003);
- Comissão de Acompanhamento criada ao abrigo do Dec.-Lei 236/98 (Min. Ambiente), DR. 176, I Série, de 1.8.98, para as secções I e II – Protecção do Meio Aquático, Desp. Conj. 713/99;
- Comissão de Acompanhamento do Plano de Adaptação Ambiental das Águas Residuais dos Hospitais – DGIES. Representante da DGS : Eng.º Paulo Diegues – a Comissão não está formalmente constituída, no entanto a DGIES está a tratar da sua oficialização – tem funcionado como grupo de trabalho que lançou a 1ª fase de caracterização das águas residuais hospitalares (Matosinhos e Santarém, e actualmente está a decorrer a segunda fase que abrange 12 hospitais do SNS);
- Conselho Nacional da Água, criado pelo Dec.-Lei 45/94 (Min. Ambiente e Recursos Naturais), DR. 44, I Série-A, de 22.2.94 adaptado às novas exigências pelo Decreto-Lei 166/97 de 2.7. (Min. Ambiente) DR. 150, I Série-a O Director-Geral é membro do Conselho, fazendo-se representar nos seus impedimentos pela Dr.ª Filomena de Oliveira Araújo;
- Grupo de Trabalho Agro-Ambiental – Procedimentos de Licenciamento para a Gestão de Efluentes Pecuários e Agro-Industriais ( Acção 3.A .1.1.1) – IHERA. Representante: Eng.º Paulo Diegues (prevê-se que o grupo se extinga em Março / Abril de 2003);
- Comissão Técnica de Normalização em Saneamento Básico CT 90, GT9 no âmbito do 'Tratamento de água potável'. Representante: Dr.ª Filomena Araújo, nomeada a 28 de Março de 1996. Substituída pela Eng.ª Sanitarista Patrícia Pacheco; Despacho do Director Geral da Saúde n.º 04236 de 03.04.2001;
- Grupo de Trabalho sobre a Aplicação da Directiva 76/464/CE, Programas de redução da poluição das águas superficiais, provocadas por certas substâncias perigosas - Eng.º Paulo Diegues, por indigitação da Chefia de Divisão;

- Conselho Nacional da Qualidade (Sub-comissão da água). Representantes: Dr. Jorge Mota Prego, efectivo e Eng.<sup>a</sup> Sanitarista Patrícia Pacheco, suplente. Despacho de 11.12.01 do Director-Geral da Saúde;
- Comissão de Acompanhamento da Lipor (Centro de Triagem, central de Incineração e Aterro) – Resíduos Sólidos Urbanos. Despacho n.º 6189/2000, de 20 de Março, do MAOT. Representantes: Dr.<sup>a</sup> Filomena de Oliveira Araújo, Eng.<sup>a</sup> Isabel Abreu e Dr.<sup>a</sup> Catarina Lourenço (por solicitação de colaboração do Instituto dos Resíduos);
- Comissão de Acompanhamento da Valorsul (Central de Incineração de resíduos Sólidos Urbanos dos Concelhos de Amadora, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira). Despacho n.º 16111/99, de 30 de Julho, do MAOT. Representantes: Dr.<sup>a</sup> Filomena de Oliveira Araújo, Eng.<sup>a</sup> Isabel Abreu, Dr.<sup>a</sup> Catarina Lourenço. (por solicitação de colaboração do Instituto dos Resíduos);
- Comissão de Acompanhamento da directiva 91/676/CEE – Nitratos de Origem Agrícola. Constituída pelo Despacho Conjunto n.º 150/99, de 15 de Fevereiro. Representante: Eng.º José Luís Nunes Bacharel;
- Projecto Habitação e Saúde – OMS. Representantes: Arq.<sup>a</sup> Cláudia Weigert Despacho do Director Geral da Saúde de 3.4.2001;
- Comissão de Avaliação Técnica respeitante aos estabelecimentos Termais. Criada pelo despacho conjunto n.º 577/2001, aguarda-se homologação da constituição; representantes da DGS propostos: Doutor Luís Oliveira e Dr. José Marques Neves;
- Grupo de Trabalho Agro-Ambiental - Ordenamento e Gestão das Instalações Pecuárias (Acção 3.A -1.3.3) – DRAOTLVT. Representante: Eng.º Paulo Diegues (prevê-se que o grupo se extinga em Abril de 2003) – Foi concluído em Abril 2003;

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comissão Consultiva de Pesticidas (dois representantes), Art.º 4º do Dec.-Lei 284/94 (Min. Agricultura), de 11.11.94, DR. 261, I Série);
- Comissão de Avaliação Toxicológica de Produtos Fitofarmacêuticos (dois representantes), Art.º 6º, nºs 1 e 2 do Dec.-Lei 284/94 (Min. Agricultura), de 11.11.94; DR. 261, I Série;
- Grupo de Coordenação para elaboração do Plano Nacional de Gestão de Resíduos e dos Planos estratégicos sectoriais, Despacho Conjunto 687/98, de 8.9.98, DR. 232, II Série, de 8.10.98 (Min. Economia, Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Saúde e do Ambiente). Representante: Dr.<sup>a</sup> Madalena Palma Ramos;
- Comissão de Selecção do Rótulo Ecológico. Despacho Conjunto de 11.8.93 (Min. Indústria e Energia, Ambiente e Recursos Naturais), DR. N.º197, II Série, de 23.8.93. Representação do Ministério da Saúde: (em conformidade com o sistema comunitário estabelecido no Regulamento CEE n.º 880/92, do Conselho, de 23 de Março de 1992): Dr.<sup>a</sup> Filomena Araújo. Despacho Ministerial de 96.05.30;
- *Focal-Point* para a 4ª Conferência Ministerial Ambiente e Saúde, no âmbito da OMS. Representante: Dr.<sup>a</sup> Filomena de Oliveira Araújo.
- Comité de acompanhamento da Directiva 98/83, relativa à água de consumo humano. Delegada Nacional: Dr.<sup>a</sup> Filomena Araújo. Desp. Ministerial de 23.11.2001;

- Comité permanente dos produtos biocidas (Comissão Europeia). Directiva 98/8/CE, de 16.02.1998. Representantes: Dr.<sup>a</sup> Cesaltina Maria Correia Ramos MS, Desp. Min. 03.07.2002 e Dra Teresa Borges MS, DESP. MIN. 11.11.2002
- Grupo de peritos sobre águas minerais naturais. Representante do Ministério da Saúde: Dr.<sup>a</sup> Marina Ramos. Despacho ministerial de 97.01.21;
- Grupo Sectorial de Resíduos Hospitalares. Representante: Dr.<sup>a</sup> Maria Madalena Palma Ramos;
- Conselhos de Acompanhamento dos Planos Estratégicos de Resíduos, eliminação dos resíduos de amálgamas dentárias com mercúrio. Portaria n.º 744/A/99-art.º 5.2- Anexo I. Representante: Dr.<sup>a</sup> Maria Madalena Ramos;
- Grupo de Elaboração do Projecto de Legislação sobre Resíduos, eliminação dos termómetros de mercúrio. Portaria n.º 744/A/99-art.º 4.2 Anexo II. Representante: Dr.<sup>a</sup> Maria Madalena Ramos;
- DGS: Dr.<sup>a</sup> Maria Madalena Ramos;
- Ministros 25/93, DR. n.º 88, I série B, de 15.04, e Portaria 522/2001, DR. 121, I Série-B, de 25.05;
- (Min. Defesa Nacional) DR. 52 – I A, de 2.3.2002;

#### **Grupos de trabalho a funcionarem na DSA e da sua iniciativa**

- Grupo de Trabalho para rever Legislação sobre Resíduos Hospitalares. Representante: Dr.<sup>a</sup> Maria Madalena Ramos;
- Grupo de trabalho para a emissão de pareceres sobre o projecto de Directiva das Águas balneares: Dr.<sup>a</sup> Filomena Araújo, Dr. Jorge Mota Prego e Eng.<sup>a</sup> Marina Coutinho.
- Grupo de trabalho para a elaboração da Estratégia água e Saúde: Dr.<sup>a</sup> Filomena Araújo, Dr. Jorge Mota Prego, Eng. Paulo Diegues, Dr.<sup>a</sup> Catarina Lourenço, Eng.<sup>a</sup> Isabel Abreu, Dr.<sup>a</sup> Ana Reis
- Grupo de Trabalho para a Regulamentação da instalação e controlo do funcionamento dos fornos crematórios. Elaboração de Projecto de Portaria prevista pelo Art 18º do D.L 411/98, de 30/12 - sobre normas para a instalação e controlo de funcionamento de fornos crematórios nos cemitérios. Representantes da DGS: Eng.<sup>a</sup> Isabel Abreu e Eng.<sup>a</sup> Cristina Amaral. (aguarda nomeação dos restantes representantes do MAOT)
- Grupo de trabalho para Avaliação do impacto para a saúde dos materiais com amianto no ambiente construído. Representante: Eng. Paulo Diegues;

### 2.8.5 DSE/ Divisão de Saúde Escolar

- Orientar e coordenar as actividades de prevenção da doença e prestação de cuidados de saúde dirigidas à população e ambientes escolares:
  - Recolha dos mapas de avaliação da execução do Programa de Saúde Escolar no ano lectivo 2001/2002, de acordo com o técnico-normativo em vigor – apuramento dos dados e relatório em elaboração;
  - Adaptação de um programa informático ao tratamento dos dados da avaliação do Programa de Saúde Escolar
  - Produção de uma orientação técnico-informativa (CI n.º 5/DSE de 16/1/02), enquadradora da integração dos profissionais de saúde dos ex-centros de medicina pedagógica nas estruturas do Ministério da Saúde.
  - Produção de uma orientação técnico-normativa, (CN n.º 1/DSE de 8/1/02) sobre os Termos de Referência para a Contratualização no âmbito do Programa de Saúde Oral.
  - Produção de uma orientação técnico-informativa (CI n.º 41/DSE de 26/9/02), sobre Administração de Flúor no âmbito do Programa de Saúde Oral.
- Avaliar as necessidades em matéria de formação específica do pessoal de saúde que exerce a actividade de saúde escolar e colaborar na organização da formação referente a esta actividade
  - Durante o ano de 2002 foi desenvolvido um projecto de formação em saúde escolar, designado «Promoção da Saúde em Meio Escolar» ao qual se candidataram 520 profissionais de saúde de todas as sub-regiões – médicos de família e da saúde pública, enfermeiros, técnicos de saúde ambiental e de saúde ocupacional, psicólogos, higienistas orais, nutricionistas, administrativos, técnicos de serviço social e docentes de escolas superiores de enfermagem. Foram realizados nesta DGS, 4 (quatro) cursos: 10,11 e 12 Julho, 16, 17 e 18 de Outubro, 4, 5 e 6 de Dezembro e 11, 12 e 13 de Dezembro, tendo-se abrangido 90 técnicos.
  - Formação pós-graduada aos profissionais de saúde dos ex-Centros de Medicina Pedagógica em Lisboa a 22 e 23 de Janeiro, no Porto a 29 e 30 de Janeiro e em Coimbra a 7 e 8 de Fevereiro.
  - Formação pós-graduada em Angra do Heroísmo entre 18 e 22 de Março, e em Ponta Delgada entre 29 e 30 de Outubro para enfermeiros dos Centros de Saúde respectivos;
  - Neste contexto foi feita formação na Sub-região de Aveiro entre 11 e 13 de Novembro para médicos e enfermeiros do distrito.
  - Realização na DGS de dois cursos de formação «Promoção da Saúde Oral e

Grupos de Risco», dias 30 de Setembro, 1 e 7 de Outubro, e dias 2, 3 e 7 de Outubro.

- No âmbito da formação pré-graduada realização de dois cursos de saúde escolar e saúde oral na Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada de 7 a 11 de Janeiro e de 13 a 17 de Maio.
- Propor, em colaboração com outros serviços competentes, as regras técnicas relativas às condições de segurança, higiene e saúde dos locais escolares e promover a sua difusão;
  - As regras técnicas de avaliação das condições de segurança, higiene e saúde estão normalizadas e são executadas regularmente pelas equipas de saúde escolar com apoio dos serviços de saúde pública, muitas vezes pelos técnicos de saúde ambiental. Foi-nos solicitado parecer sobre pára-raios em escolas, que se clarificou a partir de documentação técnica produzida pela Direcção-Geral de Energia do Ministério da Economia.
- Promover a cooperação com os serviços competentes em matéria de desportos, medicina desportiva e aproveitamento de tempos livres;
  - Participação na preparação das comemorações do Dia Mundial da Saúde
  - No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde sobre Actividade Física, envolvimento do Director do Desporto Escolar na dinamização de actividades nas escolas e participação na sessão comemorativa.
- Participar em comissões ou grupos de trabalho que tenham por objecto o campo de aplicação da saúde escolar
  - A Divisão de Saúde Escolar participou em todas as reuniões e na elaboração e discussão do questionário de avaliação de conhecimentos e comportamentos dos adolescentes escolarizados realizado pela Direcção de Serviços de Informação e Análise.
  - Acordo de Princípios Direcção-Geral da Saúde - Ordem dos Médicos Dentistas, para a contratualização no âmbito do Programa de Saúde Oral.
  - Articulação com a Ordem dos Médicos Dentistas, no sentido de agilizar o processo de contratualização e melhorar a avaliação.

#### **Orgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Centro de Apoio Nacional (CAN) à Rede Nacional das Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS). Desp. Conj. N° 734/2000 (Min. Educação e Saúde). DR n°164, II Série, de 18.7.2000. Representante: Dr<sup>a</sup> Gregória von Amann;

- . No âmbito da representação do MS no CAN da RNEPS participação em todas as reuniões de CAN, de Responsáveis Regionais de Saúde e de

#### Responsáveis Regionais de Saúde e Educação.

- . Participação na elaboração do Relatório de Actividades de 2001 e do Plano de actividades do CAN para 2002 bem como na sua execução.
- . Participação na elaboração de documentos – Circulares para as escolas e Centros de Saúde, na revisão do CD-Rom de Diagnóstico, Planeamento e Avaliação.
- . Participação na divulgação dos materiais sobre o «Asma » e na formação dos Responsáveis Regionais de Saúde e Educação.
- . Participação no desenho do Forum «Promoção da Saúde e Desenvolvimento Local».
- . “Council of European Chief Dental Officers”, grupo da Comissão Europeia. Representante: Dr. António Vasconcelos Tavares.

#### **Grupos de trabalho a funcionarem na DSE e da sua iniciativa**

- Grupo de Trabalho «*Saúde Oral na deficiência*», com representantes das Faculdades de Medicina Dentária de Lisboa, Porto e Coimbra, Instituto de Ciências da Saúde do Sul, Curso de Higienistas Orais, Hospital D. Estefânia e Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian. Coordenadora: Dr<sup>a</sup> Gregória von Amann;
- O Grupo de Trabalho reuniu nesta DGS, ao longo do ano, testou muitos dos materiais que ia propondo, quer nas consultas de deficientes do Curso de Higienistas Orais da Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa, quer no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian. No final do ano o produto estava concluído, discutido e aceite por consenso, tendo-se de seguida passado à edição do «*Manual de Boas Práticas em Saúde Oral para quem trabalha com Crianças e Jovens com Necessidades de Saúde Especiais*»;
- Task force “*Saúde Oral e Flúor*”, com representantes das Faculdades de Medicina Dentária de Lisboa, Porto e Coimbra, Instituto Superior de Ciências da Saúde do Norte e do Sul, Centro de Estudos de Nutrição, Ordem dos Médicos (col. Estomatologia), Ordem dos Médicos Dentistas, INFARMED, Direcção Geral Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária. Coordenadora: Dr<sup>a</sup> Gregória Von Amann;
- Iniciaram-se os trabalhos do grupo no dia 23 de Novembro, com a presença de todos os parceiros, e elaborou-se o 1º documento de trabalho que vai estar em discussão e em construção nas próximas reuniões.

### **2.8.6 DGCG/Divisão das Doenças Genéticas, Crónicas e Geriátricas**

- Orientação e avaliação das actividades relacionadas com as doenças genéticas e de evolução prolongada;
- Análise dos factores que afectam as condições de saúde dos adultos e, em especial, dos deficientes e idosos, identificando as medidas a adoptar;
- Análise dos factores que determinam o aparecimento de doenças genéticas e crónicas, identificando as medidas a adoptar;
- Elaboração de propostas com regras técnicas relativas a doenças genéticas e crónicas de evolução prolongada.
- Elaboração e orientação da execução dos programas de imunização contra as doenças transmissíveis a propor a obrigatoriedade da vacinação quando as circunstâncias o justifiquem (ex.: formulação de pareceres e informações; planeamento e/ou realização de acções de formação);

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Colaboração no âmbito do Programa de Controlo da Diabetes 'Mellitus'. Desp. nº21087/98 do Min. Saúde. DR. nº279, II Série, de 3.12.98. Representantes: Dr<sup>a</sup> Rosa Gallego (ARSLVT), que coordena e Dr. Alexandre Diniz (DGCG);
- Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Luta contra a Dor. Criada pelo Desp. nº1122/2002 (DGS), DR. 13, II Série, de 16.1.2002, a funcionar na dependência do Alto-Comissário da Saúde, com um representante de cada um dos seguintes Serviços da DGS: DSPCS, DSIA, DSP e DGCG;
- Comissão de Acompanhamento do Programa Nacional de Controlo da Asma. Criada pelo Desp. nº2878/2002 (DGS), DR. 30, II Série, de 5.2.2002, a funcionar na dependência do Alto-Comissário da Saúde, com um representante de cada um dos seguintes Serviços da DGS: DSIA, DGCG e NTDR. Representante da DGCG: Dr. Alexandre Diniz;
- Comissão Nacional de Acompanhamento da aplicação do Desp. Conj. 407/98, (Min. Saúde + Trabalho e Solidariedade), DR. nº138, II Série, de 18/6, que aprovou as orientações integradas para pessoas em situação de dependência no âmbito do apoio social e dos cuidados de saúde continuados, nomeação pelo Desp. Conj. 143/99 (Min. Saúde + Trabalho e Solidariedade), DR. 35, II Série, de 11.2. Representante do Ministério da Saúde: Dr.<sup>a</sup> Maria João Heitor dos Santos.
- Comissão de Gestão do Programa de Apoio Integrado a Idosos: PAII . Desp. Conjunto de 1.7.94 (Min. Saúde, Emprego e Segurança Social), DR. II Série 166, nº20/7/94. Representantes: Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> João Quintela e Enf<sup>a</sup> Arlete Tanque (DGCG). (Desp. DG de I 6.3.98);
- Comissão para o Mercado Social de Emprego. Res. Cons. Ministros 104/96, DR. I Série B, de 9.7.96. Representante suplente da D.G. Saúde): Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> João Quintela (DGCG). (ofício da DGS nº 97, de 2.1.2000);

- Comissão Permanente de Acompanhamento da Saúde no âmbito do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Criada por deliberação interna do SNRIPD, de 20.1.1999. Representante: Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Manuela Almeida (DGCG). Desp. D.G.S. de 1.2.99;
- Conselho Nacional de Apoio à Política de Terceira Idade (CNAPTI). Dec.-Lei n<sup>o</sup>248/97 (Min. Solidariedade e Segurança Social), DR. 217, I Série A, de 19.9.97. Desp. Conj. 726/98 (Min. Saúde e Trabalho e Solidariedade) DR. 239, II Série, de 16.10.98. Representante efectiva da DGS: Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> João Quintela (DGCG). (ofício da DGS n<sup>o</sup> 98, de 8.1.2002);
- ERTE – Entidade de Recurso Técnico Específico (sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, nos serviços e organismos da Administração central e Local e nos Institutos Públicos que revistam a natureza de serviços personalizados do Estado ou de Fundos Públicos- Despacho Conjunto 1006/2001, de 17.11.2001. Representante da DGS: Dr Alexandre Diniz.
- Grupo de Trabalho sobre “Fiscalidade” no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação. Criado por deliberação interna do SNRIPD, 2.7.2001). Representante: Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. Manuela Almeida (DGCG). (ofício da DGS n<sup>o</sup> 12064, de 1.9.2001);
- Grupo de Trabalho interministerial para os “Cuidados Continuados Integrados”. Desp. Conjunto 159/2002 (Min. Saúde, Trabalho e Solidariedade) DR. n<sup>o</sup>53, II Série, de 4.3.2002. Representantes: Dr. Alexandre Diniz e Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. João Quintela (DGCG) e Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> João Heitor (DPSM);
- Grupo de Trabalho para o “Plano de Cuidados Paliativos”. Criado na DGS, sem publicação em DR.. Representante: Dr. Alexandre Diniz (DGCG). Desp. do Director-Geral de 12.3.2002;
- Grupo de Acompanhamento do “Sistema Supletivo de Atribuição e Financiamento de Ajudas Técnicas” no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação. Desp. 20/SN/95 (Min. Emprego e Segurança Social) de 4.7.95. DR. n<sup>o</sup>166, II Série, 20.7.95, do SNR. Representante: Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Manuela Almeida, (DGCG). Desp. do Director-Geral da Saúde de 1.7.98;

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comité de Peritos sobre “Organização de Cuidados Paliativos” no âmbito do Conselho da Europa. Representante de Portugal: Dr. Alexandre Diniz (DGCG). Desp. Ministerial de 2.3.2001;
- Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Dec.-Lei n<sup>o</sup>225/97 (Min. Solidariedade e Segurança Social), DR. 197/97, I Série A, de 27 de Agosto. Representante do Ministério da Saúde: Dr. Alexandre Diniz (DGCG). Desp. Ministerial de 15.10.97;
- Grupo de Trabalho sobre “Estatísticas da Deficiência e Reabilitação” criado pela 15<sup>a</sup> Decisão da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais do Conselho Superior de Estatística, em 10.5.96. Representante suplente do Ministério da Saúde: Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Manuela Almeida (DGCG). Desp. de 21.10.96 do Subdirector-Geral;
- Comité do Programa “Doenças Raras” no âmbito da Comissão da União Europeia. Representante: Dr. Alexandre Diniz. (.97DGCG). Desp. Ministerial 25.10.2001;
- Comissão Nacional do Rendimento Mínimo Garantido: Desp. n<sup>o</sup>131/96 (Min. Solidariedade e Seg. Social). DR. n<sup>o</sup>232, II Série, de 7.10.96. Representante do Ministério da Saúde: Dr<sup>a</sup> Benevides Moreira (DGCG);

- Comissão Nacional de Família: Dec.-Lei nº150/2000, Artº 1º (Min. Trabalho e Solidariedade), DR. nº166, I Série A, de 20.7.2000. Representante do Ministério da Saúde: Drª Benevides Moreira (DGCG).
- Comité do Programa “Prevenção de Lesões” no âmbito da Comissão da União Europeia. Representante da D.G.S.: Dr. Alexandre Diniz, (DGCG). Desp. Min. de 25.10.2001;
- Projecto “European Diabetes Indicators Project” no âmbito da Comissão da União Europeia: Representante da D.G.S.: Dr. Alexandre Diniz, (DGCG). (ofício da DGS nº 8969, de 29.6.2000);
- Grupo de Peritos de apoio ao representante de Portugal no Comité de Protecção Social no âmbito do Conselho da Europa. Coordenação: Drª Mª João Quintela, (DGCG). Desp. 4303, DR. 49, II Série, de 27.2.2002.

### 2.8.7 DT/ Divisão das Doenças Transmissíveis

- Orientação técnica e avaliação das actividades de prevenção das doenças transmissíveis através da vigilância epidemiológica;
- Investigação, através das autoridades de saúde, dos casos de doença dos legionários ocorridos em turistas (projecto europeu de vigilância EWGLI). Objectivo parcialmente atingido em colaboração com o laboratório do Hospital de Santa Cruz cuja responsável é uma das representantes do País no EWGLI.

Reforço da vigilância epidemiológica das paralisias flácidas agudas  
Plano de Acção pós-certificação da eliminação da poliomielite.

- Colaboração com a Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde na elaboração do Plano de Acção pós-certificação da eliminação da poliomielite, que está em fase de revisão. Objectivo parcialmente atingido.

Reforço da vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis emergentes e reemergentes  
Publicação de Circulares Normativas

- Foi dada prioridade ao “bioterrorismo” pelo que, foi elaborado o respectivo Plano de Contingência divulgado por Circular e cujas linhas fundamentais foram publicadas em Diário da República. Objectivo parcialmente atingido uma vez que o documento /Circular sobre as doenças emergentes e reemergentes fora do âmbito do bioterrorismo não foi concluído.
- Desenvolvimento de actividades no âmbito do Comité da Rede de vigilância de Doenças Transmissíveis

Este objectivo e os respectivos produtos estão a ser desenvolvidos na sequência de uma proposta feita pela DT e no âmbito do grupo de trabalho que está a rever a legislação sobre vigilância epidemiológica (no geral).  
Objectivo parcialmente atingido.

- Definição um Plano para prevenção e controlo das doenças infecciosas relacionadas com as viagens.

Plano para a criação de serviços de “Saúde de Viajantes”.

Foi realizada uma primeira reunião com um grupo de peritos. É dado apoio às consultas de viajantes que, entretanto, se vão organizando nomeadamente, providenciando a importação das vacinas necessárias.  
Objectivo parcialmente atingido.

- Além das actividades previstas no Plano tem sido dado apoio às medidas de controlo da gripe nomeadamente através da emissão da Circular Informativa que define os grupos alvo para vacinação bem como as principais orientações referentes a medicamentos anti virais. Tem também sido dado apoio à linha gripe principalmente no que se refere a colaboração no âmbito da definição de conteúdos.
- São ainda aplicadas medidas de reforço da vigilância epidemiológica em relação a

determinadas doenças para as quais é sempre pedida investigação complementar nomeadamente, através da aplicação de inquéritos epidemiológicos. Relativamente as estes e em relação a algumas doenças, existem modelos de questionários padronizados. Para algumas das doenças são ainda elaborados resumos estatísticos para enviar à OMS ou no âmbito dos programas europeus.

As doenças alvo de atenção especial são:

- . Todas aquelas para as quais existem vacinas com ênfase, como referido anteriormente, para a doença meningocócica e para o sarampo e também para o tétano cujos casos são todos alvo de investigação cuidada por parte das autoridades de saúde.
  - . Os casos de febre escarionodular que são internados
  - . Os casos de leptospirose
  - . Os casos de leishmaníase
  - . Os casos de malária (com ênfase na investigação da fonte provável de infecção e na identificação do plasmodium)
  - . As toxinfecções alimentares colectivas
  - . Os casos de sífilis congénita
  - . Os casos graves, de qualquer doença, e os surtos
- Elaborar e orientar da execução dos programas de imunização contra as doenças transmissíveis a propor a obrigatoriedade da vacinação quando as circunstâncias o justificarem;
- Definição de estratégias vacina para as vacinas pneumocócica e meningocócica:
    - Documento com cenários epidemiológicos (ganhos em saúde)
    - Propostas sobre as estratégias vacinais a adoptar
    - Documento técnico que fundamenta as propostas
    - Circulares Informativas e ou Normativas e ou novo Programa Nacional de Vacinação (PNV).
  - Foi dada prioridade à vacinação meningocócica relativamente à qual foram alcançados todos os objectivos propostos, incluindo a emissão de Circulares. A estratégia proposta para 2003 resultou na comparticipação da vacina que é vendida nas farmácias mediante receita médica. Está em curso a realização do estudo de custo-efectividade que permitirá verificar qual a melhor alternativa vacinal a contemplar numa eventual inclusão da vacina no PNV, sendo que, esta estratégia continua a ser discutida no âmbito da Comissão Técnica de Vacinação (CTV).
 

Em 2003 será seguida metodologia semelhante para avaliar a vacinação pneumocócica.

Objectivos alcançados para a vacina meningocócica.
  - Definir Estratégias de vacinação para grupos de risco incluindo a população de imigrantes e as minorias étnicas
    - Circular Normativa ou Informativa
  - Foi dada prioridade à vacinação contra a poliomielite em relação à qual foi elaborado um documento técnico e cujas principais linhas orientadoras constarão do Plano pós-certificação de eliminação da polio, que está em fase de revisão.

Objectivos parcialmente alcançados.

- Definição do Plano de vacinação para lidar com casos importados de poliomielite

Plano de Acção pós-certificação da eliminação da polio  
O plano está elaborado e em fase de revisão.  
Objectivos parcialmente alcançados

- Garantir o fornecimento de vacinas

A DT/DGS cumpriu todos os objectivos propostos no entanto, por constrangimentos vários, o concurso de 2002 não foi homologado.

Objectivos alcançados no que compete à DGS. No que competia ao IGIF o processo não foi concluído.

- Actualização a formação dos responsáveis pela vacinação. Dois Cursos

Dos dois cursos previstos realizou-se apenas um mas em que estiveram presentes quase todos os responsáveis pela vacinação. Realizaram-se ainda dois cursos na Madeira e um nos Açores. As reuniões e a formação dos responsáveis pela vacinação ter-se-ão que repetir anualmente uma vez que há sempre novos aspectos a considerar. Objectivo alcançado.

- Definição do sistema de informação relacionado com a vacinação

Teste ao SINUS/modulo de vacinação  
Circular Normativa

O sistema está definido, o “servidor” está operacional e o “software” actualizado, estando já a ser utilizado em diversos Centros de Saúde:

Está a decorrer o levantamento da capacidade instalada nos Centros de Saúde (equipamentos e pessoal). Findo o levantamento será elaborada Circular Normativa.

Objectivo parcialmente alcançado.

- Definição de regras para reforçar a cadeia de frio das vacinas

Publicação de Orientações Técnicas

Texto elaborado, está em revisão e a ser comparado com orientações recentes da OMS.

Objectivo parcialmente alcançado.

- Elaboração do Plano Formativo (para o Continente), sobre a utilização do

SINUS/Módulo de vacinação  
Plano de Formação  
Circular Normativa

O Plano de Formação foi delineado em reunião do grupo que define as linhas orientadoras do SINUS/vacinação. Está a ser feito o levantamento da capacidade instalada de recursos bem como das necessidades formativas.

Objectivo parcialmente alcançado.

- Acompanhamento da realização do Inquérito Serológico Nacional

O Inquérito Serológico Nacional está a decorrer de acordo com o previsto. Está praticamente cumprido o plano de amostragem inicialmente definido referente à recolha de sangue.

Objectivo alcançado.

- Desenvolvimento de um trabalho acerca da vacina da varíola e o estado vacinal da população portuguesa (no âmbito das actividades relacionadas com o bioterrorismo), que permite equacionar eventuais necessidades de vacinação. Com base nesse trabalho a CTV vai pronunciar-se relativamente às necessidades de “stock” da referida vacina.
- Elaboração de propostas de orientações técnicas e de intervenção dos serviços em relação aos portadores de doenças parasitárias

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Comissão Técnica de Vacinação. Portaria nº1256/2001 (Min. Saúde). Mandato de 2 anos. Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas, que preside. DR. nº169, II Série, de 23.7.2001;
- Grupo “ad hoc” para definir as estratégias relacionadas com a actuação face a doenças importadas potencialmente graves. Coordenado pela DGS Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas;
- Júris para Avaliação das Propostas de Concursos para aquisição de vacinas (nomeados anualmente pelo IGIF). Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas;
- Plano de Contingência da Gripe. Coordenado pela DGS. Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas;
- Projecto SINUS vacinação. Coordenado pela DGS. Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comité da Rede de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis e “Early Warning System” (Comissão da Comunidade Europeia). Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas. Desp. Min. de 28.6.99 e de 25.10.2001
- Comité do Programa “Prevenção da SIDA e outras Doenças Transmissíveis no domínio da Saúde Pública” (Comissão da Comunidade Europeia): Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas. Desp. Min. 25.10.2001
- Grupo para a vigilância das febres hemorrágicas (cumprimento da Decisão da Comunidade Europeia 2000/96/CE). Representante: Prof. Jaime Nina
- Grupo para a vigilância da resistência antimicrobiana (cumprimento da Decisão da Comunidade Europeia 2000/96/CE). Representante: Dr. Luís Caldeira.
- Grupos para a vigilância das doenças por *Haemophilus influenzae* tipo b e por meningococos (cumprimento da Decisão da Comunidade Europeia 2000/96/CE). Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas.

- Grupo para a vigilância da malária (cumprimento da Decisão da Comunidade Europeia 2000/96/CE).
- Grupos para a vigilância das doenças evitáveis pela vacinação (integradas no Programa Nacional de Vacinação). Cumprimento da Decisão da Comunidade Europeia 2000/96/CE. Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas.
- EWGLI – Grupo para a vigilância da doença do legionário associada a viagens (cumprimento da Decisão da Comunidade Europeia 2000/96/CE). Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas.
- EUVAC – Projecto europeu para a vigilância da parotidite e do sarampo. Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas.
- Outros projectos e grupos europeus relacionados com a vigilância das doenças transmissíveis (cumprimento da Decisão da Comunidade Europeia 2000/96/CE).
- OMS/Programas de Vacinação. Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas.
- Programa de Erradicação da Poliomielite (OMS), componente relacionada com a vacinação. Representante: Dr<sup>a</sup> Graça Freitas.

### **2.8.8 NTDR/ Núcleo de Tuberculose e Doenças Respiratórias**

- Desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Tuberculose;
- Desenvolvimento do Projecto: “Tuberculose – Controlo da transmissão nos Serviços de Saúde, nos toxicodependentes e nos reclusos”;

#### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Projecto EUROTb de vigilância epidemiológica da tuberculose na Europa (Comissão Europeia). Representante: Dr. António Fonseca Antunes.

## 2.8.9 NPCR/ Núcleo de Protecção Contra Radiações

### Grupos de Trabalho em que representa a DGS

- Comissão Nacional de Protecção contra Radiações. Dec.-Lei 348/89, Art.º 4º do de 12.10. (Min. Saúde), DR. nº235, I Série. Representantes: Director-Geral que preside e Drª Délia Gazzo;
- Conselho para Acidentes Nucleares e Emergências Radiológicas. Desp. Conj. s/nº de 27.6.94 (Min. Administração Interna, Agricultura, Saúde e do Ambiente e Recursos Naturais). DR. 165, II Série, de 19.7.94. Representante: Drª Délia Gazzo;
- Comissão para a Protecção Radiológica e Segurança Nuclear. Dec.-Lei nº311/98, Artº 2º (Min. Ciência e Tecnologia). DR. nº237, I Série de 14.10.98. Representante: Drª Délia Gazzo;
- Comissão Técnica Permanente no âmbito do Acordo Luso-Espanhol em Matéria de Cooperação sobre Segurança das Instalações Nucleares de Fronteira. Desp. Conj. (Min. Negócios Estrangeiros, Indústria e Energia, Saúde e do Ambiente e Recursos naturais), de 18.2.94. Representante: Drª Délia Gazzo;
- Grupo de trabalho para elaboração do projecto de Despacho sobre Regulamentação das empresas para Verificação das condições de Segurança Radiológica. Criado pelo Desp.Conj. nº484/98. Representante: Drª Délia Gazzo . DR. nº170, II série, de 25.7.98;

### Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério

- Grupo de Peritos na área das radiações não ionizantes (Comissão da União Europeia). Representante: Drª Délia Escaja Gazzo;
- Grupo Questões Atómicas (Conselho da União Europeia). Representante: Drª Délia Gazzo. Desp. 18.1.2000 e 25.10.2001;
- Grupo de trabalho interministerial para analisar a recomendação do Conselho da União Europeia nº 1999/519/CE, de 12.7.99 (limitação da exposição da população aos campos electromagnéticos). Criado pelo Desp. Conj. 8/2002 (Min. Equip. Social, Economia, Saúde e da Ciência e Tecnologia), DR. 5, II Série, 7.1.2002. Representantes do Ministério: Drª Mª José Braz Fernandes Albuquerque, do Centro de Saúde da Alameda. Desp. Min. de 8.3.2002 ;

## **2.9 DSAC/ Direcção de Serviços de Acordos, Contratos e Convenções**

- Promoção e coordenação das actividades na área dos acordos, contratos e convenções a estabelecer com serviços públicos e privados prestadores de cuidados de saúde e de cuidados continuados;
- Revisão do diploma relativo ao licenciamento das consultas e clínicas dentárias;
- Adopção de medidas mais expeditas de forma a conseguir-se uma maior eficácia e consequente agilização dos processos de licenciamento das UPS e IPSS (em curso).
- Elaboração do modelo de Licenças de Funcionamento
- Resposta a solicitações das ARS, Hospitais e utentes, sobre diversas áreas, nomeadamente comparticipação das despesas resultantes da aquisição de aparelhos complementares terapêuticos, medicamento, etc. – Propõe-se que passe para a DSPCS;
- Assuntos relativos a odontologistas e optometristas, os primeiros em ligação com a Lei 4/99, de 12.7 que regula o exercício da profissão de odontologia;
- Apoio administrativo e logístico à Comissão Nacional de Diálise e ao Conselho de Diálise;
- Participação no desenvolvimento da aplicação informática do modelo de gestão de licenciamento e convencionamento;
- Tratamento dos processos relativos à inclusão das IPSS na área da saúde, bem como quanto à declaração de utilidade pública;
- Análise e conferência dos orçamentos e contas de gerência das IPSS para obtenção do visto da tutela;
- Apreciação de pedidos de subsídios por parte das IPSS, ao abrigo da Portaria 698/77, de 19 de Agosto

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Subgrupo para elaboração de projecto de diploma sobre licenciamento das unidades que pretendam integrar a rede de respostas do Sistema Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Desp. Conj. 160/2002 (Min. Saúde e Trabalho e Solidariedade), DR. 53, II Série, de 4.3.2002. Representantes: Dr<sup>a</sup> Teresa Ferreira e Dr<sup>a</sup> Irene Pissarra;
- Subgrupo para elaboração de projecto de diploma sobre normas de instalação das unidades que pretendam integrar a rede de respostas do Sistema Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Desp. Conj. 160/2002 (Min. Saúde e Trabalho e Solidariedade), DR. 53, II Série, de 4.3.2002. Representante: Arq<sup>a</sup> Magda Miranda;
- Subgrupo para elaboração de projecto de diploma sobre contratualização e financiamento das unidades que pretendam integrar a rede de respostas do Sistema Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Desp. Conj. 160/2002 (Min. Saúde e Trabalho e Solidariedade), DR. 53, II Série, 4.3.2002. Representante: Dr<sup>a</sup> Teresa Ferreira.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Conselho Nacional de Diálise. Representante: Dr<sup>a</sup> Irene Pissarra;

- Comissão paritária de acompanhamento e avaliação do Protocolo de Cooperação entre o MS e a União das Misericórdias Portuguesas. Desp. N.º2604/2002 (Min. Saúde), DR. 27, II Série, de 1.2.2002. Representantes do Ministério: Efectivo: Dr.ª M.ª Irene Marques Pissarra Suplente: Dr.ª Teresa Ferreira;
- Comissão constituída no âmbito do art.º 14º do Dec.-Lei 13/93, de 15.1, relativamente à revogação da licença de funcionamento das unidades privadas de saúde.

Toda a matéria constante deste ponto será tratada nas atribuições das respectivas sub-unidades orgânicas desta Direcção de Serviços.

### 2.9.1 DAC/ Divisão de Acordos e Contratos

- Gestão corrente dos acordos existentes nomeadamente quanto à alteração dos responsáveis técnicos, alargamento de âmbito, etc.
- Resposta avulsa a solicitações das ARS, IPSS e do Ministério da Saúde.
- Tratamento dos processos relativos à inclusão de IPSS na área da saúde bem como quanto à declaração de utilidade pública;
- Análise e conferência dos orçamentos e contas de gerência das IPSS para obtenção do visto da tutela;
- Apreciação de pedidos de subsídios por parte das IPSS, ao abrigo da portaria 698/97, de 19/08:

Resultaram, em grande parte, do disposto no artigo 23º da Lei Orgânica do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde, que integrou a ex-Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e o ex-Departamento de Recursos Humanos da Saúde - Dec- Lei nº 8-A/2002, de 15 de Janeiro.

Assim, durante o ano de 2002, temos a referir as acções abaixo indicadas:

- . Acompanhamento do registo das IPSS/saúde, bem como da declaração de utilidade pública, e bem assim do reconhecimento do superior interesse social de instituições que actuam no âmbito da saúde.
- . IPSS registadas no âmbito da saúde - 10
- . Instituições com pareceres desfavoráveis - 4
- . Instituições que solicitaram a declaração de utilidade pública - 4
- . Concessão de benefícios fiscais a instituições – 4
- . Orçamentos e contas de gerência visados pela tutela - 155
- . Apreciação de pedidos de subsídios, no período compreendido entre Janeiro de 2001 e Dezembro de 2002 - 9

### Grupos de Trabalho em que representa a DGS

- Comissão Nacional de Diálise e Conselho Nacional de Diálise. Despacho nº20/95 (Min. Saúde), DR. 183, II Série, de 9.8.95, cria a Comissão e o Conselho. Funcionam na DGS, que presta todo o apoio técnico (Representante: Drª Irene Pissarra. Aviso, DR. 108, Ap. 38, II Série, de 9.5.96 e Desp. nº2769/98, DR. 38, II Série, de 14.2.98;
  - . Realização em 2001, de 3 reuniões da Comissão Nacional de Diálise e de 3 em 2002. Quanto ao Conselho Nacional de Diálise realizaram-se 2 reuniões em 2001 e 2 em 2002.
  - . Realização de inquéritos anuais às unidades de diálise, faltando, no entanto, receber algumas respostas de ARS relativamente a 2001.

- . Como representante da Comissão Nacional de Diálise e Conselho Nacional de Diálise, foram prestados esclarecimentos às ARS sobre doentes com insuficiência renal crónica e suas associações bem como resposta a entidades, sobre número de doentes em diálise, unidades em funcionamento, etc.
- Grupo Trabalho sobre Transporte de Doentes. Desp. SES, de 17.03.98, para a revisão do acordo existente entre o MS e a Liga de Bombeiros Portugueses. Rotinas inerentes: protocolos com Bombeiros; pedidos de esclarecimento sobre a aplicação das normas em vigor sobre transporte de doentes; reembolsos de transporte de doentes;
- Neste âmbito foi revista a Portaria n° 439/93, de 27 de Abril, relativa ao regulamento do transporte de doentes, tendo esta sido substituída pela Portaria n°1147/2001, de 28 de Setembro;
- Apresentação superior de uma proposta do clausulado tipo do contrato para a prestação do serviço de transporte de doentes em ambulância;
- Apresentação superior de proposta do regulamento para a concessão de comparticipação nos custos de transporte de doentes;

#### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comissão Paritária de Acompanhamento e Avaliação do Protocolo de Cooperação com a União das Misericórdias  
Esta Comissão teve apenas 3 reuniões, não se tendo produzido qualquer documento. Posteriormente o seu funcionamento foi interrompido, devido à ausência quer da presidente, quer do membro representante do Ministério (ex-Presidente da ARS do Norte), membros estes que até ao momento ainda não foram substituídos.

#### **Grupos de Trabalho a funcionar na DAC e da sua iniciativa**

- Criação de um grupo de trabalho, por despacho do Director-Geral da Saúde, de 31 de Julho de 2002, com as atribuições na área das instituições particulares de solidariedade social, na área da saúde. Foram realizadas duas reuniões, durante o ano de 2002.  
A continuidade deste trabalho deverá ter a participação da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social e que se deseja tão breve quanto possível.

## 2.9.2 DC/ Divisão de Convenções

- Elaboração de propostas, com a colaboração do IGIF, de regras sobre a celebração de convenções com entidades privadas:
  - Foram elaborados durante no ano de 200,1 em execução do D.L. 97/98 de 18 de Abril, os clausulados-tipo a seguir indicados e enviados oportunamente ao Gabinete do SES:
    - . Exames Laboratoriais (patologia clínica/análises clínicas e anatomia patológica)
    - . Medicina Física e de Reabilitação
    - . Radiologia, Radioterapia e Medicina Nuclear
    - . Diálise
    - . Consultas de especialidades médico-cirúrgicas e/ou respectivos exames
  - Em 2002 foi revisto o clausulado-tipo da diálise tendo sido publicado em D.R., II série, nº 79 em 4.4.02;
  - Elaboração do projecto de despacho relativo ao prazo de adesão das entidades convencionadas no âmbito da Diálise, acompanhado dos respectivos comentários;
  - Colaboração com o IGIF no âmbito da gestão corrente das tabelas da medicina convencionada traduzida na troca de informação sobre actualização dos valores das tabelas em vigor e na consulta e pedido de estudo financeiro relativo à inclusão avulsa de alguns exames das mesmas tabelas;
  - Articulação com o IGIF, coordenada pelo Gabinete do SES, relativa ao estudo prévio do regime financeiro a aplicar às novas nomenclaturas introduzidas nas tabelas objecto de revisão.
- 
- Elaboração de regras relativas a convenções com prestadores privados e com entidades fornecedoras de aparelhos complementares terapêuticos, bem como regras de reembolso de despesas com a prestação de cuidados de saúde;
  - Gestão das regras sobre reembolsos de despesas com prestação de cuidados:

Esta gestão corrente traduz-se em 2001 na elaboração de 225 informações/pareceres e de 675 ofícios. Em 2002 na elaboração de 182 informações/pareceres e 520 ofícios;
  - Elaboração de estudos necessários à definição das regras de contratação com entidades privadas e colaboração com o IGIF na definição dos preços a pagar a tais entidades;

- Elaboradas em 2001 e envio ao Secretário de Estado da Saúde, por força dos causulados-tipo acima referidos, as respectivas tabelas na parte relativa às nomenclaturas dos exames e actos, cabendo ao IGIF a fixação dos respectivos preços, tendo alguns estudos nesta matéria ocorrido em sede do Gabinete, um elemento do IGIF e um elemento desta Divisão, quando solicitado pelo Gabinete.
  - Resposta a solicitações das ARS, hospitais e utentes sobre diversas áreas, nomeadamente comparticipação das despesas resultantes da aquisição de aparelhos complementares terapêuticos, medicamentos, etc.;
  - Informações relativas a reembolsos;
  - Em 2001 foram tratados 11 processos de reembolso de medicamentos e 153 processos de reembolsos de despesas com a prestação de cuidados de saúde;
  - Em 2002 foram tratados 10 processos de reembolsos de medicamentos e 13 processos de reembolsos de despesas com a prestação de cuidados de saúde;
  - Participação no desenvolvimento da aplicação informática do modelo de gestão de licenciamento e convencionamento.
  - Foram dados alguns contributos para a elaboração do caderno de encargos relativo à aplicação informática, nomeadamente no que se refere às correcções e ajustamentos necessários a introduzir na aplicação construída pela Arthur Andersen.
  
  - Proposta de contrato no âmbito da hemodiálise:
    - . Em 2001 foram movimentados 12 processos
    - . Em 2002 foram movimentados 8 processos
  - Propostas de contrato no âmbito da anatomia patológica, endoscopia gastroenterológica, especialidades médico-cirúrgicas e patologia clínica;
  - Proposta de contrato no âmbito das análises clínicas, a realizar por farmacêuticos:
    - . Em 2001 foram movimentados 100 processos
- Em 2002 foram movimentados 153 processos
- Propostas de contrato no âmbito da cardiologia, medicina nuclear, otorrinolaringologia, pneumologia/imunoalergologia, neurofisiologia e urologia:
    - . Em 2001 foram movimentados 30 processos
    - . Em 2002 foram movimentados 18 processos

- Estas propostas de contrato consagram o regime jurídico-administrativo e financeiro que rege as relações entre o SNS e as entidades privadas. A esta luz foram desenvolvidas as seguintes actividades:
  - . Análise das alterações aos pactos sociais das entidades convencionadas;
  - . Apreciação dos pedidos de mudança de instalações, de responsabilidade técnica e abertura de novas unidades de colheita;
  - . Elaboração de informações sobre os pedidos de transferência da titularidade dos contratos e alargamento de âmbito contratual;
  - . Elaboração de pareceres em matéria contratual (interpretação das cláusulas contratuais, denúncia e rescisão de contratos);
  - . Elaboração de considerações sobre o modo de actuação da ARS de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do sector convencionado;
  - . Acompanhamento de queixas, denúncias e participações;
  - . Acompanhamento das questões que se prendem com as tabelas em vigor, quer quanto à actualização periódica dos seus valores, quer quanto às iniciativas tendentes à inclusão de novos exames. Neste domínio, foram trabalhados 10 processos em 2001 e 18 em 2002, encontrando-se vários processos pendentes nas áreas da radiologia e dos exames laboratoriais, uns a aguardar parecer da Ordem dos Médicos e outros submetidos ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Saúde;
  - . Divulgação a nível nacional, através da emissão de fichas de mutação, das alterações contratuais com incidência no ficheiro nacional de entidades convencionadas. Neste domínio foram emitidas 168 fichas de mutação em 2001 e 128 em 2002;
  - . Esclarecimentos diversos, quer a particulares, quer às ARS e SRS. Tratamento de reclamações que se prendem com as actividades desenvolvidas por entidades convencionadas e dúvidas resultante da aplicação das tabelas em vigor. Foi ainda feito o acompanhamento e divulgação pelas ARS da conversão das tabelas convencionadas em Euros.
- Aprovação do regime aplicável às convenções (Dec.Lei nº 97/98, de 14.08), que desencadeou por parte desta Divisão duas atitudes:

#### A curto prazo

- . Levantamento das situações incompatíveis e que conduziram à rescisão de 145 contratos e à elaboração de um conjunto de regras de transição para o novo quadro veiculadas pelas ARS através de ofícios circulares, tendo ainda sido pontualmente produzidos alguns esclarecimentos a seu pedido;
- . Acompanhamento dos pedidos de regime de excepção
- . Elaboração de pareceres sobre o âmbito de aplicação material das convenções

#### A médio prazo

- . Elaboração dos novos clausulados-tipo já atrás referidos;
- . Elaboração dos clausulados-tipo das convenções;
- . Revisão das nomenclaturas anexas aos clausulados-tipo das convenções.

#### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

—

o Grupo de Trabalho relativo à auditoria às relações financeiras entre as entidades convencionadas e o SNS;

Está em aberto o Grupo de trabalho de que faz parte um elemento desta Divisão – Dr<sup>a</sup>. Helena Maria Monteiro - para a revisão das nomenclaturas nas áreas das Especialidades, cuja constituição se encontra pendente da indicação, pela Ordem dos Médicos, dos especialistas dos vários Colégios, pelo que os trabalhos ainda não se iniciaram. Foram feitas já algumas insistências junto da Ordem dos Médicos em 2001 e em 2002 mas até à data não foi obtida resposta.

### 2.9.3 DAA/ Divisão de Acreditação e Auditoria

- Pronunciar-se sobre os pedidos de licenciamento de entidades privadas na área das actividades de prestação de cuidados de saúde.

Até 29 de Maio de 2002 – Data da entrada em vigor do Despacho que atribui à Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde (DGIES), competências em matéria de verificação das condições das instalações:

- . Instrução dos pedidos de licenciamento;
- . Realização das vistorias por elementos da DGS e extra DGS;
- . Preparação do processo para emissão da licença de funcionamento.

Após 29 de Maio de 2002:

- . Instrução dos pedidos de licenciamento: Recepção de novos pedidos e conclusão da instrução dos processos que estão em curso;
- . Envio à DGIES da documentação relativa às instalações no âmbito da articulação com aquela entidade;
- . Preparação do processo para emissão da licença de funcionamento.

O universo de UPS com processo de licenciamento em curso corresponde a:

- . 17 unidades em projecto ou construção;
  - . 5 unidades de cirurgia de ambulatório;
  - . 33 unidades possuem processos a decorrer (encontram-se em obras de adaptação por não cumprirem a regulamentação e correspondem a novos pedidos ainda não concluídos).
- Acompanhamento da instrução dos processos de licenciamento de UPS com internamento e bloco operatório;
  - Apoio aos requerentes relativamente a unidades ainda em projecto;
  - Apoio às Comissões Técnicas Nacionais (CTN) previstas nos diplomas de licenciamento e fiscalização de unidades privadas de saúde constantes dos diplomas indicados nas alíneas c) e g) do nº seguinte;
  - Participação no desenvolvimento da aplicação informática do modelo de gestão de licenciamento e convencionamento;
  - Pareceres sobre projectos de novas construções de unidades privadas de saúde e ampliações ou remodelações;
  - Colaboração com as ARS sobre processos relacionados com os licenciamentos e fiscalização de unidades de saúde privadas:
    - . Elaboração de informação tendente à harmonização de procedimentos para divulgação junto das ARS;
    - . Esclarecimento via telefone de diversas dúvidas neste âmbito.

- Esclarecimento via telefone de diferentes entidades envolvidas no licenciamento de unidades privadas – acção diária
  - Câmaras Municipais;
  - Entidades privadas de diversa ordem – promotores e seus representantes legais; projectistas, etc;
  - Centros de formalidades de empresas;
  - Outras entidades que directa ou indirectamente estão envolvidas na execução de edifícios destinados a prestação de cuidados de saúde.

NOTA: As acções referidas neste ponto implicam uma permanente actualização e organização de legislação relativa ao licenciamento de unidades privadas e a edificações.

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Grupo de trabalho constituído para a revisão do Decreto Regulamentar nº 63/94 (Min Saúde), DR. 253/94, de 2.11. (estabelece requisitos relativos a instalações, organização e funcionamento das unidades privadas de saúde).  
Foi elaborada uma proposta de revisão do referido Decreto Regulamentar.

### **Grupos de Trabalho a funcionar na DAA e da sua iniciativa**

As comissões adiante referidas não são da iniciativa da DGS – são criadas na dependência do Ministro da Saúde. À DGS compete apenas assegurar-lhes apoio técnico, administrativo e logístico.

Regulamento das Comissões Técnicas Nacionais: As reuniões das CTN realizam-se em instalações cedidas ou indicadas pela DGS. O apoio técnico, administrativo e logístico às CTN é disponibilizado pela DGS:

- Comissão Técnica Nacional para licenciamento de laboratórios de patologia clínica/análises clínicas. Criada pelo Desp. 22227/99, DR. II Série, 18.11.99 (Min. Saúde). Desp. 893/2001, DR. 14, II Série de 17.1.2001;
- Comissão Técnica Nacional para licenciamento de clínicas e consultórios Dentários privados. Criada pelo n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-lei n.º 233/2001 (Min. Saúde), de 25 de Agosto. Não está constituída;
- Comissão Técnica Nacional para licenciamento de unidades privadas de Diálise. Criada pelo n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 505/99 (Min. Saúde), de 20.11, com redacção dada pelo Decreto-lei n.º 241/2000 de 26.9, e pelo Decreto-lei n.º 176/2001, de 1 de Junho. Existe desde 20 de Dezembro de 2000;
- Comissão Técnica Nacional para licenciamento de unidades privadas de Medicina Física e de Reabilitação. Criada pelo n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 500/99 (Min. Saúde), de 19 de Novembro. Existe desde 30 de Maio de 2001;
- Comissão Técnica Nacional para licenciamento de unidades privadas que utilizem Radiações Ionizantes, Ultra-Sons ou Campos Magnéticos. Criada pelo n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-lei n.º 492/99 (Min. Saúde), de 17.de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 240/2000, de 26 de Setembro. Existe desde 27 de Outubro de 2000;

- Comissão Técnica Nacional para licenciamento de laboratórios privados no âmbito das Análises Clínicas. Criada pelo n.º 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 217/99 (Min. Saúde), de 15 de Junho, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 534/99, de 11 de Dezembro. Existe desde 18 de Novembro de 1999;
- Comissão Técnica Nacional para licenciamento de laboratórios privados no âmbito da Anatomia Patológica (Min. Saúde). Criada pelo n.º 6 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 217/99, de 15 de Junho, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 534/99, de 11 de Dezembro.

O apoio às Comissões Técnicas Nacionais implica as seguintes tarefas:

- . Recepção e envio dos processos de licenciamento, remetidos pelas ARS, a parecer final das CTN;
- . Gestão e apoio às reuniões;
- . Trabalho de dactilografia da documentação elaborada pelas CTN;
- . Organização e classificação de documentação;
- . Preparação dos documentos para envio a despacho ministerial;
- . Gestão das nomeações dos representantes das Comissões de Verificação Técnica (CVT);
  
- . Recepção dos nomes dos elementos (representantes do Ministério da Saúde e de Ordens Profissionais) enviados pelas ARS à DGS, e posterior elaboração de propostas para sujeição a despacho ministerial.

#### *RESULTADOS:*

Em 2001:

- . Ano de elaboração e publicação de manuais de boas práticas acerca dos quais as CTN foram ouvidas;

Em 2001 e 2002:

- . Diversos processos de licenciamento foram devolvidos às ARS devido a sua má instrução motivado pela falta de experiência neste campo;
- . Esclarecimentos de dúvidas sobre diferentes assuntos do âmbito do licenciamento respondidos pela DGS ou em articulação com as CTN;

Em 2002:

- . Licenciadas unidades após parecer final das CTN – 11 diálises; 5 laboratórios e 11 unidades de radiologia

## 2.10 DSPCS/ Direcção de Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde

- Promover e coordenar as actividades na área da prestação dos cuidados de saúde;

### “Melhoria do Acesso”

- Melhoria do acesso a consultas de especialidades hospitalares – proposta a candidatura ao Saúde XXI, no âmbito do projecto “Acessibilidade aos Serviços de Saúde – Direito aos cuidados de saúde” que não se concretizou por decisão superior (adiado, conforme despacho exarado na informação n.º. 143/DSPCS).
- Programa “Prevenção das expectativas assistenciais falhadas” – Este programa foi iniciado a pedido do ex-Ministro da Saúde – foi elaborado o relatório do 1º semestre de 2002.
- Monitorização do acesso dos trabalhadores migrantes – não se realizou porque o IGIF não disponibilizou os dados necessários.
- Edição de material de divulgação dos direitos dos imigrantes no SNS – foi formalizada a candidatura ao Saúde XXI através do projecto “Implementação e Acompanhamento do Plano Nacional de Apoio à Inclusão” (Medida 1.1.) e o projecto “Acessibilidades dos Imigrantes ao SNS” (FSE – Medida 2.4.), que embora aprovado foi cancelado por decisão superior.
- Gestão dos pedidos de tratamento no estrangeiro. Foi elaborado, como previsto, o relatório de 2001.

### “Direitos dos utentes”

- Elaborado o relatório sobre implementação da norma das visitas e acompanhamento familiar dos doentes internados.
- A “Norma sobre o conceito de visita e acompanhante” foi iniciada.
- A “Norma sobre acompanhamento familiar no Serviço de Urgência” não foi realizada por carência de recursos humanos.
- Carta dos Direitos e Deveres dos Doentes – a sua revisão e republicação não foi realizada por falta de verba (cortada do FEDER/2002, embora constante do programa do Governo).
- Formulário/tipo para participação dos sujeitos de ensaios clínicos – foi iniciado o trabalho, mas suspenso por se aguardar a transposição da Directiva Comunitária sobre esta matéria, para a legislação nacional, o que está a ser feito pelo INFARMED.
- Implementação do livro de reclamações nas Unidades Privadas de Saúde – Publicado o Despacho n.º. 21866/2002 (2ª. série) que aprova o Modelo de Livro de Reclamações (Modelo 1803 exclusivo da INCM) e divulgadas instruções sobre a matéria às Administrações Regionais de Saúde.

### “Comissões de Ética”

- Formação no domínio da Bioética dos membros das Comissões de Ética, foram divulgados os seguintes textos:
  - Directiva 2001/20/CE do Parlamento Europeu relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à aplicação de boas práticas clínicas na condução dos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano.
  - Relatório/Parecer (16/CNECV/96) – Conselho Nacional de Ética para as Ciências

da Vida, sobre a obrigatoriedade dos testes da Sida.

- Plano Oncológico Nacional 2001-2005.
- Infecção VIH/SIDA – A situação em Portugal em 30 de Junho de 2002 – Comissão Nacional de Luta Contra a Sida.
- Três cursos de formação no domínio da Bioética destinados aos membros das Comissões de Ética – não realizados por falta de verba (inicialmente proposto para financiamento FEDER).
- IV Encontro Nacional das Comissões de Ética – realizado em Dezembro. Tema – Ética e as prioridades da saúde: Sida e Doenças Oncológicas. Organizado com a colaboração do Centro Regional de Oncologia de Coimbra.

Conferencistas – Dr. André D. Pereira – Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito de Coimbra; Dr. Jorge Biscaia – Presidente do Centro de Estudos de Bioética; Prof. Doutor Jorge Pimentel – Director do Serviço de Medicina Intensiva dos Hospitais da Universidade de Coimbra; Dr. Óscar Vilão – Director do Serviço de Cuidados Paliativos do Centro Regional de Oncologia de Coimbra.

- Proposta de criação de Comissões de Ética nos Centros de Saúde – suspensa por aguardar a transposição da Directiva Comunitária para legislação nacional.

#### “Continuidade dos Cuidados”

- Planeamento de altas dos doentes com AVC, Tuberculose e Tumores do Plano Oncológico Nacional (PON) – elaborado relatório, aguardando-se concordância para divulgação do texto proposto.
- Integração na comunidade dos doentes com alta hospitalar – elaborado relatório.

#### “Fiscalização”

- Normalização de procedimentos da fiscalização das Unidades Privadas de Saúde com internamento ou sala de recobro – foi elaborado, em conjunto com a Direcção de Serviços de Acordos, Contratos e Convenções, o projecto de despacho sobre a matéria.

#### “Plano Nacional para a Inclusão”

- 3 cursos sobre “Acessibilidade dos Imigrantes ao SNS” – foram realizados apenas 2 cursos em Junho e Julho de 2002. O 3º. curso foi suspenso por falta de verba (feita candidatura ao FSE, mas cancelada por decisão superior).

Os objectivos dos cursos foram:

- Adquirir uma melhor compreensão sobre os problemas dos imigrantes, nomeadamente os de saúde;
- Aplicar adequadamente o previsto pelo Despacho 25360/2001 (2.ª Série)
- Incrementar os conhecimentos de modo a permitir e promover uma articulação entre as várias áreas implicadas;
- Contribuir para a redução das desigualdades em saúde;
- Aumentar a percepção dos fenómenos de exclusão.

Destinatários dos cursos:

Directores dos Serviços de Saúde das ARS e SRS, Delegados Regionais e Adjuntos de

## Saúde Pública e Administradores Hospitalares da área de gestão de doentes.

- No âmbito do acesso dos imigrantes ao SNS:
  - Elaboradas as circulares informativas nº 14/DSPCS de 02/04/02 e nº 48/DSPCS de 30/10/02 para esclarecimento do Despacho Ministerial 25360/2001, sobre cuidados de saúde aos estrangeiros residentes;
  - Emitido parecer sobre o projecto de Decreto-Lei do Ministério da Saúde sobre “Imigrantes e Acesso ao SNS”;
  - Prestados esclarecimentos, após consulta ao IGIF, a várias questões desta área colocadas pelos estabelecimentos de saúde;
  - Participação em reuniões com a ACIME (Alto Comissário para os imigrantes e minorias étnicas), para articulação e orientações sobre os imigrantes e a sua relação com a saúde;
  - Articulação com a Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (Serv. de Documentação) para elaboração e tradução de documentos/informações para imigrantes;
  - Elaborados pareceres sobre documentos relativos a estrangeiros imigrantes e o SNS;
  - Articulação com os serviços do Ministério da Saúde e da DG, para obtenção dos dados a incluir no PNAI.
- No âmbito da actividade dos Assistentes Sociais da Saúde:
  - Realizado um projecto exploratório de pesquisa, visando a Normalização de Modelos de Intervenção dos Trabalhadores Sociais da Saúde, com as seguintes fases:
  - Identificação dos grupos profissionais e caracterização dos respectivos profissionais que são ou podem ser incluídos no projecto;
  - Identificação dos locais onde se encontram inseridos profissionalmente, respectivas atribuições e modos instituídos de avaliação do seu desempenho;
  - Relatório preliminar com análise crítica do apurado em 1. e 2.;
  - Propostas de construção de modelos de intervenção, em função das novas realidades sociais e institucionais e respectivos referenciais teóricos explicativos.

Entre Outubro e Novembro foram apresentados os resultados do estudo, por ARS, a todos os assistentes sociais do país e ouvidos os seus comentários e propostas.

Em 19 de Fevereiro de 2002 foi apresentado o relatório final, posteriormente enviado a todas as entidades que colaboraram na sua realização.

- Na sequência da acção anterior e a partir dos resultados do inquérito realizado, foi prevista a publicação de orientações técnicas para os assistentes sociais relativamente ao seu trabalho com doentes com tuberculose, doenças oncológicas e AVC e reconhecida a necessidade dos Coordenadores do Serviço Social dos Hospitais dependerem hierarquicamente do Director Clínico dos Conselhos de Administração.

Quanto a esta questão, houve despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde confirmando a dependência hierárquica dos Coordenadores do Serviço Social dos Hospitais do Director Clínico e foi constituído um grupo de trabalho com participantes de vários Hospitais e do Centro de Saúde de Sete Rios (ver 4) que apresentou um relatório, aguardando-se orientações para divulgação dos textos propostos.

- No âmbito da saúde nos estabelecimentos prisionais:
    - Elaborado um relatório sobre a situação de saúde dos reclusos e apresentadas propostas de intervenção mais pormenorizadas. Foi entretanto constituído, por nomeação ministerial, um grupo de trabalho que visa normalizar as relações entre as instituições dos dois Ministérios, para melhoria da saúde nos estabelecimentos prisionais.
  - Outras actividades:
    - Elaboração de proposta de fornecimento de serviços de saúde ao domicílio com participação do SNS-PRAXAIR;
    - Análise e tratamento de todas as queixas dirigidas a esta Direcção Geral, que em algumas situações originaram acções específicas:
    - Vistoria ao Centro Clínico da Guarda Nacional Republicana que incluiu a constituição da comissão, elaboração do guia, realização da vistoria e elaboração do relatório final.

Esta vistoria foi proposta e realizada em sequência de uma queixa relacionada com cuidados de saúde, que corre os seus trâmites no Departamento de Investigação e Acção Penal.
    - Solicitadas à Autoridade de Saúde Regional a vistoria de algumas unidades privadas de saúde.
  
  - Proposta a constituição de uma comissão de vistoria para eventual encerramento da Clínica Nossa Senhora da Lapa em Caxias, com representantes da Ordem dos Médicos, da Direcção Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde e desta Direcção Geral.
  - Proposta e realização de uma vistoria à instituição privada de saúde LUZDOC.
  - Apreciação dos relatórios da IGS.
  - Divulgação de informação do INFARMED.
  - Envio de doentes ao estrangeiro.
  - Esclarecimentos aos serviços sobre taxas moderadoras.
  - Elaboração de circulares informativas e normativas no âmbito das competências do serviço.
  - Formulação de pareceres sobre questões éticas.
- Apoio técnico desenvolvido pelo Ministério da Saúde e também a alguns trabalhos de outras unidades orgânicas da DGS, tais como: Cartão de identificação utente; Conferência facturas de farmácias; Conferência facturas de exames complementares diagnóstico/terapêutica; taxas moderadoras; receita médica, Modelo 111. 20 - Dr. Sérgio Carneiro, técnico especialista nestas matérias;
- Controlo do sistema codificação de impressos, nível nacional com a Seg. Social. Definição novo Sistema Verificação Incapacidades Temporárias. Comissão Reg. Actual Prest. Social Riscos Profissionais (D.R 56. 7 5 2002). Especialista: Dr. Sérgio Carneiro;

- Divulgação dos pedidos de localização de desaparecidos;
- Divulgação do pedido do Ministério da Administração Interna para efeitos do disposto no n.º 3 da Lei 14-A/85, de 10.7, alterado pelo Dec.-Lei 55/88, de 26.2 – Eleições – voto dos deficientes - centros de saúde;
- Informação dos processos submetidos à Direcção-Geral, para homologação, ao abrigo do art.º 13º do Dec.-Lei 19/88, de 21/01 e Despacho Ministerial de 18.10.1995 (actualmente é com o Gabinete Jurídico);
- Encaminhamento aos processos referentes ao Código da Publicidade (Dec.-Lei 275/98, de 9.9.98).
- Publicidade a tratamentos médicos e medicamentos: Dec.-Lei 330/90, de 23 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis 74/93 de 10 de Março, 6/95, de 17 de Janeiro, 617/97, de 25 de Março e 275/98, de 9 de Setembro. Esta legislação integra-se no Dec.-Lei 275/98 de 9.9.98

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Comissão Sectorial da Saúde do Instituto Português da Qualidade (Junho 1997) (Min. Economia), no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade. Criado pelo Dec.-Lei nº234/93, DR. 153, I Série-A, de 2.7.93 (Min. Indústria e Energia). Representantes: Prof. Emílio Imperatori e Drª Bernardete Fonseca;
- A Drª Bernardete Fonseca participou em todas as reuniões.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa. Criado pelo Dec.-Lei nº164/91 (Min. Defesa Nacional), DR. 104, I-A, de 7.5.91, MS: 2 representantes. Mantém a representação do Ministério da Saúde, no órgão consultivo da CVP, o Prof. Emílio Imperatori e a Drª Bernardete Fonseca. (ofício do Gab. Min. de 15.11.2001, Refª 17705); Participou—se nas reuniões do Conselho Supremo.
- Comissão para estudo do regime actual da Protecção Social nos Riscos Profissionais tendo em vista futura integração nos Reg. Sistema de Solidariedade e Seg. Social. Desp. Conj. 470/2001 (Min. Finanças, Economia, Saúde e Trabalho e Solidariedade) DR. 123, II Série, 28.5.2001. Drª Ana Mª Santos Silva. Desp. 5101/2002, DR. 56, II Série, 7.3.2002. Representante do MS: Dr. Sérgio Carneiro;
- Grupo de Trabalho, de nomeação ministerial, com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais (Prof. Doutor Emilio Imperatori e Drª. Beatriz Couto). – Reuniões semanais.
- Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI (Prof. Doutor Emílio Imperatori e Drª. Conceição Martins) – Elaborado plano e feito acompanhamento.

**Grupos de Trabalho a funcionarem na DSPCS e da sua iniciativa**

- Comissão Executiva de Assessoria Técnica e Consultores por área médica, das deslocações de Doentes, beneficiários do SNS. Desp. SES s/nº . A comissão executiva fica sediada na DGS, onde se reúne de 15/15 dias e é secretariada por 1 funcionário da mesma (DR. 27, II Série, 2.2.93) – Deu pareceres nos casos em que foram pedidos.
- A Dr<sup>a</sup>. Bernardete Fonseca representa a Direcção de Serviços na Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Luta contra a Dor desta Direcção Geral. – Participou em reuniões e compilou informação sobre o consumo de estupefacientes em Portugal e nos restantes países da Europa.
- Grupo de Trabalho de âmbito nacional que funcionou na DGS entre 20 de Maio e 1 de Julho, sobre as atribuições dos assistentes sociais junto dos doentes oncológicos, tuberculose e com AVC.
- Conselho Nacional da Qualidade na Saúde. Criado pelo Desp. 17206/99 (Min. Saúde), para o 1º biénio é presidido pelo Director-Geral da Saúde, DR nº 205, II Série, de 2.9.99.

### 2.10.1 DQ/ Divisão da Qualidade

- Orientações técnicas sobre “prevenção de úlceras de pressão”;
- Folheto “Vamos evitar as escaras” (reedição)
- *"Fracturas da extremidade proximal do fémur no idoso"* - Recomendações para Intervenção terapêutica. - Aguarda publicação - Plano de Actividades 2002;
- Elaboração da “Carta do Doente Internado”
- Definição de Critérios para a criação de serviços centrais de esterilização – em curso - Plano de Actividades 2002;
- Elaboração e divulgação do *"Guia de Monitorização do Enfermeiro de Família"* – está em revisão o documento final - Plano de Actividades 2002;
- A violência contra os profissionais de saúde no seu local de trabalho – foi realizado um inquérito e a elaboração do relatório está em curso - Plano de Actividades 2002.
- Programa de Promoção e Melhoria do Acesso (PPMA) - elaboração dos relatórios mensais até ao final de Setembro de 2002, data em que se iniciou o PECLEC em algumas Regiões de Saúde. Falta fazer o relatório dos três últimos meses para o que estamos a aguardar instruções superiores - Plano de Actividades 2002 (Acompanhamento do “Programa de Promoção do Acesso”);
- Regime Remuneratório Especial (RRE) para Clínicos Gerais - elaboração do relatório de 2002, a enviar ao gabinete do Ministro da Saúde no primeiro trimestre de 2003. O art. ° 3.º do DL n.º 210/2002, de 17 de Outubro, determina que o acompanhamento e avaliação, a nível nacional, da aplicação deste regime deve ser efectuada pela DGS que constituirá um grupo de trabalho para o efeito (n.º 5 da CN n.º 06/GAB/DG, de 10 de Abril de 2002). Este grupo de trabalho nunca foi constituído e o assunto é novo e recentemente atribuído à DQ.
- Protocolo do Instituto da Qualidade em Saúde (IQS), com “King`s Fund Health Quality System”. Desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade em Saúde, 17.3.1999.
- Seminário sobre *“Risco Clínico e Risco não clínico”* - organizado por esta Divisão e teve a participação do Prof. Doutor Manuel Barbosa (Risco sob o ponto de vista clínico) e do Prof. Doutor Paulo Ferrinho (Risco sob o ponto de vista epidemiológico).

Houve, ainda a colaboração de três hospitais que dispõem de Gabinetes de Gestão de Risco apresentando a sua experiência: Hospital D. Estefânia - Dr. Óscar Ortet, Hospital Fernando da Fonseca - Dr. Paulo Caselas e Hospital de Santa Marta - Prof. Doutor José Fragata.

Estiveram representadas as dezoito Sub-Regiões de Saúde pelo respectivo coordenador ou pelo director dos Serviços de Saúde, estando ainda presentes representantes da Direcção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental, Divisão de Saúde Materna e dos Adolescentes e Divisão de Doenças Transmissíveis.

### 2.10.2 DFI/ Divisão de Formação e Investigação

- Promoção do desenvolvimento da investigação aplicada nas instituições e serviços de saúde;
- Promoção do intercâmbio científico com serviços congéneres, nacionais ou estrangeiros;
- Assegurar, no âmbito da formação, a articulação do Ministério da Saúde com outros ministérios e entidades, nomeadamente com os Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade e da Ciência e Tecnologia, bem como com a área da igualdade entre mulheres e homens;
- Definição dos perfis profissionais dos diversos grupos específicos da saúde;
- Definição dos planos de estudo dos cursos profissionalizantes da saúde não abrangidos pelo sistema de ensino;
- Colaboração com o DMRS na identificação das necessidades de formação dos serviços centrais e desconcentrados do Ministério e do SNS e no respectivo planeamento;
- Apoio às estruturas do sistema de formação profissional sectorial, particularmente na definição dos conteúdos programáticos das acções de formação permanente e na respectiva avaliação.
- Sessões Técnico-Científicas

Durante o ano de 2002, realizaram-se 6 sessões técnico-científicas.

- Responsabilidade na concessão de licenças para o usufruto, pelos profissionais do SNS, de Comissões Gratuitas de Serviço com vista à participação em eventos de relevância científica – Despacho Ministerial 867/2002, de 27 de Novembro de 2001. Através do Desp.n.º18994/2002, de 31 de Julho de 2002, o Director-Geral delegou as competências nesta matéria nos presidentes das ARS e nos coordenadores das SRS.
- A DGS/DFI
  - . Propôs lista de indicadores para a apreciação da relevância científica dos eventos;
  - . Elaborou relatório sobre o 1º trimestre de 2002 referentes às CGS autorizadas;
  - . Uniformizou o conteúdo das listas nominativas sobre as autorizações concedidas;
  - . Propôs às ARS circuito de informação sobre as CGS concedidas e estrutura do conteúdo de relatórios trimestrais a enviarem à DGS.

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Formação de Apoio aos Centros de Saúde da 3ª Geração

Este grupo de trabalho, em Junho de 2002, já tinha concluído a sua missão: a elaboração de programas de formação dirigidos a gestores e pessoal administrativo.

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Unidades de Gestão do Saúde XXI – Secção FSE.

Desde Outubro de 2002, a DFI tem vindo a participar nestas reuniões destinadas, entre outros, à análise e aprovação de candidaturas a projectos de formação, no âmbito da medida 2.4. (FSE).

## 2.11 DSPSM/ Direcção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental

- Orientar tecnicamente e proceder à avaliação dos resultados no âmbito da saúde mental, com especial incidência na área do alcoolismo e da droga;
  - Procurando promover as Boas Práticas em Psiquiatria e Saúde Mental, foi realizada uma proposta de candidatura a financiamento Feder e deu-se início à preparação de um esboço de dois Manuais de Boas Práticas, sobre depressão e sobre psicoses.
  - Foi constituído um grupo de trabalho de Boas Práticas em Psiquiatria de Ligação para Cuidados de Saúde Primários e para Cuidados Hospitalares em 16 de Setembro de 2002.
  - Foi elaborado um Glossário de Termos Técnicos para Avaliação de Cuidados em Saúde Mental, por um Grupo de Trabalho desta Direcção de Serviços sobre Indicadores em Saúde Mental.
  
- Proceder à análise dos factores que condicionam a saúde mental, nas diferentes fases etárias, identificando as medidas que os serviços devem adoptar;
  - Foram realizadas diferentes propostas de candidatura a Financiamento Feder/FSE para projectos no âmbito da Gravidez e primeiro ano de vida, Envelhecimento e 3ª idade e, ainda, telefones S.O.S. para o suicídio e para o isolamento social.
  - Foi elaborado um esboço do programa nacional de Promoção da Saúde Mental na gravidez e no primeiro ano de vida. Foi realizada uma reunião nacional com Serviços Locais e Regionais de Pedopsiquiatria e com Centros de Saúde. Participou-se numa Mesa Redonda do 19º Encontro Nacional de Clínica Geral, em 14 de Março de 2002.
  - Procedeu-se à criação de um grupo de trabalho para a Saúde Mental no Envelhecimento e 3ª Idade que se tem reunido regularmente.
  - No âmbito do projecto Telefones S.O.S. de suicídio e isolamento, foi realizada uma reunião com IPSS's que trabalham nesta área e reuniões e contactos com representantes do então Ministério do Trabalho e Solidariedade. Foram elaboradas propostas de projecto de portaria conjunta dos Ministérios da Saúde e do anterior Ministério do Trabalho e Solidariedade e dois Acordos de Cooperação entre as ARS's, os CDSSS e IPSS's. Efectuou-se um trabalho preparatório para a criação de um *call center*. Participou-se numa mesa redonda, realizada em 4 de Outubro de 2002, intitulada "Telefones S.O.S. e Grupos de Auto-ajuda", enquadrada nas "4ªs Jornadas sobre Comportamentos Suicidários".

- Manter actualizada a carta sanitária do País no campo da saúde mental;
  - Em 7 de Abril de 2001, por ocasião do Dia Mundial da Saúde dedicado à Saúde Mental, foi lançada publicamente a Rede de Referência Hospitalar de Psiquiatria e Saúde Mental. Deu-se continuidade ao desenvolvimento da Rede com a emissão de pareceres sobre candidaturas a financiamento FEDER, no âmbito do Saúde XXI, apresentadas pelos Serviços de Saúde Mental. Efectuou-se uma visita e reunião no Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital de Évora, a pedido do respectivo Conselho de Administração. Em 5 de Julho de 2002, realizou-se a primeira reunião de um Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de novas respostas no campo da Saúde Mental e do Álcool.
  
  - Para a elaboração do Plano Nacional de Saúde Mental, foi constituído um Grupo de Trabalho que está a elaborar um esboço do respectivo plano e realizou a Preparação de Candidatura a Financiamento FEDER.
  
- Proceder à análise dos factores determinantes do alcoolismo, identificando as medidas a adoptar;
  - No âmbito da prevenção e controlo dos problemas ligados ao álcool, iniciou-se a preparação de um estudo nacional de prevalência do consumo excessivo de álcool nos cuidados de saúde primários e elaborou-se um esboço do programa de treino, com plano e materiais de formação, em alcoologia, para profissionais de saúde. Para o efeito, preparou-se uma candidatura a financiamento FEDER.
  
  - Foi enviado ao Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Saúde, em 1/8/02, um projecto de Despacho Ministerial para a Comissão Interministerial do Álcool. Esta Comissão Interministerial, será fundamental para o desenvolvimento da Rede Alcológica Nacional e para continuar a levar a cabo um conjunto de medidas de promoção e educação para a saúde, investigação dos problemas ligados ao álcool, propostas de medidas legislativas e fiscalizadoras e estudos de impacto.
  
- Orientar as condições de internamento, atendimento de urgência e consultas externas dos actuais estabelecimentos de internamento psiquiátrico, públicos e privados, bem como os demais aspectos do seu funcionamento técnico;
  - Foi elaborado um documento com respostas específicas de Cuidados Continuados em Saúde Mental, no âmbito de um grupo mais lato de Cuidados Continuados Integrados.
  
  - Decorreu um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de medidas de prevenção da institucionalização de doentes de evolução prolongada.
  
  - Decorreu um Grupo de Trabalho para a concepção de serviços especializados para doentes difíceis.

Efectuaram-se 2 visitas a serviços no estrangeiro.

- Realizaram-se várias reuniões de um grupo de trabalho para a concepção e criação de Centros Regionais de Psiquiatra Forense. Iniciou-se a elaboração de documento técnico com caracterização do âmbito, modelo organizacional e população alvo. Efectuou-se uma visita a serviço no estrangeiro.
  - Houve vários contactos com elementos do Ministério da Justiça e do Centro de Direito da Família e Menores para a constituição de um grupo de trabalho para a criação de regulamentação sobre gestão do património de doentes institucionalizados.
  - Um grupo de trabalho elaborou documento técnico para criação de legislação para o emprego apoiado de doentes mentais com incapacidades graves.
- Promover a recolha e o tratamento de dados estatísticos relativos ao movimento de doentes, bem como quaisquer outros elementos com interesse para a avaliação da actividade dos serviços e estabelecimentos de saúde mental;
- Foi elaborado documento informativo e proposta para o módulo de saúde mental, no âmbito do desenvolvimento de *software* a adaptar ao programa SONHO.
  - Foi realizado um Censo Psiquiátrico em Novembro de 2001, feita a introdução dos dados e iniciada a análise dos mesmos. Foi o primeiro censo que incluiu as consultas e urgências (além dos internamentos), bem como as instituições privadas do Continente e Regiões Autónomas.
  - Procedeu-se à preparação do 1º Estudo de Morbilidade Psiquiátrica na Comunidade. Para o efeito, foi preparada uma candidatura a financiamento FEDER/FSE.
  - Para Implementação da CID-10 de Morbilidade Psiquiátrica, foi preparada uma Candidatura a Financiamento FEDER/FSE.
- Propor regras técnicas relativas ao licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde mental.
- Participação em reuniões regulares do Conselho Nacional de Saúde Mental e das suas Comissões Especializadas.
  - Organização da Comemoração Central do Dia Mundial da Saúde 2001, 7 de Abril, na Fundação Calouste Gulbenkian e a participação de Portugal no Concurso Escolar Mundial. Foi estimulada a realização de múltiplas iniciativas no âmbito das comemorações do Dia Mundial de Saúde, dedicado à Saúde Mental, no ano de 2001.

- Realização reuniões regulares com os Centros Regionais de Alcoologia.
- Colaboração na comemoração dos Dias Mundiais da Saúde Mental em 2001 e 2002.
- No seguimento do trabalho desenvolvido com organizações internacionais, como a Organização Mundial de Saúde e a União Européia, esta direcção de serviços participou em diversas reuniões, emitiu pareceres e resposta a inquéritos, e lançou, em Portugal, do Relatório Mundial de Saúde de 2001.
- Participação em múltiplas reuniões científicas, quer com prelecções técnicas, quer em cerimónias oficiais.
- Privilegiaram-se as articulações e parcerias dentro da DGS, com as ARSs e Sub-Regiões, serviços de saúde mental e álcool, oficiais e privados, outros ministérios, outras entidades oficiais, universidades, ordens profissionais, ONGs e IPSSs.

### **Grupos de Trabalho em que representa a DGS**

- Conselho Nacional de Saúde Mental. Criado pelo pelo Dec.-Lei nº35/99 (Min. Saúde), DR. 30, I Série-A, de 5.2.1999

### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comissão Nacional de Acompanhamento da aplicação do Desp. Conj. 407/98, (Min. Saúde + Trabalho e Solidariedade), DR.138, II Série, de 18/6, que aprovou as orientações integradas para pessoas em situação de dependência no âmbito do apoio social e dos cuidados de saúde continuados, nomeação pelo Desp. Conj. (Min. Saúde + Trabalho e Solidariedade), DR. 35, II Série, de 11.2. Representante do M.S.: Dr<sup>a</sup> Maria João Heitor dos Santos;
- Comissão de acompanhamento da nova regulamentação referente à condução sob efeito do álcool e de outros psicotrópicos. Portaria Conjunta nº 1006/98, (Ministério Administração Interna + Ministério da Justiça + Saúde), de 30.11, DR. 277, I Série B, e Desp. Conj. 240/99, DR. 63, II Série, de 16.3, de nomeação da comissão). Representante do M.S.: Dr. Álvaro de Carvalho, Director do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital de S. Francisco Xavier;
- Comissão Interministerial para analisar e integrar os múltiplos aspectos associados à Luta contra o Alcoolismo. Criada pela Resolução Cons. Ministros 40/99, DR. 107, II Série, de 8.5.; Declaração 371/99. Representante do MS: Dr. Álvaro de Carvalho, que preside. DR. 265, II série de 13.11.99;
- Comissão para o Mercado Social de Emprego. Resolução Cons. Ministros 104/96, DR 157, I Série B, de 9.7.96. Representante do Ministério: Dr<sup>a</sup> Helena Correia, colaboradora da DSPSM e Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> João Quintela da DGCG (continua como suplente, ofício da DGS nº 97, de 8.1.2002);
- Comissão Nacional de Acompanhamento da Execução de regime de internamento compulsivo. Despacho Conjunto nº 638/99 (Min. Justiça e Saúde) DR. 181, II Série, de 5.8;
- Rede Nacional de Apoio aos Militares e ex-Militares portadores de perturbação psicológica crónica resultante de exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar. Despacho Conjunto nº 364/2001 (Min. da Defesa e da Saúde) de 20/4, publicado no DR. n.º 93, II Série). Representante da DGS: Dr<sup>a</sup> Maria João Heitor e representante do IGIF: Dr<sup>a</sup> Maria do Céu Valente.

**Grupos de trabalho a funcionarem na DSPSM e da sua iniciativa**

- Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de software de saúde mental a adaptar ao SONHO (informal e sem legislação de suporte). Responsável: Dr. António Leuschner;
- Grupo de Trabalho para Indicadores em Saúde Mental (informal e sem legislação de suporte). Responsável: Dr<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> João Heitor dos Santos;
- Grupo de Trabalho Promoção da Saúde Mental na gravidez e no primeiro ano de vida através dos Cuidados de Saúde Primários (informal e sem legislação de suporte). Responsável: Dr<sup>a</sup> Isabel Brito;
- Grupo de Trabalho para os Cuidados Continuados em Saúde Mental. Responsável: Dr<sup>a</sup> Maria João Heitor dos Santos. Desp. Conj. 159/2002 (Min. Saúde e Solidariedade, DR. 534, II Série, de 4.3.2002;
- Grupo de Trabalho Prevenção da Institucionalização de Doentes de Evolução Prolongada (informal e sem legislação de suporte). Responsável: Dr<sup>a</sup> Helena Correia;
- Grupo de Trabalho Concepção de Serviços Especializados para doentes difíceis (informal e sem legislação de suporte). Responsável: Dr. Luís Gamito;
- Grupo de Trabalho Concepção de Centros Regionais de Psiquiatria Forense (informal e sem legislação de suporte). Responsável: Dr<sup>a</sup> Maria João Heitor;
- Grupo de Trabalho Criação de legislação para o emprego apoiado de doentes mentais com incapacidades graves (informal e sem legislação de suporte) Responsável: Dr<sup>a</sup> Helena Correia.

## 2.12 DSAECI/ Direcção de Serviços de Assuntos Europeus e de Cooperação Internacional

### 2.12.1 DAE/ Divisão de Assuntos Europeus

- Coordenar a intervenção dos serviços e organismos do Ministério da Saúde em matéria de assuntos europeus e articular essa actuação com as estruturas competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com os demais departamentos da Administração Pública e com outras entidades;
- Recolher, tratar e divulgar a documentação proveniente da Direcção-Geral das Comunidades Europeias ou de instituições da União Europeia respeitante a matérias do âmbito da saúde;
- Proceder à análise dos relatórios elaborados pelos representantes do Ministério que participem em reuniões no âmbito dos assuntos europeus e à sua divulgação pelas entidades interessadas:
  - Recepção de documentos e distribuição dos documentos pelos técnicos responsáveis;
  - Tratamento da documentação recebida, incluindo relatórios, através de:
    - ofícios/notas para os organismos competentes;
    - informações/pareceres/pontos de situação sobre as matérias;
    - posições do MS, com base na análise e contributo técnico dos diversos serviços/organismos;
    - participação em reuniões de coordenação da posição nacional;
    - promoção de reuniões com os serviços/organismos.
    - organização do arquivo da documentação.
  - Acompanhamento e coordenação das seguintes matérias:
    - Programa de acção comunitária no domínio da saúde pública (2003-2008) (Decisão n.º 1786/2002/CE do PE e do Conselho, de 23.09.2002): 2 reuniões do Comité de acompanhamento de apoio à Comissão, com a participação da Dr.ª Emília Nunes;
    - Directiva 2002/98/CE, de 27.01.2003, - estabelece normas de qualidade e segurança em relação ao sangue humano e componentes sanguíneos. Entidade competente para a transposição: Gabinete Ministerial e IPS.

Pelo DL n.º 8-A/2002, de 15 de Janeiro, procedeu-se à criação na DGS da DSAECI, que compreende a DAE e a DCI. As competências da DAE desenvolvem-se na área da coordenação das intervenções do MS relacionadas com a UE e do acompanhamento do seu desenvolvimento.

Atendendo a que algumas das **atribuições** da DAE (cfr. doc. "Atribuições das Unidades Orgânicas da DGS") são concretizadas através do mesmo tipo de actividades parece-nos mais coerente agrupá-las, como se faz no texto. Relativamente a cada atribuição ou grupo de atribuições, referir-se-á as **actividades** desenvolvidas em 2002 e far-se-á um **ponto de situação** sobre a evolução das matérias referidas sob o título "Produtos para 2002" no Plano de Actividades de 2002.

- Recomendação do Conselho de 02.12.2002, relativa à prevenção do tabagismo e a iniciativas destinadas a reforçar a luta anti-tabaco. Não é um acto vinculativo. Entidades competentes para a implementação: Gabinete Ministerial, CPT e DGS.
- Propostas de directivas e regulamento relativos aos medicamentos de uso humano e veterinários e medicamentos à base de plantas, aguardando a Posição Comum do Conselho. Entidades materialmente competentes: INFARMED e Direcção-Geral da Veterinária.
- Processo de adopção da Directiva 2003/15/CE, de 27 .02.2003, que altera pela sétima vez a Directiva 76/768/CEE relativa aos produtos cosméticos. Entidades materialmente competentes: INFARMED e Instituto do Consumidor.
- Proposta de directiva relativa aos tecidos e órgãos de origem humana: apresentada em Junho de 2002, a sua discussão nas reuniões do Grupo Saúde do Conselho da UE, tem tido a participação do Dr. Leal da Costa, do IPO de Lisboa.
- Relatório relativo à aplicação da Directiva 93/42/CE (dispositivos médicos) apresentado pela Comissão ao Conselho. Competência material: INFARMED.
- Propostas/recomendações no domínio do bioterrorismo. Realizaram-se reuniões do Comité de Saúde e Segurança, nas quais participa o Subdirector-Geral da Saúde, Dr. Francisco George, e foram apresentados pontos de situação pela Comissão no conselho da EU
- Projecto de Convenção-Quadro sobre a Luta Anti-tabaco: duas sessões do órgão intergovernamental de negociação, reuniões do Grupo Saúde do Conselho da EU. Competência material: principalmente, do Ministério da Saúde - DGS - Divisão de Promoção e Educação para a Saúde; contudo, realizaram-se reuniões com outros Ministérios com atribuições nas matérias envolvidas.
- Implementação do programa de acção “Luta contra as doenças transmissíveis no contexto da redução da pobreza”: apresentação em Novembro de 2002 da proposta de regulamento do Conselho destinado a evitar o desvio para a União Europeia de certos medicamentos essenciais. Acompanhamento pela DAE, com o apoio do INFARMED.
- As negociações relativas ao Acordo TRIPS e Saúde Pública deviam ter encontrado uma solução até final de 2002 para as dificuldades dos países membros da OMC com insuficientes capacidades de fabrico de medicamentos ou que não disponham de um sector farmacêutico apto a recorrer de maneira efectiva às licenças obrigatórias no quadro do Acordo TRIPS. Negociações particularmente difíceis, encontrando-se principais divergências ao nível dos seguintes pontos: transferência de tecnologia, salvaguardas, critérios de inclusão ou exclusão de países beneficiários, lista de doenças a abranger, transparência na concessão de licenças obrigatórias e mecanismo legal no que respeita à derrogação de obrigações.

- Última proposta do Presidente do Conselho TRIPS mereceu apoio da Comissão Europeia, mas não se chegou a solução final face à posição irredutível dos EUA sobre a lista de doenças a abranger que, este país, não aceita que inclua outras doenças para além das três doenças transmissíveis: SIDA, tuberculose e malária. Competência material no âmbito do MS: INFARMED e DGS.

Outros Ministérios directamente envolvidos: Economia e Finanças.

- Negociações no âmbito das relações externas da Comunidade com países terceiros e grandes blocos económicos: acompanhamento regular e coordenação com organismos do MS para apresentação de posições. Relevância particular das negociações do Acordo Geral de Comércio em Serviços (GATS) – OMC. Coordenação com organismos do MS (DMRS, INFARMED e várias DS da DGS), bem como coordenação ao nível interministerial e com a Comissão Europeia.
- Destaque particular para as negociações relativa ao Modo 4 “Movimento de pessoas singulares” no que se refere à entrada e exercício profissional por parte de profissionais de saúde oriundos de países terceiros, bem como ao Modo 3 “Presença Comercial” no que se refere a serviços farmacêuticos e hospitalares. Preparação dos pedidos e ofertas negociais da Comunidade Europeia e seus EM e análise dos pedidos de países terceiros.
- Alargamento – negociação de Capítulos relevantes (Cap. I: livre circulação de mercadorias; Cap. II: livre circulação de pessoas; Cap. V: direito das sociedades; Cap. XII: política social; Cap. XXIII: saúde e defesa do consumidor): acompanhamento e coordenação do processo de negociações, com os organismos do MS. Propostas constantes do documento sobre estratégia de Alargamento e relatórios de progresso sobre os países candidatos apresentados pela Comissão em Outubro de 2002, apoiadas pelo Conselho Europeu de Bruxelas. Na sequência deste Conselho, iniciou-se a redacção do Tratado de Adesão requerendo, da parte da DAE, pareceres sobre questões, nomeadamente, em matéria de reconhecimento de qualificações e mecanismo específico para os medicamentos no que se refere às importações paralelas. Processo de negociações concluído no Conselho Europeu de Copenhaga, que considerou dever a UE acolher os novos membros a partir de 01.05.2004.
- Adopção da Directiva 2002/46/CE, de 10 de Junho, relativa aos suplementos alimentares. Entidade competente: Ministério da Agricultura, com colaboração do nosso Ministério (DGS-DSPS).
- Propostas de alteração do Regulamento 1408/71, relativo à coordenação dos sistemas de segurança social dos Estados membros e implicações dos Acórdãos do Tribunal de Justiça sobre a livre circulação de doentes: Competência do MTSS e MS (a DAE tem elaborado pareceres sobre a revisão e simplificação do Regulamento 1408/71, discutido nas reuniões do Grupo Questões Sociais. Simultaneamente, a DAE tem acompanhado a evolução da jurisprudência do Tribunal de Justiça e os trabalhos da Comissão relativos a essa jurisprudência.

- Proposta de directiva do PE e do Conselho relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, apresentada pela Comissão ao Conselho em 22.05.2002, na sequência das Conclusões da Cimeira de Lisboa e do Conselho Europeu de Estocolmo, e tendo igualmente em vista o futuro alargamento da União a mais dez países, previsto para 2004. Objectivo: reunir num único texto toda a legislação dispersa neste âmbito (os denominados “sistemas gerais de reconhecimento de diplomas”, bem como as 7 directivas ditas “sectoriais” que, na área da saúde, contemplam especificamente as profissões de médico, enfermeiro, dentista, parteira e farmacêutico). Participação de representante do MS (DGS-DAE), Dra. Ana Maria Couto, nas várias reuniões de discussão da proposta, iniciada em Julho de 2002, pelo Grupo de Trabalho “Estabelecimento e Serviços-Diplomas”.
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável: grande actividade, tanto a nível interno, como comunitário e internacional: Rrealização da Cimeira Mundial de Joanesburgo, em Setembro/2002, na qual a União Europeia decidiu, à partida, desempenhar um papel de impulsionador das decisões, tendo União Europeia desenvolvido grandes esforços internos no sentido da ultimação da sua própria estratégia de desenvolvimento sustentável, por sua vez baseada nas estratégias nacionais.
- O Ministério da Saúde (DGS) participou activamente na elaboração da estratégia nacional e nas reuniões interministeriais para preparação da estratégia comunitária e da participação de Portugal e da União na Cimeira de Joanesburgo.
- 6º Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente: aprovado em 22 de de Julho de 2002 (Decisão n.º 1600/2002/CE, do PE e do Conselho). A vigência do programa inicia-se em 22 de Julho de 2002 e tem uma duração de dez anos. Objectivos gerais: dar resposta às prioridades ambientais da Comunidade nos seguintes domínios: alterações climáticas; natureza e biodiversidade; ambiente e saúde e qualidade de vida; e recursos naturais e resíduos.
- Propostas decorrentes do Livro Branco sobre a Segurança dos Alimentos: apresentadas algumas propostas de actos legislativos, nomeadamente, o controlo oficial dos géneros alimentícios.

Entidade com competência principal: Ministério da Agricultura, mas acompanhamento pelo MS (DAE e outras DS).

- Sequência do Livro Branco sobre Substâncias Químicas (02/2001): Durante o ano de 2002, prosseguiu a acção de avaliação e foram publicadas mais três directivas, relativas às parafinas cloradas de cadeia curta (Directiva 2002/45/CE), aos corantes azóicos (Directiva 2002/61/CE) e aos compostos organoestáticos (Directiva 2002/62/CE), prossequindo os trabalhos com vista à aprovação, quer de directivas já em discussão, quer de duas novas propostas [COM(2002)70 e COM(2002)459].
- Propostas de medidas relativas à prevenção, controlo e erradicação das encefalopatias espongiiformes transmissíveis: nada a assinalar em 2002.
- Novo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico: nada a assinalar em 2002.

- Adopção da Resolução do Conselho da União Europeia de 03.06.2002, relativa à adaptação às transformações do trabalho e da sociedade: estratégia comunitária de saúde e segurança (2002-2006).
  - Execução do Plano de Acção E-Europe: nada a assinalar em 2002.
  - Grandes Orientações da Política Económica dos Estados Membros e da Comunidade: participação na elaboração do relatório nacional sobre reformas económicas de 2002, através do desenvolvimento do tema “Reforma do Sector da Saúde”.
  - Serviços de interesse económico geral (SIEG): participação em reuniões de discussão sobre a aplicação das regras dos auxílios de Estado e da concorrência aos SIEG.
  - Cartão Europeu de Seguro de Doença: participação no estudo.
  - Acordo UE/Suíça sobre a livre circulação de pessoas: acompanhamento da aplicação do Acordo no domínio da prestação de cuidados de saúde.
- Apoio aos membros do Governo na preparação das suas intervenções, na área da saúde, junto das instituições europeias

#### Actividades desenvolvidas:

- . Conselho da União Europeia - Luxemburgo, 26 de Junho de 2002:
- . Elaboradas 18 notas informativas e 4 sugestões de intervenção sobre os assuntos agendados e organização da pasta para o Gabinete ministerial e para o Director-Geral.
- . Conselho da União Europeia - Bruxelas, 8 de Outubro de 2002 (1):
- . A participação de Portugal foi assegurada pela Secretária de Estado da Segurança Social
- . Elaborada 1 sugestão de intervenção sobre o assunto da agenda relativo à área da saúde - questão da publicidade e patrocínio dos produtos do tabaco no âmbito das negociações da Convenção-Quadro da Luta Anti-tabaco.
- . Conselho da União Europeia - Bruxelas, 2 de Dezembro de 2002:
- . Elaboradas 9 notas informativas e 5 sugestões de intervenção (uma elaborada pelo INFARMED) para os 11 assuntos da agenda.

#### Iniciativas da Presidência:

- . Seminário Ministerial “Uso Terapêutico de Tecidos e Células de Origem Humana” e circulação de doentes – Málaga, 6-8 de Fevereiro de 2002:
- . Elaboradas 2 notas informativas e 2 sugestões de intervenção.
- . Participação de um elemento da DAE numa reunião sobre circulação de doentes, em Madrid, em 24.01.2002, (preparação da conferência de Málaga).

---

(1) *Nota: O Conselho Europeu de Sevilha, em 22.06.2002, decidiu uma diminuição do número de formações do Conselho da União Europeia, passando o Conselho Saúde a estar integrado numa formação intitulada Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores. Esta formação do Conselho, reunindo, em média, duas vezes por semestre, as matérias da saúde poderão constar de qualquer uma das agendas destas reuniões (tendencialmente, constarão da segunda do semestre)*

- Promover a representação do Ministério da Saúde em reuniões e grupos técnicos no âmbito da União Europeia
  - Actividades desenvolvidas:
    - . Ofícios às entidades do MS e ao MNE;
    - . Informações;
    - . Propostas de designação/participação em reuniões
    - . Participação em reuniões
  - Apoio aos Comitês/Grupos de Trabalho da Comissão Europeia
    - . Comité de Alto Nível de Saúde: Não foi solicitado apoio à DAE.
    - . Comité de Saúde e Segurança (Bioterrorismo): Não foi solicitado apoio à DAE.
    - . Grupo dos Sherpas (Processo de Reflexão de Alto Nível sobre a Mobilidade de Doentes) – 2 reuniões (participação do Director-Geral a 25.11.2002):
      - . 2 Notas informativas;
      - . 1 Proposta de designação;
      - . Organização da pasta para a participação do Director-Geral.
  - Participação de técnicos da DAE/DCI em reuniões de Comitês/Grupos de Trabalho do Conselho e da Comissão
    - . Grupo “Saúde” do Conselho
      - . Missão do Grupo: preparação das sessões do Conselho de Ministros da Saúde. Os principais temas de discussão de 2002 foram a proposta de directiva do sangue e componentes sanguíneos, a proposta de directiva relativa aos tecidos e células, o tabagismo, a toxicodependência, entre outros.
      - . Sempre que se justifica, participa nas reuniões do Grupo Saúde, uma técnica da DAE (normalmente, a Directora de Serviços); se essa participação é prescindível, a DAE presta todo o apoio à Representação Permanente em Bruxelas (REPER), através do envio de posições e outras informações, por escrito ou por telefone. Realizaram-se cerca de 13 reuniões do Grupo durante o ano de 2002.
      - . Elaboração de relatórios das reuniões e posterior envio para o Gabinete do Ministro da Saúde e MNE (DGAC), bem como para serviços/organismos com competências nas matérias.
    - . Grupo “Estabelecimento e Serviços – Diplomas” do Conselho
      - . Participação de uma técnica da DAE em 4 reuniões (18 e 19 de Julho; 9 e 10 de Setembro; 8 e 9 de Outubro; 29 e 30 de Outubro). Uma última em 9 de Dezembro apenas com a presença de técnico da REPER.
      - . Elaboração de relatórios das reuniões e posterior envio para o Gabinete do Ministro da Saúde e MNE (DGAC).
      - . A fim de concertar a posição nacional sobre o objecto das reuniões, a DAE promoveu reuniões, individuais, com representantes das Ordens dos Médicos, Enfermeiros, Médicos Dentistas, Farmacêuticos e do Departamento da Modernização e Recursos da Saúde
    - . Grupo “Alargamento da UE” do Comité de Alto Nível de Saúde:
      - . Não houve reuniões em 2002.

- . Comissão Administrativa para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes (CASSTM): participação na 283ª reunião de uma técnica da DAE: discussão do art.º 31º do Regulamento (CEE) 1408/71, (livre circulação de doentes, nomeadamente, os pensionistas portadores de doenças crónicas).
  - . Realizaram-se mais três reuniões, para as quais a DAE enviou pareceres escritos ao MTSS (DRISS).
  - . Grupo “Saúde, SIDA e População” da Comissão Europeia (DG-Desenvolvimento): Participação de um técnico da DCI na reunião de 6 e 7 de Junho.
- Participação de técnicos da DAE em iniciativas das Presidências:
- . Conferência “A Europa da Saúde: A Circulação de Doentes” – Mahón, 31 de Maio e 1 de Junho de 2002
  - . Elaboração do relatório da reunião e posterior envio do mesmo ao Gabinete do Ministro da Saúde e à DGS-DSPCS.
- Participação de técnicos de outros serviços/organismos em reuniões de âmbito comunitário:
- . Elaboração de propostas de designação de técnicos/peritos submetidas à consideração de Sua Excelência o Ministro da Saúde.
  - . Elaboração de propostas de deslocação submetidas à consideração superior.
  - . Comunicação dos despachos ministeriais de designação ao MNE (DGAC).
- Promover e coordenar as acções necessárias à adequação do direito interno, na área da saúde, às directivas e recomendações da União Europeia
- Promover as acções necessárias à execução dos regulamentos e decisões comunitárias, no âmbito da área de actuação do Ministério da Saúde
- Actividades desenvolvidas:
- . Análise da adequação dos diplomas de transposição com os correspondentes textos comunitários;
  - . Ofícios para os organismos competentes;
  - . Informações e pontos de situação sobre as matérias;
  - . Participação e promoção de reuniões; etc.
- Matérias tratadas:
- . Revisão do anteprojecto do Decreto-Lei n.º 241/2002, de 5 de Novembro, que transpõe a Directiva 2001/15/CE, relativa às substâncias que podem ser adicionadas, para fins nutricionais específicos, aos géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial;
  - . Revisão do anteprojecto de decreto-lei respeitante à Directiva 2001/19/CE, que altera as Directivas relativas ao sistema geral de reconhecimento das formações profissionais, e as Directivas relativas às profissões de enfermeiro responsável por cuidados gerais, dentista, veterinário, parteira, arquitecto, farmacêutico e médico;
  - . Revisão do anteprojecto do Decreto-Lei n.º 25/2003, de 4 de Fevereiro, que transpõe a Directiva 2001/37/CE, relativa ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco, teve por base o anteprojecto de diploma elaborado pela DGS (incluindo DAE), objecto de aprovação sessão do Conselho de Ministros de 12.11.2002.

- Acompanhar os processos pré-contenciosos e contenciosos respeitantes a matérias de competência do Ministério da Saúde junto das instituições comunitárias competentes e promover as acções necessárias à defesa dos interesses nacionais nestes processos
  
- Actividades desenvolvidas:
  - . Resposta às cartas administrativas da Comissão Europeia (processos pré-contenciosos);
  - . Acompanhamento dos processos interpostos no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias contra o Estado Português
  - . Análise da adequação dos diplomas de transposição com os correspondentes textos comunitários, cujo prazo de transposição foi ultrapassado, e verificação da correcta aplicação do direito comunitário;
  - . Ofícios aos serviços competentes;
  - . Informações/pareceres/pontos de situação;
  - . Participação/promoção de reuniões, etc.
  
- Matérias tratadas
  - Processos pré-contenciosos:
    - . Adoptado o Decreto-Lei n.º 242/2002, de 5 de Novembro, que transpõe a Directiva 2000/38/CE que altera o capítulo V A (Farmacovigilância) da Directiva 75/319/CEE do Conselho (prazo de transposição: 05.12.2001);
    - . Adoptado o Decreto-Lei n.º 30/2003, de 14.02.2003 (aprovado na sessão do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002), que transpõe as Directivas 2000/70/CE e 2001/104/CE, que alteram a Directiva 93/42/CEE do Conselho em relação aos dispositivos que integram derivados estáveis do sangue ou do plasma humanos (prazo de transposição: 13.12.2001);
    - . Exercício profissional dos odontologistas em Portugal: Em 2002 foram publicados:
      - . Lei 16/2002, de 22 de Fevereiro - altera a Lei 4/99, de 27 de Janeiro, que disciplina a actividade profissional dos odontologistas;
      - . Portaria n.º 893/2002, de 27 de Julho – define o modelo de carteira profissional e a entidade competente para a sua emissão e determina o montante a pagar pelo registo dos profissionais odontologistas
      - . Aviso n.º 12 418/2002 (2.ª série, n.º 270, 22.11.2002). - Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 4/99, de 27 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 16/2002, de 22 de Fevereiro, tornou públicas as listas definitivas dos profissionais acreditados e não acreditados, no âmbito do processo de regularização dos odontologistas, homologadas por despacho de 22 de Outubro 2002 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.
      - . Foi igualmente publicada a lista dos odontologistas já acreditados no seguimento do processo de regularização de 1977 e 1982.
    - . Dialisadores de uso múltiplo: projecto de circular normativa sobre a Portaria n.º 45/99, de 21 de Janeiro (Circular Normativa n.º 1/2003).
    - . Água para consumo humano em Évora: acompanhamento do processo que é da competência principal do Ministério do Ambiente.
    - . Regulamentação nacional – laboratórios de análises em biologia clínica: elaboração de uma proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 217/99, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 534/99, de 11 de Dezembro.

Processos no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias:

- . Proc.º C – 389/01: Acção por não cumprimento - não transposição da Directiva 96/29/Euratom do Conselho, de 13.05.96, que fixa as normas de segurança de base relativas à protecção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes - prazo de transposição: 13.05.2000
- . Directiva transposta para a ordem jurídica interna pelos seguintes diplomas:
  - . Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de Julho – estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da protecção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de protecção e transpõe para a ordem jurídica interna as disposições correspondentes da Directiva n.º 96/29/Euratom;
  - . Decreto-Lei n.º 167/2002, de 18 de Julho – estabelece o regime jurídico relativo ao licenciamento e ao funcionamento das entidades que desenvolvem actividades nas áreas de protecção radiológica e transpõe para a ordem jurídica interna disposições relativas às matérias de dosimetria e formação da Directiva n.º 96/29/Euratom;
  - . Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de Julho – estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, “Intervenção”, da Directiva n.º 96/29/Euratom;
  - . Decreto-Lei n.º 180/2002, de 8 de Agosto – estabelece as regras relativas à protecção da saúde das pessoas contra os perigos resultantes de radiações ionizantes em exposições radiológicas médicas, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 97/43/Euratom e as disposições da Directiva n.º 96/29/Euratom relativas à protecção dos trabalhadores e da população em instalações médicas, em circunstâncias normais.
- . Na sequência da comunicação à Comissão Europeia dos diplomas de transposição mencionados, esta instituição desistiu do processo por ela instaurado contra a República Portuguesa, por carta dirigida ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, de 15 de Outubro p.p..
- . Proc.º C – 390/01: Acção por não cumprimento - não transposição da Directiva 97/43/Euratom, do Conselho, de 30.06.97, relativa à protecção da saúde das pessoas contra os perigos resultantes de radiações ionizantes em exposições radiológicas médicas e que revoga a Directiva 84/466/Euratom - prazo de transposição: 12.05.2000.
- . Directiva transposta pelo Decreto-Lei n.º 180/2002, de 8 de Agosto – estabelece as regras relativas à protecção da saúde das pessoas contra os perigos resultantes de radiações ionizantes em exposições radiológicas médicas, incluindo a transposição de algumas disposições da Directiva n.º 96/29/Euratom relativas à protecção dos trabalhadores e da população em instalações médicas, em circunstâncias normais.
- . Na sequência da comunicação à Comissão Europeia dos diplomas de transposição mencionados, esta instituição desistiu no processo por ela instaurado contra a República Portuguesa, por carta dirigida ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, de 15 de Outubro, 2002.
- . Proc.º C – 391/01: Acção por não cumprimento - não transposição da Directiva 98/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16.02.98, relativa à colocação de produtos biocidas no mercado - prazo de transposição: 13.05.2000
- . Transposta para o ordenamento jurídico interno pelo Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de Maio.
- . Na sequência da comunicação à Comissão Europeia dos diplomas de transposição mencionados, esta instituição desistiu no processo por ela instaurado contra a República Portuguesa, por carta dirigida ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, de 7 de Junho, 2002

- Acompanhar a jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, nas matérias com relevo para o sector da saúde:  
Elaborados ofícios para os serviços competentes, com chamada de atenção para matérias com relevância na área da saúde pública.
- Apoiar o vogal representante do Ministério da Saúde na Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários:  
Em 2002, decorreu o processo de designação do Vogal e respectivo suplente, com nomeação por Despacho Conjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Saúde.  
Apoio dado pela DAE através da prestação ao Vogal das informações solicitadas ou consideradas pertinentes.

Dados quantitativos relativos a todas as atribuições (aprox.)

Documentos que circularam na rede dos assuntos comunitários – 10 000  
Documentos entrados – 1 380  
Ofícios para outros organismos e notas de envio de documentos para os serviços da DGS – 920  
Informações/pareceres – 47  
Propostas - 17

**Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários. Criada pelo Dec.- Lei n.º 345/91 (Min. Negócios Estrangeiros), de 17.09.1991, DR. 214, I Série A, de 17.09.1991, alterado pelo Dec.-Lei n.º 48/94, de 24.02.1994, DR. 46, I Série A, de 24.02.1994. Representante: Drª Maria da Graça Guimarães Martins (Vogal Suplente);
- Grupo "Saúde" do Conselho da União Europeia. Representante: Drª Maria da Graça Guimarães Martins (Desp. Min. de 25.10.2001);
- Grupo "Questões Sociais" do Conselho da União Europeia. Representante: Drª Maria da Graça Guimarães Martins (designação ministerial autorizando a participação quando no grupo forem debatidos problemas de saúde). Desp. Min. de 15.06.92;
- Grupo "Estabelecimento e Serviços - Diplomas" do Conselho da União Europeia. Representante: Drª Ana Maria Diniz Couto – Desp. Min. de 10.07.2002;
- Comissão Administrativa para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes - Comissão das Comunidades Europeias. Representante: Bacharel Maria Vitória Costa Cabral (designação ministerial autorizando a participação quando no grupo forem debatidos assuntos de saúde) Desp. Min. de 29.11.92 e de 25.10.2001.

## 2.12.2 DCI/ Divisão de Cooperação Internacional

- Propor as linhas de desenvolvimento da cooperação internacional no domínio da saúde:

Reuniões da Comissão Interministerial de Cooperação: participação em 4 reuniões

Reuniões com o Instituto Português de Cooperação: várias reuniões

Reuniões com instituições:

- . CNLCS: definição das linhas orientadoras de cooperação na área do HIV/SIDA;
- . IHMT: definição das linhas orientadoras de cooperação na área do HIV/SIDA e malária;
- . CPLP: participação em reuniões relativas a Projecto da CPLP de luta contra a SIDA;
- . ONG's: visita a instalações e reuniões técnicas para trocas de informações.

Jornada de reflexão sobre cooperação com Angola no domínio da Saúde: Maio de 2002, com representantes de hospitais públicos, Instituto da Cooperação portuguesa, Ordem dos Médicos e ONG's.

- Assegurar a coordenação no âmbito da cooperação internacional, especialmente com os países de língua portuguesa;
  - Gestão, coordenação e avaliação de processos de evacuação de doentes: foram evacuados 52 doentes de Angola, 314 de Cabo Verde, 423 da Guiné-Bissau, 31 de Moçambique e 367 doentes de São Tomé e Príncipe; abordagem da informatização de base de dados referente a doentes evacuados;
  - Coordenação e acompanhamento do Plano de Intervenção no âmbito de Ajuda de Emergência a Angola (financiamento maioritário do Ministério das Finanças através da Direcção Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI):
    - . Instalação de equipamento e material médico-cirúrgico em hospitais de Luanda (envio de 3 contentores);
    - . I Curso de Microbiologia Geral – Diagnóstico cultural de tuberculose (3 monitores portugueses e 35 formandos angolanos);
    - . Curso de Manutenção de Equipamento de Electromecânica Médica (2 monitores portugueses e 35 formandos angolanos);
    - . Formação em serviço na área de queimados no Hospital Neves Bendinha em Luanda (1 monitora portuguesa e 27 formandos);
    - . Instalação de equipamento e material de laboratório para diagnóstico da tuberculose por meios de cultura no Instituto Nacional de Saúde Pública em Luanda;
    - . Instalação de equipamento e material de laboratório para diagnóstico de meningites no Hospital Pediátrico de Luanda.
  - Acompanhamento e gestão do Projecto na área de Alergologia em Cabo Verde:
    - . Prestação de cuidados especializados em Alergologia: 2 missões;
    - . Apoio à formação na área de Alergologia; acompanhamento da formação de duas especialistas cabo-verdianas.

- Acompanhamento e gestão do Projecto de Cuidados Primários em Xai-Xai, província de Gaza – Moçambique, com a presença de dois técnicos portugueses:
  - . Prestação de cuidados de Saúde Materno-Infantil: relatório de actividades;
  - . Formação de activistas comunitários (2 monitores portugueses e 20 formandos).
- Coordenação, gestão e avaliação do Projecto do Centro Hospitalar de São Tomé e Príncipe, onde se encontra uma equipa residente de 6 técnicos portugueses:
  - . Cumprimento da 2ª fase do Projecto – relatório referindo pontos por cumprir, nomeadamente missões de curta duração em áreas específicas
  - . Elaboração de Contrato-Programa ( por assinar);
- Assegurar a inserção da cooperação em saúde no quadro da política nacional de cooperação;
  - Reuniões com o Instituto Português de Cooperação (ICP): elaboração conjunta de um documento (ainda não publicado) referente à estratégia nacional de cooperação;
  - Análise de documentos e emissão de pareceres técnicos.
  - Gerir os programas e respectivos processos de bolsas e missões de estudo e demais estímulos à formação profissional em saúde, conferidos em âmbito internacional, ouvidos os serviços competentes;
  - Gerir e acompanhar processos de profissionais de saúde dos Palop em formação pós-graduada em Portugal: cerca de 20 novos processos;
  - Análise de novos critérios para a concessão de estágios de pós-graduação em Portugal;
  - Apoiar, mediar e acompanhar o Internato da Especialidade de Ginecologia/Obstetrícia em Cabo Verde: exame de saída da 1ª especialista cabo-verdiana e avaliação intercalar feita pelo coordenador do projecto;
  - Apoiar, mediar e acompanhar o Internato da Especialidade de Alergologia em Cabo Verde: exame de saída da 1º especialista cabo-verdiana;
- Acompanhar a execução das medidas de cooperação internacional com interesse para a saúde;
  - Participação em reuniões da União Europeia e da OMS no âmbito da saúde e cooperação;
  - Participar em negociações relativas à celebração de acordos de âmbito internacional com relevância para a saúde;

- Colaboração na revisão do documento/proposta de Acordo entre os países membros da CPLP no âmbito da luta contra a SIDA
- Emissão de pareceres técnicos
- Participação nas negociações para a celebração de Convenções sobre Segurança Social com Angola, Cabo Verde, Austrália e Polónia, bem como, para os respectivos Acordos Administrativos;
- Cooperar na divulgação, a nível internacional, da informação de saúde.
  - Negociações com Timor com o Ministério da Saúde de Timor quanto à adaptação de manual da DGS “Educação Sexual em Meio Escolar”;
  - Envio de publicações de educação/promoção da saúde para Angola e Moçambique;
- Assegurar a colaboração com organismos internacionais, designadamente a Organização Mundial de Saúde e o Conselho da Europa:

Organização Mundial de Saúde (OMS):

- . Preparação de dossiers de apoio à participação de representantes do MS em reuniões-chave como a AMS, a reunião do Comité Regional para a Europa e a reunião do Conselho Executivo.
- . Preparação directa de notas de intervenção e coordenação com vários serviços no sentido da obtenção de comentários/notas de intervenção sobre as matérias da respectiva competência.
- . Acompanhamento regular das matérias, canalizando-as para os serviços para efeitos de informação e/ou parecer.

Conselho da Europa (CE):

Encontra-se designado um técnico da DCI para participar em algumas reuniões do Conselho da Europa, no âmbito da saúde pública.

Em 2001 realizaram-se as seguintes reuniões:

- . Comité Director de Saúde Pública (CDSP) – 19 e 20 de Junho e 27 e 28 de Novembro;
- . Comité Director de Saúde Pública – Acordo Parcial (CD-P-SP) – 21 de Junho e 26 de Novembro;
- . Conferência de Oslo – Grupo de Altos Funcionários – 22 e 23 de Junho (não houve representação portuguesa) e 29 e 30 de Novembro.

Em 2002 realizaram-se as seguintes reuniões:

- . Comité Director de Saúde Pública (CDSP) – 18 e 19 de Junho e 26 e 27 de Novembro;
- . Comité Director de Saúde Pública – Acordo Parcial (CD-P-SP) – 17 de Junho e 28 de Novembro;
- . Conferência de Oslo – Grupo de Altos Funcionários – 20 e 21 de Junho e 28 e 29 de Novembro.

Das reuniões resultou o acompanhamento activo dos trabalhos, a participação na avaliação dos vários grupos técnicos, a elaboração dos relatórios oficiais circunstanciados (oportunamente difundidos), o contacto e apoio técnico ao CE-Saúde, aos múltiplos representantes nacionais e à Missão Portuguesa junto do CE. Pontualmente, e sempre que solicitado, foi dado apoio técnico, directamente e/ou no âmbito do CE, a vários dos países-membros na implementação, gestão e avaliação dos sistemas e serviços de saúde.

- Participação no grupo de trabalho para estudo de eventuais obstáculos à ratificação por Portugal das Convenções n.ºs 118 e 157 e Recomendação n.º 167 da OIT.
  
- Colaborar com outras entidades e serviços públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, em programas ou projectos na área da cooperação internacional em saúde e proceder à sua avaliação;
  - Análise, avaliação e apoio a projectos de implementação de uma unidade de hemodiálise em Cabo Verde, proposto por empresa privada (Pluribus Internacional);
  
- Articulação da Direcção-Geral da Saúde, com os demais serviços competentes do Ministério da Saúde relativamente a assuntos de direito comunitário:
  - . Reuniões várias
  - . Emissão de pareceres técnicos
  - . Articulação com Mala Diplomática do MNE para envio de material/equipamento
  
- Carga programada para o Centro Hospitalar de S. Tomé e Príncipe (CHSTP), no âmbito da cooperação entre Portugal e S. Tomé;
  
- Carga facultada pela mala diplomática do MNE – envio de equipamentos e medicamentos.

#### **Órgãos, Comissões e Grupos em que a DGS representa o Ministério**

- Comissão Interministerial para a Cooperação. Dec. Lei 175/85, DR. 117, I Série, de 22.5.85. Representantes: Dr. Francisco George (Vogal Efectivo) e Dr.ª Maria da Graça Guimarães Martins (Vogal Suplente).